

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E
NARRATIVAS - PPGHEN
MESTRADO PROFISSIONAL

FÁBIO AQUILES MARTINS DE ALENCAR

O Leviatã sob os olhos de Minemósine: a Ditadura Civil Militar
nas Trincheiras da Memória

SÃO LUÍS-MA
2016

FÁBIO AQUILES MARTINS DE ALENCAR

**O Leviatã sob os olhos de Minemósine: a Ditadura Civil Militar
nas Trincheiras da Memória**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Memória e Identidade. Orientadora: Prof. Dr^a Mônica Piccolo Almeida

SÃO LUÍS –MA
2016

Alencar, Fábio Aquiles Martins de.

O leviatã e a coruja sob os olhos de Minemósine: a ditadura civil militar nas trincheiras da memória / Fábio Aquiles Martins de Alencar.– São Luís, 2016.

... f.

Dissertação (Mestrado) – História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

Orientador: Profa. Dra. Mônica Piccolo Almeida

1. Memória. 2. Estado Burocrático. 3. Ditadura Civil Militar. 4. História. 5. Brasil. I. Título

CDU: 94(81).088

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: 16/05/2016

Prof. Dr^a Monica Piccolo Almeida Chaves (Orientadora)

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (Arguidor)

Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (Arguidor)

Suplentes

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho (Arguidor)

Prof^a Dr^a Viviane de Oliveira Barbosa (Arguidora)

SÃO LUÍS-MA
2016

Agradeço ao Pai Maior, “Inteligência Suprema, Razão Primeira de Todas as Coisas”

Agradeço ao Mestre Jesus, Exemplo Maior de Amor.

Agradeço à Mãe Celeste, Maria Santíssima.

Agradeço a todos os Guias Espirituais que me acompanham.

Agradeço aos meus pais, Antônio Pires de Alencar, José Azevedo Martins e Edjan de Jesus Ferreira Martins.

Agradeço às minhas mães, Shirley Martins de Alencar e Terezinha de Jesus Ferreira Martins.

Agradeço à minha esposa, minha Estrela Roberta.

Agradeço aos meus filhos e filha, meus sóis.

Agradeço aos meus irmãos e irmãs.

Agradeço aos meus tios.

Agradeço aos meus afilhados e sobrinhos.

Agradeço aos compadres e comadres.

Agradeço à minha sogra e ao meu sogro.

Agradeço aos irmãos, tias, tios, primos e sobrinhos trazidos pela minha Estrela.

Agradeço aos meus amigos.

Agradeço aos amigos do Mestrado, jamais “inimigos cordiais”

Agradeço à minha Orientadora, Mônica Piccolo Almeida, pelo carinho e pelas intervenções cirúrgicas.

Agradeço à Universidade Estadual do Maranhão e seu corpo docente, e de forma mais especial, a Marcelo Cheche, Henrique Borrvalho, Sandra Regina, Elizabeth Abranches, Tatiana Reis, Alan Kardec Pacheco Filho.

Agradeço demais aos meus alunos.

Agradeço a toda a equipe do Colégio Educallis.

Agradeço ao Centro de Ensino Médio Barjonas Lobão.

Agradeço à comunidade de Santa Maria, “meu povo”.

Agradeço à minha Casa Espiritual e aos amigos de trabalho e estudos.

Agradeço às senhoras em tratamento no Hospital Aldenora Belo, às crianças da Casa da Família e do Lar de José.

Agradeço aos entrevistados.

Este trabalho é parte de um sonho chamado Mestrado, produto de um conjunto de esforços que vão das orações da minha avó-mãe Terezinha até a confecção da última linha dessa dissertação às 23:25 do dia 14 de agosto de 2016.

FESTA, AMOR E DEVOÇÃO!

Resumo

O objeto desta pesquisa compreende a Memória acerca da Ditadura Civil Militar Brasileira, apresentando-a como temática que arregimentou um considerável número de historiadores ao longo dos últimos anos, assim como grupos políticos que fazem uso do período de vigência desse regime de exceção para a defesa de seus respectivos posicionamentos políticos. Golpe, Ditadura, Censura, Repressão e Tortura, elementos tão presentes como identificadores desse período que se iniciou em 1964, sofrem a oposição de elementos como Revolução, Contragolpe, Crescimento, Disciplina, Segurança e Combate ao Comunismo daqueles que buscam ressignificá-lo. Ao conceber este trabalho como constituinte de uma guerra pela Memória intensificada nos últimos anos, buscamos possibilitar, também, nas próximas páginas, a apresentação de um conjunto de referências bibliográficas acerca do Golpe de 1964 e da consequente montagem de um Estado Burocrático-Autoritário a partir de Brasília e sua clara ramificação sobre o Maranhão, como a montagem de uma rede de vigilância contada por aqueles que a compuseram e de repressão por aqueles que a sofreram. Apresentado como constituinte de uma guerra pela Memória, este trabalho, visitado pelo tempo presente, traz considerações e questionamentos sobre o ensino da História como agente de preservação e fortalecimento da Democracia.

Palavras-chave: Ditadura Civil Militar; Estado Burocrático Autoritário; Memória.

Abstract

The object of this research includes the memory about the Civil Dictatorship Brazilian Military, presenting it as a theme that mustered a considerable number of historians over the past years, as well as political groups that make use of the duration of this exceptional regime for the defense of their respective political positions. Coup, dictatorship, censorship, repression and torture, elements as present as identifiers that period which began in 1964, are opposed elements such as Revolution, Backlash, Growth, Discipline, Safety and Combat Communism those who seek offering new significance it. When designing this work as constituting a war for memory intensified in recent years, we seek to enable also the following pages, the presentation of a set of references about the 1964 coup and the consequent government structure built from it with clear reflections of Maranhao, as the installation of a surveillance network told by those who wrote and repression by those who suffered. Presented as constituting a war for memory, this work, visited by this time, brings considerations and questions about the teaching of history as a preserving agent and strengthening of democracy.

Keywords: Civil Military Dictatorship; State Bureaucratic Authoritarian; Memory.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas
AI - Ato Institucional
ALN - Ação Libertadora Nacional
ASI - Assessoria de Segurança Interna
CENIMAR - Centro de Informações da Marinha
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CIA - Central Intelligence Agency
CIE - Centro de Informações do Exército
CISA - Centro de Informações da Aeronáutica
CODI - Centro de Operações de Defesa Interna
CPCs - Centros Populares de Cultura
DOI - Destacamento de Operações de Informações
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
DSIs - Divisões de Segurança Interna
ESG - Escola Superior de Guerra
EsNI - Escola Nacional de Informações
FAB - Força Aérea Brasileira
FPN - Frente Parlamentar Nacionalista
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
LSN - Lei de Segurança Nacional
MED - Movimento Estudantil Democrático
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MSD - Movimento Sindical Democrático
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PSD - Partido Social Democrático
REDETRAL - Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres
SFICI - Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SNI - Serviço Nacional de Informações
TELMA - Telecomunicações do Maranhão
UDN - União Democrática Nacional
UNE - União Nacional dos Estudantes
VAR-PALMARES - Vanguarda Armada Revolucionária
VRP - Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

INTRODUÇÃO - UMA GUERRA PELA MEMÓRIA	10
CAPÍTULO I: UM CAMINHO PARA O NINHO	18
1.1 História Oral, memória e identidade: breves considerações	18
1.2 O Golpe civil-militar: história e historiografia	36
CAPÍTULO II: A CONSTRUÇÃO DO NINHO	48
2.1 A Montagem da Estrutura Política	48
2.2 A Montagem da Estrutura Socioeconômica.....	53
2.3 A Montagem da Legitimidade	60
2.4 Doutrina de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações e Departamento de Operações Políticas e Sociais	71
CAPÍTULO III: O LEVIATÃ E A CORUJA EM TERRAS DE CARCARÁ	80
3.1 A Raposa e sua Cangalha	81
3.2 O Leviatã e o Canguru	85
3.3 A Maria e o Mané em terras de Carcará	92
3.4 A Coruja abre a bico	105
CAPÍTULO IV: O LEVIATÃ BATE A PORTA NOVAMENTE	117
4.1 O Ensino de História em Tempos Ditatoriais	118
4.2 O Ensino de História em Tempos de Democracia	128
4.3 O Avanço do Conservadorismo: Fracasso da Clio?	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

INTRODUÇÃO: UMA GUERRA PELA MEMÓRIA

Nos últimos anos, parte da produção historiográfica vem se debruçando sobre a Ditadura Brasileira, que, para uma considerável parcela da nossa sociedade, durou de 1964 a 1985¹. Esse debruçamento também ocorreu entre jornalistas, cientistas políticos, assim como pelos próprios partícipes do golpe e do aparato estatal que se formou logo após e, por aqueles que participaram da resistência ao regime. Segundo Carlos Fico (2004), em um primeiro momento a produção sobre o referido período traz contribuições estrangeiras, em especial estudos norte-americanos na área política e uma consequente escrita brasileira influenciada, e, também, uma produção memorialística inserida no contexto da distensão iniciada pelo no governo Geisel.

Na obra “A Guerra da Memória: a Ditadura Militar nos Depoimentos de Militantes e Militares”, João Roberto Martins Filho (2002) menciona que depoimentos de militantes de esquerda se avolumaram no período de reabertura política, bem como depoimentos de militares e civis ligados ao regime militar, buscando legitimá-lo. Dessa forma, já durante esse período de distensão do regime, há de forma nítida uma batalha pela memória, seja construída por ex-militantes de esquerda, seja por militares e civis que compuseram a ditadura.

[Thomas Skidmore](#), no livro “Brasil: de Castelo a Tancredo” (1988), escreveu sobre parte de uma das batalhas dessa guerra pela memória, quando o então coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra foi acusado, em 1985, de tortura pela deputada federal Bete Mendes, que afirmou ter sido sua vítima nas instalações do DOI-CODI no ano de 1970. O “Doutor Tibiriçá”, nome citado nos depoimentos de torturados no livro “Brasil: Nunca Mais” seria o próprio Ustra.

O contra-ataque de Ustra ocorreu em 1986 com o lançamento do seu livro de memórias “Rompendo o Silêncio”, no qual são narrados episódios ocorridos durante sua passagem pelos corredores do DOI-CODI, entre os anos de 1970 e 1974. O coronel Ustra ressalta que ao denunciar os atos terroristas realizados pela esquerda brasileira durante a ditadura, estaria trazendo à tona a verdade e desmascarando a “mentira”

¹ Há entre os historiadores um intenso debate acerca dos marcos finais da Ditadura Civil Militar brasileira. Para Marco Antônio Villa (2014), o período ditatorial restringe à vigência do A.I.5, ou seja, entre 1968 e 1979. Para outros autores, como Jorge Ferreira ou Carlos Fico, a posse de Sarney teria encerrado o regime instaurado em 1964. Já Renato Lemos (2002), considera como marco final a promulgação da Constituição em 1988. Nesse estudo agora apresentado, é considerado como marco final o ano de 1985.

daqueles que carregam o discurso de vítimas da ditadura, concebendo, assim, um discurso distante da verdade. Ressalta Ustra:

Por um dever de consciência ante aos rumos que, pressinto, tendem a distorcer a História do Brasil. Livros, artigos, depoimentos distorcidos, carregados de calúnias e de mentiras, estão informando numa só via a consciência do povo e servindo de base incontestes aos nossos políticos e aos nossos mestres. (USTRA, 1986, p. 15)

No ano de 2008, Carlos Alberto Brilhante Ustra foi o primeiro oficial condenado por sequestro e tortura durante o regime militar, práticas ocorridas entre 1972 e 1974. Sua condenação, segundo o próprio coronel reformado, contraria a Lei de Anistia, instituída no ano de 1979. Nesse instante, a memória condenou Ustra em meio a uma guerra que ainda possui batalhas, e que tem em outras obras como “O Que é isso, companheiro?”, de autoria do ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Fernando Gabeira, lançado em 1979, e a obra “Brasil: nunca mais”, lançado em 1985, organizado pela Arquidiocese de São Paulo, estrelas de um acervo memorialístico construído pelas vítimas da violência ditatorial.

Além da obra “Rompendo o Silêncio”, o já mencionado Carlos Alberto Brilhante Ustra lançou também A Verdade Sufocada (2006). Juntando-se a Ustra, o também coronel reformado Marco Pollo Giordani lançou “Brasil Sempre” (1986), obra que, de forma muito clara, se mostra como uma reação ao livro “Brasil: nunca mais”, dirigido por Dom Evaristo Arns. As três obras mencionadas se constituem como parte relevante da tentativa de construção de uma memória afinada com o projeto legitimador pensado e levado a cabo pelos militares durante aquele que foi o maior momento de intervenção das Forças Armadas sobre a estrutura política brasileira.

Marco Pollo Giordani, partícipe da estrutura governamental nascida a partir de 1964, chega a proclamar a exigência acerca dos direitos humanos como uma estratégia dos comunistas dentro de um contexto não só nacional, mas mundial, por se tratar de algo concebido pelo Movimento Comunista Mundial, responsável pelo enfraquecimento direto das instituições basilares de um país. Segundo ele:

Um dos objetivos básicos do MCI é atacar qualquer empecilho legal que dificulte seu avanço. Concomitantemente, prega o uso da lei para usufruir benefícios – como é o caso dos chamados direitos humanos. Com essa bandeira, dão ao homem - “esse animal político” - um sentido tão universalista a ponto de despir-lhe de nacionalidade e de fronteiras que o delimite, usufruindo apenas de direitos (GIORDANI, 1986, p. 106).

O interesse por essa estrutura de discurso é muito bem identificada por Carlos Fico, na obra “Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar” (2004) quando nos fala sobre uma nova leva de historiadores, no início da década de 1990, influenciada pela Nova História, que lançou novas produções acerca da Ditadura, tendo à disposição determinados materiais até então sigilosos, contribuindo, dessa forma, com a criação de uma escrita não mais condicionada ao olhar da resistência, mas que oferece o olhar da ditadura, que é daqueles que participaram tanto do golpe quanto do governo que se implantou a partir dele. A guerra pela Memória tem continuidade, e este trabalho faz parte dela.

É parte dessa perspectiva que o nosso trabalho tenta vislumbrar. Visamos trazer à senda de Clio indivíduos que participaram da consolidação do Estado Burocrático-Autoritário (O’DONNEL, 1986, p. 1990), ou seja, a visão daqueles que participaram do lado vencedor, de forma particular, discuti-la a partir de relatos colhidos entre alguns membros do SNI (Serviço Nacional de Informação). Assim sendo, este trabalho visa, também, descortinar um órgão construído pelo estado ditatorial e que continuou existindo após o ano de 1985, quando os militares já não ocupavam a direção política brasileira. Acessar as falas desses antigos agentes da vigilância ditatorial no Maranhão é ter a possibilidade de adentrar não apenas os corredores e as salas desse órgão, mas, principalmente, ter acesso a um conjunto de informações sobre o que agora pode ser dito por quem contribuiu com a construção e a consolidação do Estado Ditatorial a partir de palavras ainda vivas como nos proclama a História Oral. Por mais que as falas dos nossos entrevistados não nos façam tentar enxergar e reproduzir as cenas de espionagem e violência das quais talvez tenham participado, procuraremos nas suas falas a celebração da ditadura civil-militar e dos elementos que a mesma construiu ou tentou construir.

Nas folhas desse trabalho buscaremos, além de contemplar a Memória dos vencedores com o golpe de 1964, trazer, também, relatos dos derrotados por ele, como o líder rural Manuel da Conceição na obra “Chão de minha Utopia” (2010) e a líder urbana Maria Aragão a partir de uma entrevista concedida pela sua filha em julho deste ano de 2016, mencionando os horrores da Ditadura em solo maranhense.

Essa Ditadura Civil Militar brasileira buscou sustentação no controle da palavra falada ou escrita, no controle das atitudes, na construção de um discurso legitimador, na confecção do silêncio atemorizado pelo uso da força ou pela possibilidade de seu uso. Órgãos como o SNI e o DOPS foram reconhecidamente

instrumentos de controle e de construção do indizível também sobre as terras maranhenses.

Dessa forma, a pesquisa in loco, com os pressupostos oferecidos pela História Oral, se faz de suma necessidade diante da opção temática em tratar de uma história ainda recente e, também, pelo fato de termos o privilégio de disposição das falas de alguns agentes da vigilância e da conseqüente repressão. Acerca da opção metodológica de uso da História Oral, Verena Alberti afirma que:

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido. (ALBERTI, 2005, p. 155)

Nesse sentido, para trazer embasamento ao conjunto de entrevistas que foram realizadas para a confecção deste trabalho, faremos uso de obras e autores como: “Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva” de Beatriz Sarlo (2007), “[Entre história e memória: a problemática dos lugares](#)” (1993) de Pierre Nora (1993), “História dentro da História” de Verena Alberti (2005), “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos” de Philippe Joutard (1998), “A Voz do Passado – História Oral” de Thompson (1992), “Memória”(1984) e “História e Memória” (1996) de Jacques Le Goff, “Memória e Identidade Social”(1992) e “Memória, esquecimento e silêncio”(1989) de Pollak.

A partir das considerações apresentadas, essa dissertação será estruturada em quatro capítulos, carregando como título “O Leviatã sob os olhos de Mnemósine: a Ditadura Civil Militar nas Trincheiras da Memória”, em claras referências a um debate acerca da Memória como metodologia acerca de um período dominado por uma estrutura de Estado denominada “Leviatã”², elaborando um enlace com a obra de Thomas Hobbes, no sentido da mesma proclamar que, em troca de segurança, os homens abriram mão dos seus direitos. Assim, é imprescindível mencionar que este trabalho não buscou construir um debate aprofundado acerca do Estado pensado por

² A palavra “Leviatã” em meio ao título faz referência ao Estado pensado por Thomas Hobbes que instituiu a submissão dos indivíduos a ele em troca de segurança. No Estado hobbesiano, os súditos são completamente submissos à figura do soberano, possuindo liberdades devidamente minimizadas, algo muito nítido quando para Hobbes: “homem livre é aquele que, naquelas coisas que graças a sua força e engenho é capaz de fazer, não é impedido de fazer o que tem vontade de fazer.” (HOBBES, 1979, p. 129).

Hobbes, mas, necessariamente, apresentar o Estado Ditatorial como um ser que buscou alicerçar-se em torno de uma suposta oferta de segurança em detrimento de um considerável número de direitos que foram suspensos.

O primeiro capítulo, intitulado “Caminho para o Ninho” construiu, a princípio, um breve debate acerca da História Oral e o seu crescimento dentro da nossa ciência histórica e demais ciências humanas e sociais. Aqui foi justificada a própria realização deste trabalho, a partir da utilização da oralidade como método principal para o conhecimento e aprofundamento de informações sobre uma instituição tão vinculada ao regime ditatorial como o Serviço Nacional de Informações (SNI) a partir de relatos ainda pulsantes de seus ex-agentes. Assim, tendo à nossa disposição a narrativa daqueles que se tornaram os olhos e ouvidos da ditadura civil militar ou daqueles que foram vitimados por ela, ou seja, palavras que ainda não encontraram a escrita como um dos seus portos. Assim, nos utilizaremos da História Oral e de suas conseqüentes bases, a Memória e a Identidade, como fio condutor.

Diante de algumas entrevistas realizadas previamente, percebemos a presença constante de um discurso de legitimidade, pois os entrevistados mencionaram o avanço da corrupção e da crise econômica como elementos que explicariam o Golpe de 31 de março de 1964, assim como enfatizaram a necessidade do governo militar a partir dos próprios pedidos da grande parcela da população brasileira para sua instauração e os seus conseqüentes ganhos econômicos, políticos e sociais oferecidos por um governo forte e representante da maioria dos brasileiros. Por isso, a segunda parte deste capítulo foi destinada à exposição do contexto anterior ao Golpe, a partir do subtítulo “O Golpe Civil Militar” baseado, principalmente, nas obras “Reflexão sobre os estados burocráticos-autoritários” (1987) de Guillermo O’Donnell e “A Conquista do Estado” (1981), de Rene Armand Dreifuss, quando o mesmo nos fala de um “Golpe de Classe” ocorrido em 1964, adentrando um espaço de desestabilização do governo de João Goulart concebido por dois órgãos que enlaçaram capitais nacionais e internacionais, setores civis e militares, o complexo IPES/IBAD, responsável tanto pela mencionada desestabilização governamental, quanto pela sua queda e a administração do estado autoritário que se estabeleceu a partir de 1964. A partir do diagnóstico formulado por Dreifuss acerca do golpe que teve a efetiva participação de setores civis, buscamos visualizá-lo e apresentá-lo como um Golpe Civil-Militar, trazendo obras e autores que contribuem com tal título.

No segundo capítulo “A Construção do Ninho” tivemos como objeto de análise, sob os subtítulos “A Montagem da Estrutura Política e A Montagem da Estrutura Sócio-Econômica”, as estruturas políticas e econômicas que foram desenvolvidas no Brasil pós-1964, a partir do conceito de Estado Burocrático-autoritário formulado por Guillermo O’Donnel, nas obras “Modernização e Autoritarismo” (1972), “Contrapontos: autoritarismo e democratização” (1986) e “Reflexão sobre os estados burocráticos-autoritários” (1987), nas quais o autor identifica as características que assemelharam os estados autoritários que tomaram boa parte da América Latina como integrantes de uma reação do lado ocidental e cristão capitaneado pelos Estados Unidos da América e embasados na Doutrina de Segurança Nacional, componentes que fazem com que o seu texto dialogue com a obra de Dreifuss. Esse conceito de Estado Burocrático-Autoritário se constitui como importante base para o entendimento das características políticas, econômicas e sociais que habitaram o Brasil com o nascimento e consolidação do estado ditatorial.

Posteriormente, tomando como referência a obra “A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)”, de Maria José Rezende (2013), buscaremos apresentar e analisar os discursos dos agentes da vigilância e da repressão ditatorial entrevistados. Rezende explica a construção e o fortalecimento de um discurso legitimador pelo aparato ditatorial discutido a partir do subtítulo A Montagem da Legitimidade, que ligava o estado confeccionado a partir de um golpe, mas apresentado como uma revolução necessária para a conservação de determinados valores que foram colocados em xeque pelo governo derrubado de João Goulart. O governo autoritário pretendeu até ser identificado como democrático diante da presença da palavra democracia no discurso de governantes e na continuidade do Congresso durante aquele momento, e atualmente, também, quando parte dos entrevistados se referiram ao golpe e ao crescimento econômico, ao fim da corrupção, e do aumento da oferta de segurança por um governo distanciado da corrupção tão corriqueira nos governos anteriores e posteriores ao período governado pelos militares.

O momento final do capítulo, que carrega como subtítulo “Doutrina de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações e Departamento de Operações Políticas e Sociais”, será fundamentado na obra “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”, de Nilson Borges (2003), que forneceu importantes subsídios para o entendimento da Doutrina de Segurança Nacional, assim como de sua inserção dentro do ambiente militar brasileiro, onde criou base para práticas de repressão e

vigilância realizadas pelo estado justificadas por uma guerra travada internamente contra a subversão. A análise realizada por Nilson Borges acerca da doutrina se mostra de grande relevância para o entendimento da própria procura por legitimidade apontada por Maria José Rezende, não se mostrando apenas como conteúdo propagandístico que buscava o aplauso da grande parcela da população, mas, como parte de uma crença, de uma verdadeira ideologia (COMBLIN, 1978, p. 13) construída, principalmente, nos bancos da Escola Superior de Guerra, que receberam tanto militares como civis, daí o enlaçamento de tais indivíduos na projeção e na consolidação do golpe, e na administração do estado autoritário que se constituiu a partir de 31 de março de 1964. É nesse momento que visualizamos o nascimento do SNI como parte de um projeto que fora iniciado dentro dos muros da Escola Superior de Guerra, tecendo a prática da vigilância como legítima, como função natural do Estado, assim como a violência realizada pelo DOPS contra aqueles que destoavam da passividade requerida pelos autoritarismos.

O terceiro capítulo, “O Leviatã e a Coruja” em terras de Carcará”, é formado por quatro tópicos. O primeiro “A Raposa e sua Cangalha” que trará uma discussão bibliográfica sobre o Maranhão pré-ditatorial e ditatorial, baseado, principalmente, na obra “A Raposa e o Canguru: crises políticas e estratégias periféricas no Maranhão” (2004) e “Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão” (2006), ambas de Wagner Cabral da Costa. O segundo intitulado “O Leviatã e o Canguru” trouxe considerações bibliográficas acerca das transformações políticas geradas pela presença do aparato ditatorial, como a vitória de José Sarney na eleição de 1965 e sua conseqüente dominância política que atravessou décadas, amparada pela ditadura e por determinados elementos confeccionados por ela.

O terceiro tópico desse capítulo “A Maria e o Mané sobre as terras de Carcará”, utilizou, no seu primeiro momento, uma entrevista realizada com Simone Lucília Andrade Macieira, ex-vereadora pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e filha adotiva de Maria Aragão, principal expoente feminino do comunismo no Maranhão, assim como a obra intitulada “Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura” (2015). No segundo momento, utilizamos, principalmente, da obra “Chão de Minha Utopia” (2010) municiada pelas memórias de Manoel da Conceição, líder rural da região de Pindaré, acerca das lutas pela terra e o processo de desarticulação desse movimento com a instituição do estado ditatorial.

O último tópico deste capítulo “A Coruja abre o bico” é composto por um conjunto de entrevistas realizadas entre os anos de 2014, 2015 e 2016 com ex-agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) nas terras do Maranhão.

O quarto capítulo alcunhado “O Leviatã bate a Porta” é produto do momento vivido pelo nosso país e dos seus ecos dentro das salas de aula das escolas públicas e particulares que regemos e que são regidas por outros professores próximos a nós. Traz-nos vários questionamentos sobre a Memória ou Memórias confeccionadas acerca do período ditatorial, assim como sobre o próprio ensino de História. Para contribuir com esse capítulo, fizemos várias entrevistas com um grupo formado principalmente por alunos do Terceiro Ano do Ensino Médio, tendo como ingrediente principal uma pergunta relacionada ao discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro e de sua homenagem ao torturador Carlos Brilhante Ustra durante a sessão de acolhimento do pedido de impeachment da presidente Dilma Roussef.

Dessa forma, buscamos com esses quatro capítulos subsidiar a continuidade do debate sobre a Ditadura Civil Militar, que já não ocupa os pijamas dos seus constituintes ou páginas envelhecidas de um livro de História, mas que voltou à ativa (como dizem os militares) nesses últimos anos, quando manifestações de rua e nas redes sociais e demais espaços de emissão de ideias foram povoados por discursos favoráveis ao retorno dos militares ao poder, novamente enlaçados à ideia de crescimento econômico e de defesa da moralidade. Então, que se inicie mais um episódio ou mais uma nova batalha sobre a Memória acerca da Ditadura Civil Militar com esse trabalho.

CAPÍTULO 1 - UM CAMINHO PARA O NINHO

Neste capítulo, analisamos o processo de construção da História como ciência a partir do século XIX, momento de seu enlaçamento com o projeto de poder da burguesia, bem como visualizar seu caminhar durante o século XX e XXI, a ponto de conceber um campo para o avanço da História Oral, metodologia primordial para a confecção deste trabalho.

Discutir a ditadura civil militar através de entrevistas com indivíduos que fizeram parte do próprio aparato autoritário em terras maranhenses, faz-se necessário o pensar historiográfico a partir do século XIX, e parte do seu caminhar durante os séculos XX e XXI, apresentando, dessa forma, o cenário que se abriu para o recebimento da História Oral, bem como a busca de uma pequena discussão acerca de Memória e Identidade - conceitos tão caros para a confecção de uma nova historiografia. Para isso, tomaremos como referências Halbwachs (1990), Janaína Amado e Marieta Ferreira (2006), Beatriz Sarlo (2007), Pierre Nora (1993), Verena Alberti (1990, 2005), Philippe Joutard (1998), Paul Thompson (1981, 1987, 1992) e Jacques Le Goff (1996, 2003).

Ainda neste capítulo, também, enfatizamos uma grande quantidade de produções historiográficas acerca do Golpe Civil Militar e seu consequente governo. Tais referências foram produzidas por variados indivíduos que vão desde participantes do projeto de governo que se estabeleceu a partir de 1964 à indivíduos que buscaram combatê-lo, assim como estudiosos que se debruçaram sobre o tema. Para tal debate faremos uso de obras de Maria Victória Benevides (1979), Alfred Stepan (1975), Nílson Borges (2003), Moniz Bandeira (2001), René Armand Dreifuss (1981), Guilherme O'Donnell (1986), Joseph Comblin (1978), Marieta de Moraes Ferreira (2003), Caio Navarro de Toledo (1982).

1.1 História Oral, Memória e Identidade: breves considerações

Como já falado anteriormente, este trabalho busca fazer uma estreita ligação entre História e Memória, ambas enlaçadas desde a antiguidade clássica. A Memória, representada pela deusa Mnemósine, era uma das esposas de Zeus, com quem teve nove musas, entre elas Clio, a História. Sendo assim, podemos visualizar que, muito

provavelmente, para os gregos da antiguidade o nascimento da nossa Clio estivesse condicionado à gravidez e ao parto de Mnemósine.

A escrita da História realizada durante a Antiguidade Clássica fez uso, variadas vezes, da oralidade no seu processo de confecção. Porém, durante a segunda metade do século XIX, grande parte dos historiadores buscou desqualificar essa fonte. Esse distanciamento entre a História e a oralidade participou de um projeto de legitimação dos grupos que adentraram o poder político nesse período, interessados na confecção de uma escrita que abraçasse as origens e os progressos da nação. A História, devidamente instituída como ciência, a “História Erudita”, teve a missão de desenvolver um discurso vinculado a um projeto burguês unificador, daí a Alemanha organizar o estudo científico de Clio, influenciando a França a criar a sua Escola Prática de Altos Estudos.

A construção do sentimento de nação, com destaque para líderes políticos e militares devidamente alinhados ao projeto requerido pelas ascendentes elites políticas e econômicas, deveria fazer nascer cidadãos que fossem acometidos por esse processo unificador, gerador de uma memória coletiva e de uma identidade nacional. O cidadão, forjado nas escolas e universidades europeias, nascia após um ensino de História com método rigoroso que a distanciava da subjetividade da Filosofia, da Arte e da Literatura. O Império da nossa Clio, diante das demais ciências humanas, deveu-se ao seu papel estratégico como ingrediente imprescindível ao constructo das nações, tendo a obrigatoriedade de cientificizar-se, e para isso armou-se, buscando referências na Física e na Química - ciências naturais que se desenvolveram muito durante o século XIX, atreladas ao rigoroso método experimental. Segundo Lowy, a Leopold Von Ranke cabe a máxima de que a História deve mostrar “os fatos históricos tal qual realmente se passaram” (RANKE *apud* LÖWY, 2007, p. 68).

Assim, a História Narrativa, enlaçada ao Positivismo, então proclamada como objetiva e neutra, tomou para si os documentos oficiais, de origem diplomática e militar. A objetividade do papel, visível e tocável, arregimentado pelo método experimental e pela ideia de neutralidade do historiador, determinariam os fatos. Dessa forma, a História, possuidora de um método que a aproximou das ciências naturais em expansão, ganhou, também, status de ciência, tomando lugar de destaque, recebendo a luz dos holofotes, projetadas pelos meios acadêmicos.

Com efeito, o ensino superior, organizado durante o século XIX dentro dos moldes do Estado-nação liberal, recebeu de braços abertos uma escrita da História

comprometida com o Estado, recebendo, por consequência, financiamentos governamentais para escavações, pesquisas e publicações confeccionando nacionalismos e justificando inimigos, concebendo a guerra, matéria-prima da História Política, como algo natural dentro do processo de formação e desenvolvimento da nação.

No entanto, a História, produzida dentro dos muros da academia sob os olhos metódicos da ciência, legitimava os grupos monopolizadores do poder político, exaltando seus representantes ao mencioná-los dentro das suas páginas, assim como procurou esconder uma multidão de indivíduos, despossuídos de história, compreendidos como conduzidos pelos grandes, e não como sujeitos e condutores de seus próprios caminhos.

Esse modelo de pensar e escrever História foi alvo de poderosas críticas ainda nas primeiras décadas do século XX. A Primeira Grande Guerra, A Grande Crise Econômica de 1929 e sua consequente Depressão trazem novas necessidades que a História Positivista não mais abarcava. O isolacionismo do paradigma tradicional apontando atores únicos dentro do processo histórico não conseguia explicar as vertiginosas mudanças que se processavam, criando novas perguntas aos historiadores que precisavam dar novas respostas. Parte dessas indagações são muito bem apropriadas por Le Goff quando nos diz:

A história está sempre no centro das controvérsias. De que assuntos deve tratar? Os acontecimentos apenas, ou também os desígnios da providência, os progressos da humanidade, os fenômenos repetitivos, as estruturas? Deve pôr tônica na continuidade ou, pelo contrário, nas revoluções, nas rupturas, nas catástrofes? Deve ocupar-se prioritariamente dos indivíduos promovidos ao papel de heróis ou de massa? De quem tem poder e autoridade no Estado ou na Igreja ou, ao contrário, dos camponeses, do proletariado, dos burgueses, da população no seu conjunto e de todas as classes que a compõem? (LE GOFF, 2003, p. 17)

A História, narradora de eventos criados por grandes homens, viu nascer uma nova geração de filhos que a visualizaram como uma área de conhecimento voltada “aos homens, à sociedade, às crises momentâneas ou elementos mais duradouros” (BLOCH, 2001, p.51). Marc Bloch ainda concebe a História “como uma ciência em marcha” (BLOCH, 2001, p.21), proclamando-a como dinâmica, inconclusa, mutável, em clara oposição aos conceitos consolidados pela história tradicional. Além da mudança do próprio conceito de História, a “Escola dos Annales” trouxe junto de si o

alargamento do papel do historiador, a expansão do conceito de fonte histórica, construindo definições muitas vezes opostas às da História Tradicional.

Sendo assim, a “Escola dos Annales” é uma clara reação à História Tradicional, “agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*”³ (BURKE, 1992). E ainda, como continua a dizer o próprio Burke, que não é fácil conceber um conceito, sendo muito mais fácil apontar contra quem ela se dirige, a ponto do mesmo mencionar os teólogos medievais que não apontavam um conceito definido para Deus, apenas definindo o que ele não era.

Marc Bloch e Lucien Febvre são os principais nomes desse movimento de vanguarda, lançando a já mencionada revista *Annales*, que subsidiou a continuidade dos debates acerca de uma renovação dos paradigmas históricos. Suas discussões abriram as portas para gerações de historiadores que se debruçaram sobre territórios como o medo, a infância, a feminilidade, o gestual, o silêncio, a música, enfim, todas as atividades humanas, e como toda a atividade humana está sob o olhar do historiador, a História Nova trouxe para a senda uma maior variedade de evidências, a análise das estruturas e uma quantidade considerável de indivíduos que haviam sido escondidos pela escrita tradicional, comprometida com os eventos dirigidos por estadistas e/ou chefes militares questionando, conjuntamente, a suposta ideia de imparcialidade pertencente ao documento escrito e ao historiador. Acerca dos *Annales*, nos fala Burke:

Esse movimento pode ser dividido em três fases. Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do *establishment* histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel. Na história do movimento, uma terceira fase se inicia por volta de 1968. É profundamente marcada pela fragmentação. A influência do movimento, especialmente na França, já era tão grande que perdera muito das especificidades anteriores (BURKE, 1992, p. 13-14).

³ A revista acadêmica de História “Anais de História Econômica e Social” foi publicada na França em outubro de 1929, pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, professores da Universidade de Estrasburgo. A revista deu origem à *École des Annales* (Escola dos Anais), trazendo artigos que apresentavam áreas do conhecimento como Economia, Antropologia, Sociologia, entre outras como contribuintes à produção do conhecimento histórico, ampliando, consideravelmente, sua área de atuação. (BURKE, 1991).

O fragmento acima vem contribuir com a ideia de uma *Nouvelle Histoire*, nascida na década de 1920 como uma reação ao modelo tradicional, a ponto do próprio Burke buscar uma separação considerável entre as duas correntes dizendo que "os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a Nova História está mais preocupada com a análise das estruturas." (BURKE, 1992, p. 12). A Nova História, como produto da Escola dos Annales de Bloch e Febvre, contribuiu demasiadamente com questionamentos à História Tradicional e com sugestões acerca de uma nova escrita desde a década de 1920, momento enriquecido, também, pelas contribuições de Maurice Halbwachs acerca da Memória enquanto objeto das Ciências Sociais, iniciando, desta forma, um debate que chega até a atualidade.

É importante destacar que a produção de Halbwachs é produto de uma época de incertezas, já que se trata de um cenário posterior à Primeira Guerra Mundial, desfazendo verdadeiras certezas confeccionadas até as vésperas desse conflito, bem como estruturas políticas, econômicas e sociais. O avanço de determinados extremismos, como o Fascismo, também é característico desse momento, numa clara negação de bases que haviam sido proclamadas com tanto entusiasmo anteriormente.

Porém, Halbwachs não enxerga, nesse momento de abalos, uma desconstrução efetiva da identidade nacional, concebendo a Memória enquanto elemento de uma coletividade, pois as lembranças estariam de acordo com situações e valores comuns a determinados grupos e não a outros, o que a sujeitaria ao coletivo e não ao individual, já que os homens, inseridos em coletividades, não estariam sozinhos (HALBWACHS, 1990, p. 25-26). Ao visualizar a obra de Halbwachs, François Dosse (2004) enxerga uma clara separação entre História e Memória, ressaltando que a segunda terminaria quando a primeira se iniciasse, ou seja, o autor de "A Memória Coletiva", nos anos 1920, ainda se atrelava a um conceito de História científica, objetiva, imparcial, externa ao indivíduo e única, enquanto a Memória era múltipla e produzida por vários grupos.

Se Mnemósine renasceu com o trabalho de Halbwachs, as décadas de 1970 e 1980 ampliaram o debate sobre as possibilidades de utilização dentro dos domínios de Clio. Muitos historiadores rechaçaram essa aproximação, ressabiados com temáticas como tempo presente, fontes orais e memória, propositadamente evitados por muitos.

Entre o descortinamento realizado por Halbwachs acerca da Memória e o seu alavancamento realizado por autores como Pierre Nora, inserem-se a Segunda

Guerra, as descolonizações africanas e asiáticas e, principalmente, a Globalização. O desenvolvimento muito acelerado das tecnologias de comunicação e de transporte diminuíram distâncias e dissolveram fronteiras, e, por consequência, a História, diante de tantas mudanças, vivenciou outras revisões epistemológicas, trazendo para o debate historiográfico o mencionado tempo presente e as mencionadas memórias e fontes orais.

Aceleração: o que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo - e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito – e a nossa, que só é história, vestígio trilha. Distância que só se aprofundou à medida em que os homens foram reconhecido como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos. Distância que chega hoje, num ponto convulsivo. (NORA, 1993, p. 08)

Para Nora, essa aceleração do processo histórico, muito bem demonstrada pelo protagonismo dos meios de comunicação que abocanhavam e continuam abocanhando cada vez mais as grandes massas, aproximou indivíduos, globalizou-os, tornou-os cidadãos mundiais. Como já fora dito, a notícia mundializada e as distâncias diminuídas aceleraram o tempo e por consequência a História, gerando uma espécie de eterno presente, mudando radicalmente as relações mantidas, até então, entre os homens e o tempo. Segundo o próprio Nora, para fugir desses efeitos, determinados grupos buscam guardar traços característicos, verdadeiros vestígios identitários e o resgate do passado torna-se necessário como escudo e espada contra o avanço da mundialização, concebendo Lugares de Memória, ou seja, verdadeiros produtos da crença da necessidade de criar arquivos diante da inexistência de uma Memória espontânea. “Se o que defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p. 13).

Quando Nora visualizou a questão da Memória proposta anteriormente por Halbwachs, também trouxe outras questões acerca da memória coletiva e sobre suas relações com a Memória individual. Enquanto Halbwachs submetia o singular ao coletivo, proclamando sentimentos, ideias, crenças, não como produtos do indivíduo em si, mas como parte de um conjunto de produtos tecidos por um grupo. Mas, para Nora, a

consciência da inexistência de uma Memória espontânea e da consequente criação de arquivos, aniversários e celebrações, enfim, construções de Lugares de Memória, não são operações naturais, mas produzidas diante de uma necessidade. Dessa forma, segundo Nora, os Lugares de Memória são produzidos pela História, não por um determinado grupo, mas, sobretudo, para ele, ou seja, são produzidos artificialmente diante da necessidade de conservação da memória ameaçada pelo desaparecimento.

Enquanto Halbwachs buscou identificar os respectivos territórios pertencentes à História e à Memória, Nora nos trouxe o enlaçamento entre as duas, dando ao historiador objeto capaz de resgatar a memória enquanto produto de identidades individuais e coletivas, a memória como utensílio para o vislumbramento de vínculos sociais entre aqueles que partilham de suas memórias. Ainda para Nora, a aceleração do tempo, além de trazer o desmantelamento de variadas identidades, trouxe transformações dentro da produção o próprio conhecimento histórico, ou seja, o historiador se debruçou sobre algo novo para ele, a própria escrita da História.

A história da história não pode ser uma operação inocente. Ela traduz a subversão interior de uma história-memória por uma história-crítica, e todos os historiadores pretenderam denunciar as mitologias mentirosas de seus predecessores. Mas alguma coisa fundamental se inicia quando a história começa a fazer sua própria história. O nascimento de uma preocupação historiográfica, é a história que se empenha em emboscar em si mesmo o que não é Ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela. (NORA, 1993, p. 10)

O século XX, cenário da escrita de Halbwachs e de Nora, trouxe-nos de volta o fortalecimento dessa relação entre mãe e filha. Clio voltou a enlaçar-se à Mnemósine com o avanço da História Oral, dependente da Memória, sua ferramenta, sua mãe, segundo os gregos da longínqua antiguidade. Para Joutard “*a história oral tem, mais que nunca, o imperativo de testemunhar, tendo a coragem de permanecer história diante da memória de testemunhos fragmentados que têm o sentimento de uma experiência única e intransmissível*” (JOUTARD, 2000, p. 35). Dessa forma, para Joutard, nossa Clio faz uso de Mnemósine, de forma crítica, sendo enriquecida por ela.

A aceleração do tempo visualizada por Nora abriu ainda mais as portas para a expansão do conceito de fonte histórica, assim como a modificação do papel do historiador, não mais vinculado à ideia do resgate de uma verdade sobre um respectivo fato, mas contribuinte com o alavancamento de variadas verdades e com a busca do entendimento de suas construções pelos vários sujeitos históricos. Ao passo que a História Tradicional reservava a poucos o papel de sujeitos de sua própria história,

ladeados por uma multidão de desprovidos de protagonismo, a História Nova passou a considerar a multidão repleta de sujeitos históricos, devidamente retirados das trevas do esquecimento e da negação para serem enxergados por Clio.

Esses novos sujeitos históricos apresentados por uma “História Vista de Baixo⁴”, sujeitos que se propuseram a falar, trazendo à tona verdades abafadas, escondidas no obscurantismo do não escrito. A oralidade deu aos historiadores um oceano de novas possibilidades, valendo-se da Memória para, literalmente, ouvir informações e representações que outras fontes não trariam muito provavelmente.

Aqueles que participaram, que viram, que escutaram, trazem uma palavra viva, ainda pulsante, com variados tons de voz, variadas palavras ofegantes, olhos umedecidos, dedos em riste, nós na garganta, a fala traz à História uma dimensão viva a respeito de um passado não muito distante e que ainda bate as portas daqueles que falam. Di-lo a nós Verena Alberti:

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas *contemporâneos*, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1990, p. 4)

A História Oral se concebe e se fortalece com a ideia de que cada indivíduo é ator de sua história, concebendo a necessidade de trazer à senda histórica indivíduos distantes da escrita tradicional, dando “voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os derrotados” (JOUTARD, 2000, p. 33). A História do Tempo Presente, a História das Mulheres, História do Cotidiano e outras demandas trazidas “criaram um campo novo para a pesquisa histórica que valoriza as trajetórias de vida e os depoimentos pessoais que se colocam, também, como fontes documentais para a reflexão histórica” (VISCARDI E DELGADO, 2006, p. 13).

⁴ Abordagem teórico-metodológica que busca trazer à senda histórica indivíduos que até então haviam sido ignorados ou calados à medida que uma história das elites era contada. Christopher Hill nos diz “Podemos descobrir que os homens e mulheres obscuros que aparecem neste livro, junto com alguns menos obscuros, falam mais diretamente a nós que Carlos I ou o general Monk, que nos manuais figuram como os autores da História”. (HILL, 1987, p. 35). HILL, Christopher, O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.29-55.

Beatriz Sarlo (2007) também reconhece que a História Oral avançou dentro de um contexto de expansão de discursos feitos em primeira pessoa por conta dos vários sucessos do mercado editorial, como autobiografias e biografias, bem como o peso jurídico que testemunhos passaram a ter após o Holocausto e o fim das ditaduras latino-americanas. Junto a essa expansão do discurso em primeira pessoa, as ciências humanas também se apossaram desses testemunhos para suas respectivas análises e produções.

Ainda segundo Sarlo, os discursos em primeira pessoa foram tomados pelos historiadores e se tornaram parte da escrita da História, produto do historiador, profissional que, valendo-se de um rol de regras metodológicas e de teorias, conduziu o testemunho para dentro dos muros acadêmicos, em especial para as mãos da História Oral, que agora usufrui de mais prestígio e de mais utilizadores entre os historiadores.

Restaurou-se a razão do sujeito, que foi, há décadas, mera “ideologia” ou “falsa consciência”, isto é, discurso que encobria esse depósito escuro de impulsos ou mandatos que o sujeito necessariamente ignorava. Por conseguinte, a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade. (SARLO, 2007, p. 19)

Os horrores da Segunda Guerra Mundial e o já mencionado Holocausto ligado a ela, as variadas violências praticadas pelas ditaduras que se formaram na América Latina e as resistências a elas, o desmantelamento da União Soviética que havia silenciado tantos, os variados movimentos de trabalhadores, de mulheres, de homossexuais, de negros chegaram aos olhos de Clio. A História Oral retirou muitos da insignificância, da exclusão, do anonimato, dando a muitos o direito à Memória, negligenciada até então pelo paradigma tradicional. Não se trata de tomar como verdade o que vem da boca desses novos atores da história, pois como nos recomenda Verena Alberti, as palavras do entrevistado se constituem como uma fonte, no caso uma fonte oral, devendo o pesquisador interpretá-las, analisá-las após a transcrição, momento que se transformam em documento inquirido dentro dos rumos da pesquisa (ALBERTI, 2005).

Philippe Joutard (1998) nos fala que a História dá importantes avanços em direção a uma cientifização a partir do século XVII, enquanto a tradição oral seguiu o caminho do enfraquecimento. Segundo o autor, o regresso da oralidade entre os historiadores aconteceu ao longo do século XX, mais especificamente a partir da década de 1950, em terras norte-americanas; e na década de 1960 na Europa, objetivando a construção de uma espécie de história alternativa em meio aos movimentos feministas e

sindicalistas no final dessa década. A realização de encontros internacionais nos Estados Unidos e na Europa demonstra a receptividade que a História Oral teve tanto no seio acadêmico quanto entre os movimentos sociais, algo já evidenciado pelo próprio Joutard quando assinala acerca da necessidade de “dar voz aos excluídos e marginalizados”⁵. Para o autor supracitado, uma outra geração de historiadores orais teve a década de 1990 como palco, momento posterior a uma década de reuniões internacionais, e época da queda do muro de Berlim além do fim da União Soviética, contexto de avanço da oralidade dentro do campo de domínio da História, no sentido de recolhimento dos vários testemunhos contrários à documentação ligada aos governos que caíram. Portanto, de posse de metodologia e de teorias, a História Oral se concebeu e continua a avançar em meio a incentivos e desconfianças.

Se para Joutard (1998) a História Oral angariou simpatias dentro das academias norte-americanas e europeias, assim como entre vários movimentos sociais, o mesmo não ocorreu subitamente em terras brasileiras, embora nosso solo dispusesse (como ainda dispõe) de uma grande quantidade de excluídos que poderiam ser envolvidos por ela. Depois de cerca de vinte anos após já ser utilizada nos Estados Unidos, em 1975 o Brasil recebeu especialistas norte-americanos e mexicanos, patrocinados pela Ford, que ofereceram cursos para professores e pesquisadores de várias instituições objetivando a expansão metodológica e a criação de programas de História Oral nas universidades, bem como as bases para a criação de uma associação brasileira de História Oral.

O solo norte-americano fertilizado pelas lutas dos seus negros, os solos europeus pisados por vítimas e/ou visualizadores de mais uma grande guerra e do governo de Stalin criaram condições para o avanço da História Oral com a multiplicação de trabalhos e de congressos internacionais, que consolidaram a oralidade enquanto elemento primordial para o enriquecimento e ampliação da escrita da História. Marieta Moraes Ferreira (1998) analisa o cenário brasileiro de acanhamento e até repulsa de boa parte dos meios acadêmicos em relação à utilização da oralidade como instrumento para a nossa Clio, nos esclarecendo que vinte anos de ditadura e o paradigma estruturalista configuraram como poderosos inibidores ao avanço dos testemunhos individuais.

⁵“Dar voz a marginalizados e excluídos”

Expressão visualizada em FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. História Oral, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998, p. 1.

A autora ainda destaca que a Ditadura Civil-Militar castrou a fala durante seus vinte e um anos de duração e, de forma mais poderosa ainda, aquelas que se distanciavam de um padrão desejado pelo governo. Além do aparato estatal, o paradigma estrutural, que ainda exerce muita força dentro do seio acadêmico, descarta a subjetividade ofertada pelo depoimento, dando grande importância à observação de estruturas de longa duração e, conseqüentemente, menosprezando o testemunho que, necessariamente, não poderia representar um grupo ou uma época (FERREIRA, 1998).

Assim, até o começo dos anos 90, portanto, tinha-se o seguinte quadro no Brasil: a História Oral não merecia figurar nos currículos dos cursos universitários, implicava pouca reflexão e não constava das programações de seminários e simpósios.

Creio que várias ordens de fatores podem explicar essas dificuldades para a legitimação da história oral no Brasil: de um lado, questões de ordem política e econômica, e de outro, as características da própria concepção de história dominante nos meios acadêmicos brasileiros. (FERREIRA, 1998, p. 2)

Entretanto, se a oralidade fora castrada, em parte, pela Ditadura Civil-Militar, a década de 1980 com a reabertura política foi cenário para o nascimento de programas de História Oral em universidades e outras instituições desejosas por preservar memórias. Porém, trazer memórias à tona após vinte anos de regime ditatorial não significou uma ampla aceitação nos meios acadêmicos, ainda receosos com a produção utilizadora da História.

O avanço considerável da História Oral ocorreu durante a década de 1990, quando o parâmetro estruturalista eclipsou. François Dosse, em História do estruturalismo (1993) diz que o auge desse paradigma ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, e, ainda em 1966, ele já passa a vivenciar uma crise, que toma corpo ainda maior na década de 1980. A ideia de uma infraestrutura socioeconômica determinante passou a ser questionada com veemência, ao passo que novas ideias e problematizações construíram novos conceitos como a valorização das subjetividades enquanto fonte de um considerável enriquecimento para o campo do historiador.

A escrita de Edward Palmer Thompson (1987) nos trouxe críticas ao modelo marxista produzido nas décadas anteriores, investido da autoridade da estrutura que apagava o papel do indivíduo enquanto sujeito de sua própria história, tornando-o um ser sem rosto, submetido à rigidez da regra, da classe, produzida por algo que independe de vontades e convicções individuais. De fato, não há de se estranhar as causas da rejeição estruturalista ao sujeito e conseqüentemente à sua memória, que poderiam

apenas traduzir um sentimento da classe da qual pertencia, ou ser, simplesmente, um devaneio desconectado de uma verdade puramente determinada pela classe. Mas, dentro do marxismo, Thompson, em *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987), declara que:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 1987, p. 9)

Ainda sobre o papel do indivíduo e sobre sua inserção no seio da classe, Thompson, em *a Miséria da Teoria* (1981):

Pensamento e ser habitam um único espaço, que somos nós mesmos. Mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adoecemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser; mesmo ao contemplarmos o “real”, sentimos a nossa própria realidade palpável. De tal modo que os problemas que as “matérias-primas” apresentam ao pensamento consistem, com frequência, exatamente em suas qualidades muito ativas, indicativas e invasoras. Porque o diálogo entre a consciência e o ser torna-se cada vez mais complexo - inclusive atinge imediatamente uma ordem diferente de complexidade, que apresenta uma ordem diferente de problemas epistemológicos - quando a consciência crítica está atuando sobre uma matéria-prima feita de seu próprio material: artefatos intelectuais, relações sociais, o fato histórico. (THOMPSON, 1981, p. 27)

Somando-se a Thompson e outros autores da chamada História Social⁶, que trouxeram modificações acerca de determinados conceitos tão caros aos marxistas, simultaneamente desenvolveu-se a Nova História Cultural⁷, carregando nomes como Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Pierre Bourdieu, que trouxeram contribuições interdisciplinares e renovaram e ampliaram os estudos históricos. As cartas para um

⁶ Também conhecida como “História Vista de Baixo”, ganhou força durante a terceira geração da Escola dos Annales, tendo o compromisso de conceder protagonismo a indivíduos pertencentes a grupos menos favorecidos, como camponeses, escravos, pessoas visualizadas como comuns, desprendidas do mundo das elites. Robert Darnton, em *O Beijo de Lamourette* nos fala de uma “História Negra, História Urbana, História do trabalho, História das mulheres, história da criminalidade, da sexualidade, dos oprimidos, dos silenciosos, dos marginais” Ver Darnton, Robert. *O Beijo de Lamourette*. Mídia, Cultura e Mídia. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

⁷ É o nome dado a um paradigma que prioriza a construção histórica a partir de manifestações culturais, priorizando expressões, principalmente, das classes populares, embora não descarte as expressões das classes dominantes, se debruçando sobre uma determinada realidade social, discutindo seu processo de construção e significação. Na obra “O que é História Cultural”, Peter Burke nos esclarece que seu nascimento ocorre ainda no princípio do século XIX, e que “A Nova História Cultural” se concebe durante a década de 1970. Ver Burke Peter, *O que é História Cultural?* Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

novo pensar histórico estavam lançadas, e, entre elas, figurava a expansão dos debates sobre a memória e suas relações com a história. Esses novos debates e o surgimento de novos conceitos afrontaram a visão estruturalista determinista, enfraquecendo-a. Entre esses novos conceitos, o tempo presente, até então descartável por aproximar objeto de pesquisador, é um dos novos elementos incorporados por essa nova forma de escrever a História.

Como já havíamos dito, o estruturalismo buscou o afastamento entre o objeto e o seu pesquisador, lançando-se sobre passados finalizados, limitando, assim, as possibilidades de análises pertencentes ao campo do historiador. Se a História do tempo presente era um problema para o estruturalismo diante dessa propalada proximidade, a nova escrita histórica aumentou possibilidades, fazendo conhecer subjetividades, mas reconhecendo, também, possibilidades de deformações nos relatos dos depoentes, distanciamentos da realidade, mas sem descartá-las, pelo contrário, utilizando-as em busca de significados que o discurso de objetividade não suportaria.

Assim, a História Oral nos deu acesso tanto a obtenção do passado através das memórias quanto à visualização da constituição dessas memórias. Robert Frank (1992) nos fala sobre as possibilidades de construção de uma história objetiva a partir da subjetividade, pois o historiador não se prenderia apenas ao acontecimento em si, mas enxergando a construção da memória acerca desse acontecimento.

Robert Frank nos acrescenta que o estudo da Memória pode ocorrer de forma objetiva, já que ela pode ser entendida como fato. Segundo ele:

Porque o conhecimento do passado dito “objetivo” não basta para explicar o presente, sendo preciso acrescentar-lhe o conhecimento da percepção presente do passado. Esse “presente do passado” é precisamente a memória, e o estudo acadêmico dessa última permite melhor compreender a identidade que ela tem por função estruturar. (FRANK, 1992, p. 67)

Dessa forma, a época dos devaneios de determinados historiadores havia passado. Muitos trabalhos como alguns dos apontados acima contribuíram decisivamente para a busca de um novo pensar histórico. A própria noção de documento em História foi ampliada. Se, de acordo com a visão tradicional, a História estava reduzida aos textos e aos achados arqueológicos, hoje, a palavra e o gestual também são vistos como documentos (LE GOFF, 2003). Assim, A História deixou de representar exclusivamente apenas os grandes homens e os grandes acontecimentos dirigidos pelos

grandes homens, e se debruçou, também, sobre a massa que havia sido deixada de lado pela escrita tradicional.

Essa nova escrita histórica reconhecendo o papel do indivíduo enquanto construtor de sua identidade, não mais submisso aos determinismos de uma classe, deflagrou debates consequentes acerca da Memória, fortalecendo assim um cenário propício ao avanço da História Oral e a construção de muitos espaços que foram tomados pela mesma. Como já foi enfatizado, a História Oral, ao se aproximar do objeto de estudo cortejando o tempo presente, tomando o testemunho ainda vivo, que pulsa e respira, fala sobre sua participação ou visualização direta sobre o evento. Conforme destaca Verena Alberti:

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade $\frac{3}{4}$ e a da história oral como um todo $\frac{3}{4}$ decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. (ALBERTI, 1990, p. 5).

Verena Alberti (1990) também ressalta o aumento considerável do número de livros, artigos e palestras sobre temáticas relacionadas a História Oral, informando, ainda, que é a área que mais produz textos de teor teórico-metodológico nos últimos anos. Segundo ela, o que havia nascido com a invenção do gravado à fita no território norte-americano na década de 1950 toma uma quantidade grande de historiadores e ainda continua a se ampliar, se consolidando como metodologia.

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. (ALBERTI, 2005, p. 155)

O avanço da História Oral, já apresentada como método, técnica e teoria (PENNA, 2005), se consolida como metodologia (ALBERTI, 2005), não pode ser explicado exclusivamente com a criação do gravador à fita, mas se concebe dentro de um contexto de novos paradigmas, particularmente associado a um momento de debates epistemológicos acerca da escrita da nossa Clio. Esses debates historiográficos, inicialmente promovidos por partícipes da Escola dos Annales, trouxeram consideráveis críticas ao que chamamos de modelo ou paradigma tradicional de História em voga desde o século XIX, concebendo a Nova História, produto de “uma revolta contra a

história positivista do século XIX” (LE GOFF, 2003, p. 36). Ainda segundo o mesmo Le Goff, a Nova História tomou o lugar de uma escrita histórica baseada essencialmente nos textos escritos, mas responsável pela ampliação da própria noção de documento (LE GOFF, 2003).

Nesse sentido, a História Oral também é defendida como metodologia no livro *Usos e Abusos da História Oral* (AMADO; FERREIRA, 2006), quando nos são apresentados três capítulos confeccionados por Philippe Joutard, Alessandro Portelli e Chantal de Tourtier-Bonazzi, onde é proclamado ser algo bem mais complexo que uma técnica para coletar testemunhos. Nesta obra, logo na sua apresentação, as autoras partilham dessa ideia, de uma História Oral enquanto metodologia, subsidiada pela técnica e pela teoria, ou seja, a própria aceitação do testemunho para o historiador teve que passar por um processo de renovação da própria escrita histórica, não sendo uma técnica, mas se apropriando dela para a realização da entrevista como instrumento dentro do método da História Oral.

No entanto, embora tida como uma metodologia já consolidada entre muitos historiadores, as desconfianças não desapareceram, embora também se possa falar de desconfianças com relação aos documentos escritos, contemplados pela História Tradicional, que durante muito tempo marginalizou uma quantidade incalculável de indivíduos ao se prostrar diante da narrativa dos acontecimentos e das ações individuais dos chamados grandes. Paul Thompson (1992) explica esse afastamento dizendo que as críticas à sua utilização vêm do fato de que os depoimentos orais são fontes subjetivas, pertencentes a uma individualidade e, que, podem ser fantasiosas ou possuírem falhas. Thompson diz que todas as fontes estão sujeitas à subjetividade, sendo orais ou escritas, além de poderem ser manipuladas, e também defende que “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. [...] transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’” (THOMPSON, 1992, p.137).

Para Joutard (2000), a História Oral já se infiltrou, inclusive nos círculos de historiadores mais tradicionais, pois a mesma já não se encontra em seus primórdios, já vivendo uma espécie de primavera diante de sua maturidade metodológica que já produz flores muito visíveis. Joutard também acrescenta que, embora demonstre suas flores, a História Oral não pode esquecer de suas raízes, ou seja, de sua missão inicial.

A História Oral é portadora do fortalecimento da ideia de que cada indivíduo é ator de sua história, implicando o reconhecimento acadêmico diante do aumento considerável das produções que a tomam como base, mas, em consequência da

sua maior exposição dentro das academias, ganha outros riscos, como o de perda de sua vitalidade inicial resultante da maturidade alcançada e o de distanciamento concebendo a necessidade de trazer à senda histórica indivíduos distantes da escrita tradicional. O “indescritível” pertence àqueles que dominam a escrita, que já depositaram em papéis suas memórias, mas que deixaram lacunas, coisas que até pareciam insignificantes ou que ainda não haviam sido confessadas, fazendo da oralidade um complemento à escrita.

Com efeito, a História Oral produz narrativas orais, que são narrativas de memória. Essas, por sua vez, são narrativas de identidade na medida em que o entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade. Nesse sentido, “*a dependência da memória, em vez de outros textos, é o que define e diferencia a história oral em relação a outros ramos da História*”. (FENTRESS; WICKHAM, 1992 *apud* ERRANTE, 2000, p. 142)

Como é cediço, a História Oral, que já se espalhou por muitos círculos acadêmicos, inclusive alguns tradicionais (JOUTARD, 2000), toma como principal fonte a Memória (LE GOFF, 1996), os estudos da memória são primordiais. De acordo com Pierre Nora:

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica [...] (NORA, 1993, p. 9)

Como nos fala Nora, a Memória está ligada às crenças e aos imaginários individuais, não apresentando a precisão dos textos escritos para os positivistas. Porém, as fontes orais podem ser confrontadas com outros tipos de documentação, não sendo, apenas um complemento ao documento escrito, pois estes documentos, orais ou escritos, são registros das transformações vivenciadas por indivíduos e sociedades. De acordo com Jan Vansina, a fonte oral não objetiva a substituição da fonte escrita, mas a complementa, assim como a fonte escrita pode ser complementada pela oral (*apud* PRINS, 1992, p.194-195). No ensaio História Oral, parte do livro A Escrita da História, Gwyn Prins destaca:

Onde não há nada ou quase nada escrito, as tradições orais devem suportar o peso da reconstrução histórica. Elas não farão isso como se fossem fontes escritas. A escrita é um milagre tecnológico. As limitações da tradição oral devem ser amplamente avaliadas, de modo que ela não se transforme em um desapontamento, quando após longos períodos de pesquisa resultar uma reconstrução ainda não muito detalhada. O que se reconstrói a partir de fontes orais pode bem ter um baixo grau de confiabilidade, na medida em que não existem fontes independentes para uma verificação cruzada. (PRINS, 1992, p. 165)

Já que para Pierre Nora (1993) a Memória é uma fonte de identidade, torna-se possível discutir, também, a construção dessa entre aquelas que se tornaram os olhos, os ouvidos e as garras da ditadura civil-militar brasileira, agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), já que, segundo este autor, a identidade se expressa por um sentimento de referência e de identificação em torno de um grupo.

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de suas origens. (NORA, 1993, p. 17)

Sendo assim, a Memória por ser uma reconstrução do passado não pode ocorrer de forma ingênua (BURKE, 1992), além de ser uma atividade realizada no presente a partir de visualizações ocorridas no passado por um testemunho pertencente a um determinado grupo, identificado com esse grupo, entrelaçando memórias individuais e coletivas. Buscar os testemunhos de ex-agentes do SNI e do DOPS é trazer ao campo da nossa Clio não apenas os longínquos anos de 1960, 1970 e 1980, mas tomar o presente como cenário de construções e desconstruções contínuas, fazendo de situações contadas por palavras ainda encarnadas suas memórias, identidades e pretensões de legitimidade, e, no caso desse trabalho mais especificamente, por palavras que ainda ecoam no Maranhão, onde a Ditadura Civil-Militar também habitou e desenvolveu seus tentáculos de vigilância, censura e repressão e ainda carrega memórias acerca das trincheiras montadas.

1.2. O Golpe Civil Militar: história e historiografia

As intervenções militares nos rumos políticos brasileiros ocorreram consideráveis vezes. O próprio nascimento da Primeira República se deu a partir de um golpe desferido pelo Exército, bem como sua consolidação sob a presidência do marechal Floriano Peixoto, durando até 1930, quando também foi derrubada por outro golpe militar, que encaminhou à presidência Getúlio Vargas, este, por sua vez, que também caiu quinze anos mais tarde também pelas mãos do Exército, para, logo em seguida, enxergar a chegada do militar Dutra ao cargo de presidente da chamada República Democrática.

Nesse sentido, tais intervenções não se extinguíram durante a República Democrática. Setores militares concebiam um golpe contra Getúlio, quando o mesmo veio a suicidar-se, bem como em outro momento, mais particularmente cerca de um ano depois, uma parcela do Exército assegurou a posse de Juscelino Kubitschek e de João Goulart em 1955. Para Benevides, as razões “mais importantes da intervenção militar na política não são militares, mas políticas; refletem a estrutura política e institucional da sociedade e não as características sociais e organizacionais da instituição militar”. (BENEVIDES, 1979).

Em 1964, a mencionada República Democrática teve seu fim diante de outra intervenção militar, o golpe civil militar sobre o governo de João Goulart. Porém, a partir de 1964, os militares deixam de lado o simples papel de moderadores, e se tornam regentes dessa fase política brasileira (SPEPAN, 1975). Acerca da direção do golpe pelos militares e sobre sua manutenção no poder político, para Nílson Borges:

Dentro do espectro ideológico dos militares brasileiros, a Doutrina de Segurança Nacional serviu para abolir dois dos princípios fundamentais do regime democrático liberal: a subordinação dos militares ao poder civil e a não-intervenção no processo político. Ora, a Doutrina propõe uma mudança radical no papel da profissão militar, em que defesa externa implica a defesa interna, isto é, o velho profissionalismo da segurança interna e do desenvolvimento nacional. Este profissionalismo, como foi praticado no Brasil durante o regime militar pós-64, exige dos seus adeptos, de maneira inelutável, esta mudança de característica que define a personalidade autoritária e que supõe uma tendência intrínseca a aceitar a ideologia antidemocrática (BORGES, 2003, p. 33)

Dessa feita, é de suma importância verificar que as inserções diretas realizadas pelo Exército nesses vários momentos possuíram discursos, aplausos e afagos realizados por determinados setores da sociedade civil brasileira, e, como parte dessas

inserções, em 1964 não foi diferente. O Golpe foi desferido pelo Exército, mas parte do contexto favorável ao próprio Golpe foi devidamente criado por setores empresariais associados ao capital internacional, que reuniu, assim, empresários, banqueiros, intelectuais e militares para o desencadeamento de uma campanha de desestabilização capitaneadas pelos Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), logicamente anterior à queda de Goulart entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, que concebeu, dessa forma, um golpe de classe (DREIFUSS, 1981)

A obra de Dreifuss também consegue nos explicar essa relação de proximidade entre setores da sociedade civil e militares a partir da convivência desses setores sob o teto da Escola Superior de Guerra, enxergando valores como hierarquia e disciplina, tão caros aos militares também eram para os empresários, inseridos no do cotidiano concebido pela exploração capitalista. De acordo com ele:

Instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas (...) os industriais e tecno-empresários ligados à estrutura multinacional transmitiam e recebiam treinamento em administração pública e objetivos empresariais na ESG(...) compartilhando a ideologia da segurança nacional de seus equivalentes, esses empresários viam a disciplina e a hierarquia como componentes essenciais de um sistema industrial. (DREIFUSS, 1981, p. 80)

É com Dreifuss (1981) que o título Ditadura Civil-Militar começa a se concretizar. Seus estudos sobre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entidades civis que ao lado da Escola Superior de Guerra desestabilizaram o governo de Jango.

Assim, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi fundado em maio de [1959](#), pelo norte-americano Ivan Hasslocher, dono da agência de propaganda S.A. Segundo Eloy Dutra, na obra “IBAD - A Sigla da Corrupção” (1963), a ADEP (Ação Democrática Popular), entidade ligada ao IBAD, financiou a candidatura de centenas de políticos que defendiam os interesses norte-americanos dentro das terras brasileiras. O IBAD também controlava entidades como o MSD (Movimento Sindical Democrático), a Redetral (Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres) e o MED (Movimento Estudantil Democrático), bem como também fazia uso de programas de rádio, de jornais impressos e de revistas com milhares de tiragens que eram distribuídas gratuitamente.

Dois anos mais tarde, foi fundado em 29 de novembro de 1961 o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), tendo à sua frente os empresários ligados ao capital internacional, construído sobre as bases claras do anticomunismo, com embasamento teórico anticomunista (DREIFUSS,1981), financiado por grupos de empresários do eixo Rio-São Paulo a princípio, que posteriormente se expandiu para outros estados brasileiros. Essa parcela da elite brasileira criou uma verdadeira campanha antigovernamental, publicando revistas e livros, confeccionando filmes e peças, fazendo uso de palestras, arregimentando, assim, uma parcela da sociedade brasileira contra o avanço do chamado comunismo ocidental devidamente representado na cúpula do governo de João Goulart.

Ainda segundo Dreifuss (1981), o verdadeiro “complexo IPES/IBAD” conjugou a ideologia anticomunista, já presente nos quartéis brasileiros nitidamente desde a década de 1930, a uma poderosa máquina financiadora de uma oposição política infiltrada no Congresso e nos estados. Assim, construiu e propagou um projeto capaz de costurar as alianças necessárias ao golpe, formadas por empresários e outros setores civis e militares que viabilizaram o golpe civil militar em 1964, graças às campanhas políticas anteriormente realizadas, às propagandas, às faixas, aos cartazes, às revistas, aos livros, aos programas de rádio, aos jornais financiados por esse complexo que tornaram o passado e as promessas de reformas de João Goulart indícios irrefutáveis de seu envolvimento com o comunismo internacional, explicação máxima para sua queda desferida pelo Exército e sustentada pelo setores mais conservadores da sociedade brasileira.

O Golpe Civil Militar foi construído em meio a um momento que setores da sociedade saíam, algumas vezes, de decênios de letargia. No início da década de 1960, o Brasil vivia um clima de agitações e vários problemas, tanto de ordem econômica, quanto política e social. Havia uma crescente crise econômica, reflexo também da política governamental de Juscelino na década de 1950. No plano social e político, aconteciam diversas greves operárias e a mobilização do campo havia tido um impulso considerável.

A própria ação do IBAD, que objetivava o controle de fatias do movimento sindical e estudantil, acaba traduzindo muito bem o avanço das reivindicações políticas e econômicas relacionadas ao crescimento populacional e ao avanço da urbanização, traduzidos nos movimentos rurais que exigiam direitos, ameaçando o controle secular exercido pelos latifundiários. Esses conflitos entre extremos da sociedade podem muito

bem ser representados pelo embate em torno da reforma agrária capitaneado pelas Ligas Camponesas⁸, surgidas ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek, mas cuja mobilização chegou ao auge durante o Governo de João Goulart.

Moniz Bandeira, no livro “O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)”, nos fala acerca de um autêntico golpe de classe para conter e reprimir a ascensão dos trabalhadores, destacando a participação do empresariado estrangeiro e de órgãos do governo norte-americano para a efetivação da queda do governo João Goulart em clara associação com parcela da elite brasileira.

Com efeito, o golpe de Estado no Brasil, instigado e sustentado pela comunidade dos homens de negócios e pelos proprietários de terras, constituiu nitidamente um episódio da luta de classes, a refletir o aguçamento, tanto no nível nacional quanto internacional, dos antagonismos sociais e políticos, que atingiram uma gravidade inaudita na América Latina, a partir do triunfo da Revolução Cubana” (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 204-205)

As oposições à figura presidencial de Jango e ao modelo governamental lançado por ele após o regresso do presidencialismo contaram com um conjunto de atitudes que, em parte, foram dirigidas pela própria CIA, atitudes variadas que buscaram contar com a participação dos mais variados segmentos sociais brasileiros, arregimentando políticos com mandatos locais ou nacionais, jornalistas, estudantes, chegando, inclusive, aos lares onde buscaram apoio até das donas de casa. Como já dito, setores do capital brasileiro e do capital internacional em comunhão buscaram a construção de um conjunto de estratégias de desestabilização do executivo federal, e os mesmos tiveram o apoio, muitas vezes, da Agência Central de Inteligência do governo norte-americano.

Dessa forma, segundo Moniz Bandeira, a derrocada do populismo em terras brasileiras, além das questões nacionais, se condiciona aos próprios efeitos causados pela Guerra Fria, e o principal deles dentro da América, a Revolução Cubana. Sendo assim, não interessava ao governo de Washington que o Brasil se transformasse em uma Nova Cuba, bem como não interessava às elites nem a possibilidade de reformismo

⁸As Ligas Camponesas surgiram em 1954, em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, mais particularmente a partir de um conflito ocorrido no Engenho da Galileia. Segundo Maria do Socorro Rangel as Ligas Camponesas surgiram a partir da denominação dada pelos latifundiários à Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) com o intuito de ligá-las às ligas camponesas comunistas da década de 1950.

RANGEL, Maria do Socorro. Medo da Morte e Esperança de Vida: uma história das Ligas Camponesas. Campinas: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

apontada por Jango no programa de reformas de base, já que Moniz Bandeira não enxerga João Goulart como um governante populista, mas como um reformista apoiado em um partido, no caso o PTB, e nos sindicatos (MONIZ BANDEIRA, 2001).

No entanto, João Goulart não é visto como um dirigente das massas, pois as mesmas já estavam organizadas, diferentemente da concepção clássica de populismo organizada por Francisco Weffort na sua obra “O populismo na política brasileira” (1978), na qual é indicada a existência de um líder carismático e demagogo “em contato direto com os indivíduos reunidos na massa” (WEFFORT, 1978, p. 28), manipulando-os, tornando-os passivos, o que, segundo Moniz Bandeira (2001), não ocorreu na presidência de Jango. Moniz Bandeira se nutre com um modelo de “análise intencional”.

Segundo Angelina Cheibub Figueiredo, na obra “Democracias ou Reformas” (1993), na qual se aproxima de Dreifuss (1981), quando foca no trabalho dos dois pensadores a presença de uma intencionalidade de setores conservadores nacionais e internacionais como conspiradores e partícipes da derrocada do populismo, cabendo, também, as referências ao crescimento dos movimentos ligados aos trabalhadores brasileiros que cresciam e reivindicavam melhores salários e a expansão dos direitos trabalhistas, enquanto as elites se organizavam e se somavam aos militares.

Nesse sentido, Angelina Cheibub Figueiredo (1993), tomando como referência a obra “Reflexões sobre os Estados Burocráticos Autoritários” de Guillermo O'Donnell (1987) aponta a existência de elementos estruturais explicativos para o golpe civil militar já que haveria a necessidade de manutenção do modelo de concentração de renda cultuado pelas elites conservadoras brasileiras. O'Donnell denomina a estrutura estatal concebida no Brasil a partir de 1964 de “burocrático-autoritário”, nascido após uma mobilização considerável dos setores populares brasileiros principalmente nos centros urbanos, mas também no campo. Para Dreifuss (1981) tais movimentos, que foram enlaçados ao avanço do próprio comunismo pelas proclamações pertencentes ao “complexo IPES/IBAD”. Assim, o Estado “burocrático-autoritário” foi construído para refutar a participação política da sociedade que havia chegado ao seu auge no período anterior ao golpe. A repressão característica de tais governos apagaría a representatividade que poderia ser gerada pela continuidade de instituições como os sindicatos, daí parte do título “autoritário”. Quanto à primeira parte do título usado por O'Donnell, no caso “burocrático”, explica-se pelo gerenciamento desse Estado ser

exercido por indivíduos com carreiras ligadas a organizações burocratizadas, como o caso das grandes empresas privadas e das Forças Armadas. (O'DONNEL, 1986, p. 21).

Para contribuir com o contexto incentivador da participação dos quadros militares para a ocorrência da intervenção realizada em 1964, bem como o entendimento da estrutura de estado construída em seguida, Nílson Borges aponta que:

[...] os militares buscavam reforçar a autoridade pública, centralizar as ações políticas e administrativas no aparelho do Estado de forma tal que se pudesse controlar a mobilização sociopolítica, principalmente nos anos 1950, com a industrialização brasileira e do processo de urbanização. Ao largo das questões nacionais, o aparelho militar se via às voltas com o divisionismo na instituição (partidos militares), provocado, principalmente, por aspectos organizacionais (missão francesa) e ideológicos (o desencadeamento do movimento de 1935, a campanha do petróleo). Enquanto procurava homogeneizar a instituição, articulava-se a aproximação entre setores militares e civis, finalmente concretizada com a criação da Escola Superior de Guerra, a qual determinou, com a execução de seus programas, a interação das elites civis com o meio castrense. É essa mesma Escola Superior de Guerra que, mais tarde, vai recepcionar e teorizar a Doutrina de Segurança Nacional, fornecendo o conteúdo doutrinário e ideológico para a conquista e a manutenção do poder em 1964 (BORGES, 2003, p. 17).

A execução do golpe civil-militar coube às Forças Armadas devidamente contagiadas pelas construções realizadas pelo “Complexo IPES/IBAD” (DREIFUSS, op. cit.), somadas à doutrina de segurança nacional.

Conforme Joseph Comblin, a segurança nacional,

É a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. Essa capacidade é naturalmente, uma força. Trata-se, portanto, da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais (COMBLIN, 1978, p. 54).

Assim, desferido entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, o golpe deu fim a um projeto de queda iniciado em 1961, com o chamado “golpe branco”, quando a maior parcela da elite política brasileira aprova no Congresso da Emenda Constitucional nº.4, fazendo nascer o regime parlamentarista no Brasil.

O governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Se, em agosto de 1961, o golpe militar pôde ser conjurado, em abril de 1964, no entanto, ele deixaria de se constituir no fantasma – que rondou e perseguiu permanentemente o regime liberal-democrático inaugurado em 1946 – para se tornar uma concreta realidade. (TOLEDO, 1982, p. 7).

A “interpretação intencionalista” (FIGUEIREDO, 1993) reaparece na linha de interpretação proposta por Caio Navarro de Toledo, na obra *O governo Goulart e o golpe de 64* (1982), quando o mesmo aponta que as próprias atitudes de João Goulart devem ser vistas com relevância dentro do processo de crise, já que o mesmo teria aberto mão de bases mais sólidas de sustentação diante de atitudes e/ou promessas de continuidade ou de conciliação, pois “o governo Goulart nem conseguia o pleno respaldo das classes populares e trabalhadoras, nem se legitimava face ao conjunto das classes dominantes” (TOLEDO, 1982, p. 119). O próprio Toledo destaca a conjuntura de considerável tensão que resultou no anúncio das chamadas reformas de base no dia treze de março de 1964, numa clara tentativa de ruptura da tradição populista.

Dessa forma, a conjuntura discutida por Caio Navarro de Toledo aponta Jango como o maior postulante do trabalhismo de Getúlio Vargas, herdeiro também de seus opositores, bem como, por outro lado, a idealização de maiores reformas desejadas pelos movimentos populares. Afinal, o Ministro do Trabalho, que havia proclamado um aumento salarial de cem por cento uma década antes, estava ocupando o cargo mais importante da república brasileira, lembrança que provocava angústias de um lado e esperanças de outro.

Seguindo a mesma perspectiva interpretativa, Jorge Ferreira aponta o fortalecimento da crise política que desembocaria no golpe civil-militar a partir do segundo semestre de 1963, quando o mesmo viveu, já como chefe de governo - pois o presidencialismo havia sido retomado no princípio de 1963 – a Revolta dos Sargentos e as contundentes críticas lançadas por Carlos Lacerda e Ademar de Barros que levaram Jango a entrar com um pedido junto ao Congresso que lhe permitisse decretar estado de sítio. A solicitação não recebeu apoio nem do PTB, que naquela situação alinhou-se ao PSD e à UDN, desconfiando de um possível golpe contra as próprias esquerdas. Diante do apoio que, naquele momento não vinha nem do PTB, Jango retirou o pedido do Congresso (FERREIRA, 2003, p. 372 - 373).

Ainda a partir de Jorge Ferreira são visualizados os efeitos danosos que a Revolta dos Sargentos causou ao governo de João Goulart, pois os revoltosos contaram com a participação de elementos ligados a Leonel Brizola e recebeu apoio de movimentos como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)⁹, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)¹⁰ e a União Nacional dos Estudantes (UNE)¹¹.

⁹Organização interpartidária criada em 1956 no Congresso Nacional. Funcionava como um grupo de pressão que condenava o imperialismo em geral e a ação do capital estrangeiro em particular, e

Se um grupo mal articulado de sargentos, cabos e soldados tomou a capital da República com facilidade, o que poderia acontecer se a rebelião fosse liderada por oficiais da ala janguista do Exército? Além disso, parcelas significativas da oficialidade impressionaram-se com o levante dos subalternos, o que permitiu que muitos concordassem com os argumentos dos conspiradores no meio militar. Mas, sobretudo, o movimento enfraqueceu politicamente o governo, desgastando-o profundamente. (FERREIRA, 2003, p. 371)

A rebelião de sargentos e marinheiros¹² preocupou boa parte da cúpula das Forças Armadas brasileiras, que enxergaram nos dois movimentos o desafio e a quebra de dois valores militares máximos e inquestionáveis, a hierarquia e a disciplina. Setores das Forças Armadas que até então eram simpáticos à causa nacionalista, recuaram e transferiram seus olhares para o golpismo ou, simplesmente, tornaram-se omissos diante do avanço de setores que proclamavam a necessidade do golpe (FERREIRA, 2003, p. 371).

Somando-se à desconfiança de setores militares frente ao avanço de movimentos nascidos, inclusive, dentro deles, a crise econômica, herdada principalmente de Juscelino Kubitschek, que juntou-se às pressões exercidas pelas massas e pelos movimentos camponeses e operários para conjuntamente criarem as tensões e projetos políticos consideravelmente opostos dentro da realidade brasileira. O governo de Jango inteiro foi marcado pela crise, desde a sua posse, permitida após um arranjo conciliador que instituiu o parlamentarismo, até a sua queda já com os poderes presidenciais restituídos, mas inserido na polarização política nacional e internacional proclamada tanto no Congresso quanto nas ruas.

Moniz Bandeira enfatiza que:

reivindicava a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e o controle estatal sobre a exploração dos recursos naturais básicos. Acabou sendo extinta em abril de 1964, em função da cassação da maioria de seus membros pelo regime militar recém-implantado. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/frente_parlamentar_nacionalista. Acesso em 10 de junho de 2016, às 10:20.

¹⁰ Organização que objetivava a coordenação do Movimento Sindical no Brasil, sendo criada em 1962, no Estado de São Paulo durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, reunindo sindicatos e suas federações e confederações, tais como o Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (CONTEC) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA).

¹¹ Organização fundada em 1937 por ocasião I Congresso Nacional de Estudantes, no Distrito Federal, participando, mais tarde, de campanhas como "o petróleo é nosso", durante o governo democrático de Getúlio Vargas e na campanha sobre a gratuidade do ensino, a defesa da escola pública e a reforma universitária, intensificadas durante a década de 1960.

¹² Revolta promovida por suboficiais, sargentos e cabos, em 12 de setembro de 1963, em Brasília, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a inelegibilidade de ocupantes dessas patentes para órgãos do Poder Legislativo nos níveis municipal, estadual e federal, conforme estabelecido na Constituição de 1946.

O proletariado, desde o episódio da luta pela posse de Goulart, amadurecia, politicamente, como classe e os líderes sindicais formaram o Comando Geral de trabalhadores (CGT), o Pacto da Unidade de Ação (PUA) e outras associações em nível regional, a fim de coordenar e unificar o movimento operário, não somente para defender reivindicações econômicas como também para influir nas decisões do poder público, em sua política e mesmo em sua composição (MONIZ BANDEIRA, 1978, p. 59).

Os movimentos sociais viviam o ápice. Nas cidades, o movimento estudantil, tendo na UNE (União Nacional dos Estudantes) sua direção maior, estava vivendo seu momento maior. O sindicalismo possuía autonomia e sua atuação era regida por uma espécie de diretório central, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), convocando greves e pressionando pela ampliação de direitos trabalhistas, possuindo ecos dentro do governo. No campo, as Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado Francisco Julião, exigiam a reforma agrária, arregimentando participantes do norte ao sul do Brasil. Tais movimentos assustaram os setores conservadores brasileiros, que também reagiram, organizando manifestações, levando às ruas uma reação, mas, ao mesmo tempo, um pedido favorável à intervenção que se pensava moderadora por parte das Forças Armadas.

Dentro do Congresso, a União Democrática Nacional (UDN), responsável maior pela crise política que culminou no suicídio de Vargas em 1954, deu as mãos ao Partido Social Democrático (PSD), composto por herdeiros políticos de Vargas, mais particularmente representantes e membros das elites agrárias e herdeiros das estruturas governamentais criadas durante os anos dirigidos pelo presidente natural de São Borba. Os dois partidos juntaram-se diante do avanço dos movimentos organizados pela sociedade civil e pela tendência de Jango de se aproximar de tais setores. Como já falado, o antigo “Ministro dos Trabalhadores” tinha agora a presidência, mas diante da forte oposição dentro do Congresso, teria que sair às ruas para continuar governando.

Entre as propostas de reforma de Goulart estava a reforma agrária, encabeçando as outras reformas, contempladas como Reformas de Base. A dita proposta de reforma agrária marca uma ruptura definitiva entre Jango e o PSD, partido reconhecidamente representante dos interesses dos grandes proprietários rurais brasileiros. Com uma ruidosa oposição no Congresso Nacional, Goulart buscou nas ruas mobilizadas o apoio para pressionar o Legislativo, projetando a realização de grandes comícios que ocorreriam nas principais cidades brasileiras até o dia 24 de agosto de 1964, quando se comemoraria o décimo aniversário da morte de Getúlio Vargas.

Invocando a figura de Vargas, Jango buscava estabelecer uma relação direta entre o governante e a população, depreciando consideravelmente o Congresso, obstáculo maior à realização das reformas desejadas.

Assim, no dia 13 de março de 1964, foi realizado o comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Em seu discurso, João Goulart assegurou o seu desejo de desapropriar terras às margens de rodovias e ferrovias sem indenização. Essa atitude do presidente fortaleceu sua alcunha de comunista, promovendo a reação conservadora que também veio das ruas. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” proclamava a defesa dos valores cristãos contra a suposta marcha comunista dirigida pelo próprio presidente. Às ruas opuseram-se projetos políticos muito diferentes, concebendo algo ainda não visto na história do país. Os debates políticos saíram dos corredores e do plenário do poder e alavancou uma parcela considerável da sociedade brasileira, assustando o conservadorismo brasileiro, restando aos militares, outra vez, a intervenção necessária para afastar a ameaça das ruas. O golpe se fez entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, poucos dias após o comício da Central do Brasil.

A obra “Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964” (1986), Heloísa Starling, se aproxima muito do pensamento de Dreifuss (1981), quando identifica os conspiradores mineiros, os “novos inconfidentes” nacionais e internacionais se amalgamaram através do IPES, resultando na marcha dirigida pelo general Olímpio de Mourão Filho, que saiu de Minas Gerais, mas particularmente de Juiz de Fora, com amplo apoio das elites tradicionais, juntando-se a outros regimentos das Forças Armadas, também subsidiadas pelas elites brasileiras.

Segundo Carlos Fico, na obra “O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira” (2008), as ações militares foram conduzidas precipitadamente após a iniciativa de Olímpio Mourão Filho, enxergando a desestabilização do governo de João Goulart ligada aos setores civis como variadas organizações oposicionistas da sociedade civil, partidos políticos e Igreja Católica como construtoras de discursos que ajudaram a promover a desestabilização da presidência de Goulart, mas aponta o Exército estando na linha de frente para sua deposição.

Visualizando o golpe como fruto de uma conspiração que enlaçou setores conservadores brasileiros (DREIFUSS, 1981; MONIZ BANDEIRA, 1978) ou como uma reação preventiva (TOLEDO, 1982), é sublinhada a participação ativa de setores civis na consumação da queda de Goulart, mais especificamente de setores empresariais

nacionais e internacionais e políticos devidamente ligados a parcelas das Forças Armadas.

Cabe agora, a partir dos apontamentos feitos, dizer que houve sim um golpe militar, mas que o mesmo teve o forte respaldo internacional ligado a empresários brasileiros visualizados através de partidos políticos, setores e organizações da sociedade civil opositores do passado político e das atitudes do presidente e dos seus aliados. No dia 1º de abril de 1964, militares e segmentos conservadores começaram a construir uma estrutura governamental, que teve a participação direta de civis e militares, que se caracterizou pelos visíveis autoritarismo e exclusão. Nascia assim, a partir de um golpe civil-militar, uma ditadura civil militar que durou até 1985 com a eleição indireta de um presidente civil, que não tomou posse, ou 1988 quando foi concluída a constituição cidadã. Em relação ao fim da Ditadura, para Daniel Aarão Reis, em artigo dentro da obra *A Ditadura que mudou o Brasil-50 anos do Golpe de 1964* (2014), traz os seguintes questionamentos: "*Em relação ao fim do período, os marcos são mais fluidos. Seria 1979, com a revogação dos Atos Institucionais? Ou 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney? Ou, ainda, 1988, com a aprovação de uma nova Constituição?*" (MOTTA; REIS; RIDENTI, 2014, p. 12)

Nesta obra citada, o próprio Aarão se posiciona favorável à ideia do fim de um estado de exceção em 1979, quando ocorreu a revogação dos Atos Institucionais e uma consequente abertura democrática, buscando referência em autores como Emir Sader, Maria José Resende, Elio Gaspari, Brasílio Salum. Quanto ao fim do período ditatorial, Aarão nos fala da existência de um “discurso hegemônico” (MOTTA; REIS; RIDENTI, 2014, p. 12) que proclama o ano de 1985 como seu marco final, embora o primeiro presidente civil após o golpe de 1964, José Sarney, tenha sido um indivíduo tão ajudado pelo aparato ditatorial. Ou seja, para o autor citado a definição de 1985 como último ano da ditadura e primeiro ano da volta democrática cabia muito aos civis que participaram assiduamente do estado de exceção, mas que não desejavam sua identificação com o período que se encerrava, afinal

A memória é assim: substitui evidências pela vontade e pelo interesse, que, no caso, se articularam para responsabilizar unicamente os militares pelo “fato ditatorial”. No mesmo movimento, obscureceu-se a participação dos civis na construção do regime, esvaziando-se de quebra o estudo e a compreensão das complexas relações que sempre vigoraram entre o poder ditatorial e a sociedade. (MOTTA; REIS; RIDENTI, 2014, p. 13)

Celebrar o fim desse período nefasto em 1985 é retirar o peso dos ombros de um considerável número de civis que receberam incontáveis benefícios de uma ditadura composta tanto por fardados quanto paisanos, enterrando o passado daqueles que a partir de 1985 se apresentaram como portadores da Nova República Brasileira, como guias para retirar o Brasil da escuridão que muito frequentaram e demasiadamente deviam ou ainda devem.

CAPÍTULO 2 - A CONSTRUÇÃO DO NINHO

Neste capítulo faremos uma análise historiográfica acerca do processo de construção e consolidação da Ditadura Civil Militar a partir de um intenso processo de centralização do poder político nas mãos do Poder Executivo sob controle dos militares em detrimento do Poder Legislativo e da estrutura federalista vigente até antes do golpe de 1964.

O conceito de Estado burocrático-autoritário pensado pelo mencionado Guillermo O'Donnell (1987) nos serviu como principal norte para a elaboração dos itens “A Montagem da Estrutura Política” e a “Montagem da Estrutura Socioeconômica”, nos apresentando um Estado com partícipes civis e com claros compromissos com setores também civis interessados num modelo governamental que, embora tenha limitado o protagonismo político paisano, concedeu consideráveis favores econômicos a determinados setores da elite brasileira como o esmagamento de sindicatos e de salários.

Os itens seguintes “A Montagem da Legitimidade” e “Doutrina de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações e Departamento de Operações Políticas e Sociais” também buscam nos apresentar um projeto de poder que buscou legitimar-se a partir de um discurso de moralidade e das conseqüentes vigilância e repressão características de governos autoritários.

2.1 A Montagem da Estrutura Política

Antes mesmo do estabelecimento do Ato Institucional de número 5, em 13 de dezembro de 1968, o governo que se iniciou com o respaldo do Congresso Nacional, tratou de extinguir a elite política reformista ligada ao derrubado João Goulart e nomeada como comunista, além de dirigir a elite política que apoiou o golpe e permaneceu no poder sob tutela dos militares, mas também, reprimir e buscar controlar juridicamente os movimentos sociais que haviam exigido reformas.

Para buscar caracterizar a estrutura de governo que se construiu a partir de 1964, tomaremos como referência o já citado trabalho de Guillermo O'Donnell (1987) e o seu conceito de Estado burocrático-autoritário. Para O'Donnell (1987), tais estados nascem após uma forte participação política dos setores populares e são administrados por indivíduos que já haviam participado de organismos extremamente burocratizados como grandes empresas privadas, nacionais e internacionais, ou nas próprias chefias das

Forças Armadas. Tais bases também são mostradas por Dreifuss (1981), quando este aponta a pressão exercida sobre os vários movimentos sociais que habitaram o Brasil no período anterior ao golpe, bem como a forma que eram visualizados pelos setores conservadores brasileiros, devidamente referenciados e, muitas vezes, financiados pelos “Complexo IPES/IBAD”. Além disso, com Dreifuss (1981), também, visualizamos como tais organismos participaram do governo que se fez a partir de 1964, quando partícipes do “Complexo IPES/IBAD” se enclausuraram nas trincheiras do poder, mais particularmente, nos setores administrativos brasileiros.

Dessa forma, para O’Donnell (1987), os Estados burocrático-autoritários, tem a necessidade de afastar a grande parcela da sociedade da participação política, excluindo-os da participação que havia se concebido antes de abril de 1964. Assim, o Estado torna-se inalcançável pois interfere não só nos espaços mais característicos do poder governamental, mas, também, em organizações como os sindicatos, espaços onde o poder também se traduz e onde o Estado burocrático-autoritário passa a lançar seus tentáculos. Constitui-se, dessa forma, como despolitizante à medida que analisa questões sociais a partir de pareceres essencialmente técnicos, pois números construídos por indivíduos que haviam participado de organizações que desestabilizaram o governo Jango retiravam os sentimentos expostos nas ruas que clamavam por reformas.

Nesse sentido, logo nos primeiros dias após o golpe civil militar, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como por exemplo o CGT, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Milhares de pessoas foram presas, e os casos de tortura multiplicaram-se. Um Estado repressivo que aboliu as liberdades políticas individuais e coletivas, mesmo que na esfera das instituições permitisse o funcionamento do Congresso Nacional, mas com os poderes limitados e controlados.

Segundo Skidmore:

A G2(Inteligência) do Quarto Exército vinha há muito observando de perto o trabalho dos organizadores das ligas camponesas e os ativistas políticos de esquerda. Vitoriosa a Revolução, os militares prenderam centenas deles, trazendo muitos para o Recife, onde fica o quartel-general do Quarto Exército. Alguns foram submetidos a torturas, como o “telefone” (tapa que se aplica simultaneamente, com as mãos em concha, nos dois ouvidos da vítima, muitas vezes lhe estourando os tímpanos), o pau-de-arara (pau roliço que, depois de passado entre ambos os joelhos e cotovelos flexionados, é suspenso em dois suportes, ficando a vítima de cabeça para baixo e como que de

cócoras, sujeita a pancadas e choque elétricos) e o “banho chinês” (mergulhar a cabeça da vítima em uma tina de água fervida ou de óleo até virtualmente sufocá-la). (SKIDMORE, 1988, p. 57)

Dessa feita, o Marechal Humberto Castello Branco foi escolhido como presidente pela cúpula das Forças Armadas brasileiras, bem como pelos setores civis que participaram do golpe. Castello Branco pertencia a uma ala dos militares que pregava uma “limpeza”, arrancando os “obstáculos impatrióticos” (TAVARES, 1977, p. 102) das instituições políticas brasileiras e, em seguida o propunham o regresso da democracia, o chamado “Grupo de Sorbonne”. Por outro lado, havia entre os militares aqueles que desejavam um governo militar mais duradouro, era a “Linha Dura”, encabeçada por Artur da Costa e Silva, que tomaria as rédeas presidenciais após a saída de Castello Branco.

Essa dicotomia pode ser constatada em entrevista concedida por Ernesto Geisel em obra que recebe seu nome:

Foi um erro ter-se ficado tanto tempo. Surgiu, desde logo, o problema do combate ao comunismo, ao terrorismo, à corrupção. Além disso, manifestou-se outro problema grave: o da divisão no Exército entre a linha dura e a área mais moderada, que tendia para a normalização. [...] Havia muitos oficiais que eram moderados e cuja tendência era se agrupar em torno de Castello. E havia outros que eram mais exaltados, mais radicais, e que se uniram em torno do Costa e Silva. (D'ARAUJO e CASTRO, 1998, p. 168).

Entretanto, ainda sob a direção de Castello Branco, o que se viu, foi a construção de um regime de exceção contemplado pelo estabelecimento dos atos institucionais. Para dar caráter de lei ao desencadeamento da repressão sobre as mais variadas esferas, os governos ditatoriais se municiaram com os atos institucionais. O ato institucional de número um permitiu a cassação de direitos políticos, o de número dois celebrou o poder executivo com poderes para fechar o Congresso, o de número três concebeu como indiretas as eleições para governador e vice, o quarto convocou o Congresso para a votação de outra constituição. E essa restrição é muito bem apontada novamente por Guilherme O'Donnell (1987) como uma das premissas dos Estados burocrático-autoritários.

O abre-alas dos chamados “anos de chumbo” ocorreu em 1967, quando no dia 15 de Março, tomou posse como presidente o Marechal Costa e Silva. É com este governo, representante da linha dura, que ocorre um endurecimento ainda maior do regime. Parte da elite política que havia apoiado o golpe, objetivando a apenas a presença moderadora das Forças Armadas, e não duradoura, construiu uma oposição

política centrada na Frente Ampla¹³, encabeçada por Carlos Lacerda, um dos maiores entusiastas do golpe ocorrido em 1964. Lacerda ajudou a construir um monstro que logo em seguida o devoraria.

Assim, em 1968, foi criado o ato institucional de número 5, o AI-5, o mais poderoso instrumento jurídico usado pelos militares que autorizava o Presidente da República, sem apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares, suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens considerados ilícitos e suspender a garantia do habeas-corpus. Esse ato consolidou o regime ao legalizar, em parte, a utilização da violência. Seria uma resposta autoritária ao crescente aumento das oposições contra o regime, encabeçadas, inclusive, por quem os havia apoiado, fazendo do Congresso, novamente, mas não com a mesma intensidade, palco de antagonismos políticos, e consequentes asperezas entre os poderes Executivo e Legislativo.

Nesse sentido, Nilson Borges, na obra “A Doutrina de Segurança Nacional” (2003), destaca dois momentos distintos vividos pelas Forças Armadas brasileiras, construindo uma explicação interessante sobre sua permanência no poder, frustrando parcela da elite política que havia apoiado o golpe civil militar, como a passagem abaixo demonstra:

Assim, ao se analisar o papel das Forças Armadas no processo político brasileiro, deve-se levar em consideração duas fases: a primeira, antes de 1964, quando os militares intervinham na política, restabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis e retornavam aos quartéis, exercendo a função arbitral-tutelar; a segunda, depois de 1964, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional (instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra), quando os militares, após o golpe, assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros atores políticos, com os civis passando a meros coadjuvantes no sentido de dar ao regime uma fachada de democracia e legitimidade. (BORGES, 2003, p. 16)

¹³Movimento político lançado em 28 de outubro de 1966 com o objetivo de lutar pela "restauração do regime democrático" no Brasil, a Frente Ampla teve como principal articulador o ex-governador da Guanabara, [Carlos Lacerda](#), e contou com a participação dos ex-presidentes [Juscelino Kubitschek](#) e [João Goulart](#), e de seus correligionários. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao_da_oposicao. Acesso em 10 de junho de 2016, às 10:15

Como parte dessas oposições ao regime ditatorial, os movimentos sociais voltavam a ganhar fôlego, influenciados, em parte, pelos ventos pertencentes ao movimento estudantil europeu do final da década de 1960.

Para Skidmore:

A estrutura frágil da Constituição de 1967 – diz – não podia conviver com a radicalização política crescente. Em 1968 houve enormes demonstrações estudantis e duas importantes greves no setor industrial. O governo reagiu com medidas policiais que se tornaram altamente repressivas, especialmente porque em geral os “linha-dura” comandavam as forças de segurança. (...) A presidência de Médici foi a mais autoritária desde 1964. (...) O Brasil estava sob o controle das forças de segurança, que travavam uma batalha com vários movimentos de guerrilha (SKIDMORE, 1988, p. 29).

Desse modo, a Constituição de 1967, mencionada pelo autor supracitado procurou respaldar juridicamente o regime. Não foi produto de uma Assembleia Constituinte, mas fruto de um projeto de Constituição concebido pelo ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva, e pelo jurista Francisco Campos, principal autor da Carta de 1937 que legitimou o governo ditatorial de Getúlio Vargas. Seus pontos centrais eram a Segurança Nacional, o aumento dos poderes da União e do Presidente da República e a redução das liberdades individuais. De acordo com Antônio Carlos Brandão e Milton Fernandes Duarte, na obra “Movimentos Culturais de Juventude” (1990), o endurecimento do regime militar faz parte de um acordo entre a cúpula militar e a burguesia,

Na realidade, a coesão dos que se beneficiavam com o regime militar (burguesia e capital estrangeiro) garantia, social e politicamente, o endurecimento do regime. O desenvolvimento político do aparato estava subordinado à decretação do Ato Institucional de número 5 (AI-5), em 1968. Dessa forma, havia uma espécie de acordo entre o Estado e a burguesia: ela abriria mão dos controles políticos tradicionais (fechamento do Congresso, eleições diretas, pluripartidarismo etc.) e de instrumentos como a liberdade de imprensa (censura em relação aos meios de comunicação); e o Estado, por seu lado, manteria a ordem e o crescimento da produção do país a qualquer custo, assumindo os interesses dos empresários como se fossem os de toda a nação (BRANDÃO & DUARTE, 1990, p. 75)

Embora o poder saído das urnas tenha sido suspenso em grande medida, parcela da sociedade estava devidamente representada pelo Estado que se autopromoveu a partir do golpe de 1964. O Estado fardado com as figuras presidenciais não se tratava de um típico Estado burguês, mas continuou sendo um defensor das relações capitalistas, e, por consequência, um contribuinte com o exercício de exploração pertencente às classes dominantes. Esse autêntico conchavo entre militares e burguesia

garantiria o avanço do capitalismo num cenário de esmagamento das classes populares acometidas por péssimos salários e pela violência estatal ou pela sua possibilidade.

O acordo estava celebrado. O empresariado que conclamou e aclamou o golpe receberia as benesses do desenvolvimento econômico, atrelado ao avanço do capital internacional e à própria participação do estado em áreas estratégicas, enquanto o país continuaria governado pelos militares, que continuariam monopolizando as rédeas do poder político após 1968.

2.2 A Montagem da Estrutura Socioeconômica

O Estado “burocrático-autoritário”, assim como na política, age excluindo economicamente parcelas da sociedade. As demandas dos movimentos de trabalhadores nos anos anteriores ao golpe, suas aspirações relacionadas às questões econômicas foram extintas, aprofundando, dessa forma, as desigualdades sociais tão características do capitalismo, e intensificadas dentro das suas áreas periféricas, determinando “[...] um capitalismo periférico e dependente, mas dotado de uma extensa industrialização.” (O’DONNELL, 1986, p. 21).

Dessa forma, o Estado ditatorial, em conformidade com um projeto econômico e social pensado previamente pelos agentes do capital internacional e nacional em associação, contribuiu, decisivamente, com a concentração de renda e os consequentes abismos intransponíveis entre as classes sociais brasileiras. As abissais diferenças entre pobres e ricos tinham dentro do Estado brasileiro um grande legitimador, já que, ao proibir e reprimir as manifestações autônomas dos trabalhadores brasileiros, dilacerando suas representações e extinguindo suas greves, a ditadura civil militar criava condições para o aumento grandioso das desigualdades sociais brasileiras.

De acordo com Fernando Henrique Cardoso:

Com isso, em vez do fortalecimento da ‘sociedade civil’- das burguesias – como parecia desejar a política econômica-financeira, foi-se robustecendo a base para um Estado expansionista, disciplinador e repressor. Quebraram-se os sindicatos, quebraram-se os habituais limites e formas de inter-relação entre o interesse privado e o público, passou-se à ‘legisferação’ por decretos como rotina (CARDOSO, 1975, p. 199).

O modelo de Estado burocrático-autoritário que vem sendo discutido por este trabalho adquire maior formato após a posse de Costa e Silva. No sentido econômico, Castello Branco, como nos diz Fernando Henrique Cardoso, na obra “O

Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios” (1972), havia adotado um governo mais liberal que os posteriores, tanto no sentido político, quanto no sentido econômico, não pensando no Estado como o grande regulamentador e dirigente da economia, mas concebendo a iniciativa privada como tal.

A política econômica, com Costa e Silva, pensada por determinados indivíduos que não haviam participado do governo de Castello Branco, ampliaram grandemente o papel do estado em associação com o capital internacional, bem como com setores da burguesia nacional. A intervenção do Estado gerou a expansão de suas atividades, aumentando, dessa forma, o número de empregados pela burocracia estatal e dentro das empresas estatais, processo esse que ocorreu nos níveis federal, estadual e municipal. Entre os anos de 1960 e 1970 houve a quase duplicação do número de funcionários na administração pública, passando de 661.911 para 1.154.954 funcionários (IBGE, 2015).

Segundo Nelson Werneck Sodré:

Considerada a divisão anterior das opiniões, quanto ao problema da intervenção do Estado na economia, da existência de uma área estatal na economia, ficava parecendo que o novo regime era nacionalista e os seus opositores é que estavam ligados aos interesses externos. Os teóricos da economia, defensores da livre iniciativa, não só não haviam vendido as empresas estatais, salvo o caso excepcional da Fábrica Nacional de Motores, como haviam desenvolvido a produção delas, aumentando as suas dimensões, favorecendo a sua expansão. A essência do problema, entretanto, estava em que o Estado pode ser instrumento poderoso, eficaz, insubstituível, no impulso à economia nacional, no caso dos países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, mas o Estado pode ser, também, o instrumento por excelência de desnacionalização da economia, de entrega ao imperialismo dos recursos nacionais e particularmente da renda nacional (SODRÉ, 1982, p. 142).

Ainda acerca da intervenção estatal sobre a economia, Sodré (1982) destaca os setores que receberam mais atenção da ditadura civil-militar, continuando uma trajetória intervencionista, não a criando, mas aumentando-a consideravelmente sobre áreas pensadas como estratégicas.

Para o já mencionado autor:

O Estado, que detinha, em 1963, 78% das dez maiores empresas do país, passava, em 1969, a deter 80,6%. (...) O governo responsabilizava-se, segundo o plano estratégico, por nada menos de 68,4% dos investimentos programados para o setor habitacional, no período 1968-70; no setor de energia elétrica, o governo será responsável por 90% do custo total programado que, até 1970, é da ordem de 6,2 bilhões de cruzeiros. Os 10% restantes ficarão por conta

do déficit. Nos transportes, em obras destinadas a construir estradas e portos, aumentar a frota marítima e melhoria da estrutura já existente, o governo responsabiliza-se por todo o investimento programado. O quarto setor prioritário a receber investimentos até 1970, segundo o planejamento oficial, será o das indústrias básicas, que inclui empresas de aço, metais não-ferrosos, indústria química, mecânica, mineração, e cimento. Visto de maneira global este setor, o governo aparece também como o maior investidor. O quinto setor prioritário é o petróleo. Os investimentos programados até 1970 (excluindo a petroquímica) são estimados em 2.358 milhões de cruzeiros novos. O financiamento total desses investimentos será feito pelo governo. (RUI ROCHA apud SODRÉ, 1982, p. 141).

Se o intervencionismo foi uma preocupação latente, principalmente a partir do governo Costa e Silva, o mesmo não se pode dizer sobre qualquer preocupação dos governos militares em melhorar as condições de vida das classes populares, embora em meio aos discursos militares existisse a proclamação contínua do crescimento econômico, e a máxima tão usada do bolo que deveria crescer primeiramente para posteriormente ser repartido, traduz muito bem o grau de despreocupação desses governos ditatoriais com o maior volume da população brasileira, mais especificamente com os trabalhadores mais humildes.

Desse modo, o controle exercido sobre os salários, evitando aumentos que ultrapassassem os índices inflacionários, fazia parte de um projeto maior de controle do processo inflacionário, uma das razões da existência de pressões sobre o governo de Jango, bem como para o próprio golpe civil militar. Tal concepção econômica agradava duplamente a burguesia, que, como já dito, abria mão dos canais políticos, em troca do controle das massas populares e do congelamento dos salários que garantiam a elevação dos seus lucros. Fernando H. Cardoso apresenta essa ideia identificando: “a formação de uma camada social que controla politicamente os aparatos estatizados de produção, apesar de não deter a propriedade privada dos meios de produção” (CARDOSO, 1975, p. 41).

As três principais metas desejadas pelo governo Castelo Branco foram: “(1) reduzir a inflação, (2) melhorar a balança de pagamentos pelo aumento das exportações, e (3) lançar as bases de desenvolvimento a longo prazo” (SKIDMORE, 1988, p. 122).

Como observa Skidmore:

O declínio inflacionário foi devido sobretudo às políticas fiscal, monetária e salarial. O valor real do salário mínimo, por exemplo, caiu 25 por cento nos três anos que se seguiram à ascensão de Castelo ao poder em 1964. Nenhuma declaração pública afirmou explicitamente a meta salarial em termos de redução do seu valor real, mas esta tendência não aconteceu por acaso. Obviamente o governo decidira

reduzir o salário mínimo, como se pode ver pela maneira como as fórmulas de reajustes eram calculadas e aplicadas. Na aplicação de fórmula de reajuste nacional, subestimava-se sistematicamente a inflação residual para o ano seguinte. Além disso, não se fazia qualquer esforço nos anos subsequentes para compensar o trabalhador pelas perdas sofridas com a manipulação dos técnicos. Com as lideranças expurgadas e o Congresso garroteado, os ministros campos e Bulhões podiam arrochar os salários, com isso melhorando, segundo esperavam, a competitividade do Brasil no mercado internacional (SKIDMORE, 1988, p. 122-123).

O governo Costa e Silva manteve o controle dos salários, já verificado no governo de Castelo Branco, mas, diante da continuidade da inflação, ainda com números consideráveis, o governo, através de um decreto criado em dezembro de 1967, determinou que a elevação de preços só ocorresse com a prévia autorização do governo. Em agosto de 1968 foi criado o Conselho Interministerial de Preços (CIP), órgão que se destinava ao total controle dos preços e responsável pela adoção de severas punições aos empresários transgressores.

No entanto, enquanto Castello Branco optava por intervenções provisórias, Costa e Silva, tendo Delfim Neto como o grande nome da política econômica, adotava um intervencionismo duradouro, limitando os anseios de parcela da burguesia, algo impensado por esse setor que havia apoiado o golpe. O Estado burocrático-autoritário que se formou no Brasil gerou uma grandiosa concentração de renda, ampliando vorazmente a desigualdade social e a dependência em relação ao capital externo. As limitações impostas pela ditadura civil militar recaíam, inclusive, sobre a fatia privilegiada da sociedade, no caso a burguesia, que em troca recebia os benefícios da repressão ou de sua possibilidade sobre a grande parcela da sociedade, o poderoso controle sobre as manifestações e movimentos sociais, bem como a sustentação de arrochos salariais promovida por um estado forte combatente do perigo comunista.

A pretexto de conter a inflação, o novo regime operou a estagnação dos salários pela força, a restrição ao crédito, levando à falência centenas de pequenas e médias indústrias, a concentração da produção e da renda, pela destruição da concorrência e incentivo às fusões. Mas operou também, pelo congelamento de preços das matérias-primas produzidas pela área estatal, o aço como a mais destacada delas. A siderurgia foi levada ao limite máximo, subsidiando violentamente as indústrias estrangeiras a que fornecia. (SODRÉ, 1982, p. 143).

O acesso a variadas linhas de crédito disponibilizadas por instituições financeiras internacionais e os investimentos realizados por empresas estrangeiras em solo brasileiro regeram o crescimento econômico do final da década de 1960 e princípio da década de 1970, quando foi propalado como o “Milagre Econômico”, muito bem

utilizado como sustentáculo pelo aparato ditatorial. O conclamado “Milagre” enlaçou-se aos capitais nacional particular, nacional estatal e, logicamente, ao capital internacional.

O capital particular nacional, fazendo uso de baixa tecnologia e de baixos salários, muitas vezes, apegou-se à produção de bens de consumo não duráveis, enquanto as indústrias multinacionais buscaram dirigir a produção de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, ofertando salários maiores em comparação aos oferecidos pelas empresas brasileiras, pois seus trabalhadores possuíam uma qualificação maior em razão de usarem tecnologias mais complexas. Às empresas estatais cabia a produção de energia, telecomunicações, indústria pesada e bélica, assim como a criação de condições estruturais para a atração e desenvolvimento dos capitais internacional e nacional, ao construir e manter redes de transporte e de educação.

Reinaldo Gonçalves afirma que:

O nacional-desenvolvimentismo (ND) pode ser definido ou conceituado como: [...] a ideologia ou o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio industrialização substitutiva de importações-intervencionismo estatal-nacionalismo. O ND é, na realidade, uma versão do nacionalismo econômico; é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países da América latina, principalmente no período 1930-1980. A soberania pode ser definida como a probabilidade de o Estado-Nação realizar a sua própria vontade independentemente da vontade alheia (ou seja, a vontade de outro Estado-Nação) (GOLÇALVES, 2013, p.36).

O projeto econômico dirigido durante a ditadura civil-militar se insere num modelo desenvolvimentista iniciado desde a década de 1930 com Getúlio, além de grande propaganda de campanha eleitoral de Juscelino Kubitschek e sua consequente marca governamental. Por mais que entre 1961 e 1964 observamos uma fase de decadência do pensamento desenvolvimentista em nosso país, desembocando no próprio golpe e na consequente adoção de um modelo mais liberal, reduzindo gastos e restringindo o crédito, controlando dessa forma o processo inflacionário.

A retomada do desenvolvimentismo ocorreu com Costa e Silva a partir de 1967, tendo como Ministro da Fazenda Delfim Netto, da chamada “Escola Desenvolvimentista da USP”. Entre 1967 e 1973 o Estado Brasileiro retomou os investimentos em infraestrutura (energia, comunicação, transportes, energia), criação de estatais (GREMAUD, 2004), e a expansão de crédito de bens de consumo duráveis como carros e eletrodomésticos que chegavam a casas construídas e financiadas com a expansão do crédito para esse setor.

Esse desenvolvimentismo *à la* Forças Armadas Brasileiras continuava uma tradição iniciada na década de 1930 com Vargas e demasiadamente propagandeada durante o governo de Juscelino Kubitschek. Mas, ao autoritarismo típico da ditadura acrescentou-se a defasagem salarial da grande maioria dos trabalhadores e a avassaladora repressão sobre sindicatos e movimentos sociais.

A obra *Planejamento Estratégico*, de Golbery do Couto e Silva (1955), já alertava para a necessidade da abertura das portas ao grande capital a fim de gerar o desenvolvimento econômico tão importante para a Segurança Nacional. O avanço das lutas sociais e a crise econômica, em parte ligada à debilitação das relações econômicas e políticas com os Estados Unidos tornaram-se ingredientes para a implementação da política de Segurança Nacional pelas Forças Armadas.

Segundo Silva:

O que mais está a Segurança Nacional a exigir, num país do tipo do nosso, é sobretudo a ampliação de nossa infraestrutura econômica, a redução dos pontos de estrangulamento de nossa economia tão desordenadamente envolvida, a atenuação pelo menos dos graves desequilíbrios existentes entre seus diversos setores básicos – objetivos todos, por certo, de alta essencialidade em qualquer programa de desenvolvimento econômico-social (SILVA, 1955, p. 29)

A estabilidade política alcançada pelo controle associado à repressão que contentava o empresariado nacional atraiu ainda mais o capital estrangeiro, resultando no alavancamento do mercado interno brasileiro garantido pelo aumento do número de vagas de trabalho e o aumento do consumo de uma fatia da sociedade empregada em postos altos ou medianos nas empresas estrangeiras e nas estatais, tendo acesso a crédito e aos consequentes automóvel e casa própria, e os seus filhos acesso às escolas populares e às universidades públicas, garantindo a perpetuação do seu lugar social e do apoio ao aparato ditatorial.

Sobre parcela da presença do capital estrangeiro em terras brasileiras, Sodré afirma:

O Brasil possui 15% das reservas mundiais de ferro, mas apenas 13% das jazidas pertencem a empresas brasileiras; a Bethlehem Steel, através do chamado Grupo Antunes, detém a maior parte, acompanhada pela Hanna; (...) o alumínio pertence em grande parte à Kayser. O bário baiano é controlado por outra empresa norte-americana; o tungstênio é explorado pela Wah Chang; o berilo é dominado pelas empresas norte-americanas Beryllium e BerylliumBrusch; o magnésio, pela Magnesium do Brasil S. A.; o chumbo é explorado pelas empresas norte-americanas Plumbum e Prest-o-lite; o amianto e a crisólita pelas Brasilit e Eternit, que nada

têm de brasileiras. As jazidas de manganês estão, na maioria, nas mãos da Companhia Meridional de Mineração, pseudônimo da United StatesCorp., que explora as jazidas de Minas, de Mato Grosso e da Bahia; as do Amapá pertencem à Bethlehem, em concessão cujo fim contratual é previsto para o ano de 2003. O estanho e o zinco são controlados, igualmente, por monopólios estrangeiros. Operavam no Brasil, até 1967, os grandes consórcios internacionais Bethlehem Steel, United States Steel, Union Carbide, Niobium, Hanna Ore Mining, Republic Steel, Cleveland Cliffs Iron, Wah Chang, e muitos outros menores. O sal-gema nordestino foi entregue à Dow Chemical, cujo renome, em termos mundiais, deriva da produção de napalm, com que vêm sendo devastadas imensas áreas do Vietnã (SODRÉ, 1982, p. 177)

A expansão e internacionalização da economia brasileira geraram um grandioso aumento da dívida externa e dependência brasileira frente ao capital internacional, assim como o aumento da desigualdade social. Esses pontos negativos eram escamoteados pelo crescimento econômico, pelas grandes obras estatais e pela propaganda governamental, elementos associados à vigilância, à censura e à repressão, confeccionando o dito “Milagre” e o auge da ditadura civil-militar com Médici como presidente, quando o discurso de legitimidade dos militares angariou, através de números proclamados ou escondidos, o controle da temida inflação e o crescimento econômico até então nunca visto na história brasileira.

2.3 A Montagem da Legitimidade

O SNI e o DOPS foram importantes órgãos para a prática da vigilância, mas não foram as únicas, do cerceamento e da repressão, bases sustentadoras de um estado que buscava a onipresença, interferindo, nos mais variados setores da sociedade brasileira. De acordo com Rezende (2013), o regime militar buscou variadas estratégias, como o crescimento econômico e uma forte propaganda associada a ele, bem como utilizou-se do aparato psicossocial,

fez-se necessário reunir um amplo material bibliográfico e, também, dados de fontes secundárias para se alcançar tal objetivo. Portanto, foram selecionados os documentos mais esclarecedores das principais medidas e ações tomadas pelos governos militares, tais como: os Atos Institucionais e os Constitucionais, as Mensagens dos presidentes da República ao Congresso Nacional, bem como seus discursos naquela casa, seus livros publicados pelo departamento de imprensa nacional, seus depoimentos, entrevistas e pronunciamentos na imprensa falada e/ou escrita, seus artigos e conferências publicados em revistas específicas tais como: *Segurança e desenvolvimento* da ADESG e *A defesa Nacional*, editada pela Imprensa do Exército.(...)

(...)As publicações realizadas pelos componentes do grupo de poder também foram muito importantes para este trabalho. Somente a título de exemplo, tendo em vista que eles foram citados exaustivamente sob forma de notas de rodapé no transcorrer desta análise, pode-se mencionar os seguintes livros: *A revolução de 1964*, do Marechal Poppe de Figueiredo; *Planejamento estratégico, Conjuntura política nacional e Geopolítica do Brasil*, do gal. Golbery do Couto e Silva; *A verdadeira paz, O jogo da verdade e Nova consciência de Brasil*, do gal. Médici; *A revolução e o governo Costa e Silva*, do gal. J. Portella; *O outro lado do poder*, do gal. Hugo Abreu, dentre outros.(REZENDE, 2013, p. 14 - 15)

Além de ter buscado documentação confeccionada pelos próprios militares, materiais produzidos por civis associados a tais governos também foram utilizados pela sua rica pesquisa para a demonstração da celebração dos mencionados valores entre setores que apoiaram o golpe e/ou foram beneficiados por ele dentro da estrutura governo que se construiu. Ainda segundo Rezende:

Tendo em vista que esta análise partiu da atuação dos componentes do grupo de poder não apenas na sua vertente militar, mas englobando também os civis tais como: tecnoburocratas, representantes do grande capital e lideranças políticas comprometidas com a criação das condições para a sedimentação da ditadura militar, lançou-se mão de artigos, pronunciamentos e entrevistas destes três últimos setores que foram publicados na grande imprensa, tais como, revistas (*Visão, Veja, Exame, Isto é*, etc.) e jornais (*Folha de S. Paulo*, principalmente, mas também em menor proporção, de *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*). (REZENDE, 2013, p. 15)

A proclamação de valores ligados à família, à religião, à pátria, à ordem e à disciplina, tão bem defendidos pelos discursos conservadores civis, também eram máximas defendidas pelos militares dentro dos quartéis, que ao ouvirem os pedidos de salvação pronunciados por bocas e faixas ostentadas por mães durante as quarenta e nove marchas da Família com Deus pela Liberdade, tiveram que sair às ruas, retirar tudo aquilo que contrariava o sagrado preconizado pelas famílias brasileiras, e governar a pedidos, isto é, em nome da moral e dos bons costumes. Dessa forma, estava montada a estratégia psicossocial do regime, devidamente coadunada com a vigilância, o cerceamento e a repressão a todos aqueles que se distanciavam dos valores que a grande maioria desejava, gerando assim, subterfúgios para o regime buscar legitimar uma democracia singular, conveniente apenas à realidade brasileira.

As marchas haviam se iniciado em São Paulo, na capital e depois nas cidades do interior, ocorrendo em outras cidades brasileiras, recebendo o apoio do IPES, que financiou e construiu propagandas para a divulgação do movimento. Grupos

femininos, reunindo-se e propagando-se dentro das Igrejas e marchando a partir delas, demonstravam o apoio que vinha da Igreja Católica, assim como de políticos que marchavam e discursavam em nome da continuidade de valores que estavam sendo postos em xeque por um governo visualizado e proclamado como inimigo do cristianismo e dos demais sustentáculos da civilização ocidental.

Aline Presot (2010) na obra *Celebrando a “Revolução”*: as marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964, destaca:

O histórico da atuação de grupos femininos como a Camde, no Rio de Janeiro, a Liga da Mulher Democrata (Limde), de Belo Horizonte, ou a União Cívica Feminina (UCF), de São Paulo, é de fundamental importância para a compreensão do clima de radicalização anticomunista do início dos anos 1960 que culminou na reação conservadora de 1964.

Essas mulheres, especialmente a partir de 1962, dominaram o cenário político com demonstrações de repúdio ao comunismo e franca oposição às políticas reformistas do governo Goulart, que segundo acreditavam, representavam o primeiro passo para a completa “bolchevização” do país. Os grupos femininos rapidamente espalharam-se por todos os estados e, sob o manto da caridade, atuavam junto ao empresariado, a grupos políticos conservadores e alguns setores da Igreja Católica em sua campanha de mobilização da opinião pública. As mulheres que fundaram e dirigiram esses grupos comungavam de algumas características, como as de pertencerem à elite e serem esposas ou mães de empresários ou militares reunidos. As diretorias, em geral, eram compostas por um reduzido número de associadas, cabendo ao restante a realização de tarefas menores, além de engrossar o contingente em seus aparecimentos públicos. (PRESOT apud ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz, 2010, p. 80)

As Marchas ocorreram entre os meses de março e junho de 1964. A partir de dois de abril, a marcha ocorrida no Rio de Janeiro comemorou a vitória do golpe. Em São Paulo, onde as marchas ocorreram ainda no mês de março, fazendo parte do contexto de queda de Jango, invocaram a Revolução Constitucionalista de 1932, em alusão à luta contra a primeira ditadura de Getúlio Vargas, do qual João Goulart era herdeiro político. Em Belo Horizonte, a marcha ocorrida no dia treze de maio, dia de Nossa Senhora de Fátima, trazia o rosário como símbolo de enfrentamento e vitória contra o comunista João Goulart, e o seu final se deu aos pés da estátua de Tiradentes, símbolo maior da República Brasileira e do sacrifício para o nascimento do nosso país, conforme nos explica Presot (2010, p.87).

É importante salientar que as marchas não tiveram a participação apenas de católicos, mas, também, de variados grupos religiosos, daí a utilização do título Marchas

da Família com Deus pela Liberdade, em substituição a Marcha em Desagravo ao Rosário.

Diante do pedido de mães, esposas e filhas, restava às Forças Armadas dar-lhes o apoio necessário, tomando as rédeas do poder, saneando moralmente o Brasil ao “separar o joio do trigo”, expressão cristã que, acredito, caber muito bem nesse momento, pois os desejosos por mudanças políticas, sociais e econômicas, identificados como subversivos, como “joio”, que deveria ser separado do restante da sociedade. Repressão, censura e possíveis mortes seriam justificadas em nome dessa separação devidamente ancorada em máximas cristãs. Esse saneamento moral consistia na defesa das instituições basilares como a família, a pátria, o estado, a escola, a igreja, defesa essa que se dizia ter sido clamada pela grande parcela da população, mas, também, esse saneamento buscou a construção a adesão dos mais variados grupos estando dentro ou fora dos círculos de poder, buscando dar ao golpe o título de revolução, um movimento revolucionário contra o comunismo e contra todos os seus males.

Segundo Nilson Borges:

Ao regime fundado sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional se atribui uma vocação revolucionária destinada a modificar o *status quo*. A nova autoridade se considera autodotada, tendo em vista sua condição revolucionária, dona de um poder suficiente para eliminar os fatores adversos que perturbem a ordem, e para adotar medidas visando a assegurar e consolidar o movimento revolucionário e impor seus objetivos. (...)

(...) As lutas políticas que surgem no interior de cada Nação são sistematicamente decompostas em função de elementos reais ou potenciais de subversão que eles, militares, poderiam conter e das medidas contrarrevolucionárias que aí corresponderiam. Nesta concepção belicista do processo social, a geopolítica se superpõe à ciência e a política é absorvida pela estratégia militar. Toda a política nacional, portanto, é reorientada em função da segurança, sendo que as esferas militar e política são indissolúvelmente ligadas, de maneira que a política deixa de ser uma arte civil para se transformar em arte militar. A guerra interna ou a eliminação do inimigo interno passa a ser uma estratégia imposta pelos imperativos da segurança nacional (BORGES, 2003, p. 27-28).

A tomada do poder realizada a partir de uma suposta revolução, termo utilizado pelos militares, buscava construir uma memória de participação de variados setores sociais em torno da derrubada do comunismo em terras brasileiras, ampliando, conseqüentemente, a legitimidade, que não seria apenas jurídica, pautada numa nova constituição e nos vários atos institucionais, mas sustentada pelo nascimento de uma nova lógica democrática, modificada propositadamente para a realidade brasileira,

continuando com um legislativo formado por duas casas, compostas por dois grandes partidos, como nas grandes democracias, mas presidida por um defensor dos valores que haviam sendo corrompidos pelos líderes civis, que haviam sido eleitos pelo voto direto. Nesse período, houve uma clara tentativa de ressignificação de vários conceitos, entre eles o da própria democracia, identificada por Maria de Lourdes Covre como uma *“ideia de democracia (que) perde (..) sua substância clássica: no lugar da vontade política popular estabelece-se a determinação objetiva das coisas, que o próprio homem produz como ciência e trabalho”* (COVRE apud REZENDE, 2013, p. 87). Ao governo cabia dirigir o país sob a luz dos números, dos números do crescimento econômico, da frieza matemática contra o calor, os sentimentos que colocavam em risco a racionalidade de uma administração proclamada como democrática.

A construção de um discurso democrático foi buscada pelos vários generais que dirigiram a presidência brasileira, embora carregado de ambiguidade, já que se tratava de um regime ditatorial, de clara exceção da maior parcela da sociedade de decisões políticas. Segundo Aquino, do primeiro general-presidente, Humberto de Alencar Castello Branco, até o último, João Baptista de Oliveira Figueiredo, procuraram legitimar o regime como democrático, quando, principalmente, nos seus discursos de posse, falavam acerca de *“ações e comportamentos em nome da defesa da democracia no país”* (AQUINO, 2000, p. 272). A chegada ao poder por parte dos militares, segundo eles, a partir de uma revolução no dia 31 de março de 1964, afastou do poder comunistas que há tempos tentavam dirigir as rédeas políticas brasileiras e, por consequência destruir sustentáculos como DEUS, FAMÍLIA e PROPRIEDADE.

As tentativas comunistas de tomada do poder haviam começado em 1935 com a Intentona Comunista. As citadas obras *“Brasil: sempre”* (1986) e *“Rompendo o Silêncio”* (1987), de Marco Pollo Giordani e de Carlos Alberto Brilhante Ustra, dedicam espaços aos ecos da Intentona Comunista de 1935, mostrando, dessa forma, que tal movimento fora utilizado para alimentar a ideologia anticomunista que formou gerações de militares brasileiros, tornando-o um movimento lastimável e envergonhador das Forças Armadas brasileiras, que passava a ter, desde esse momento um exemplo palpável da presença comunista nas nossas terras, e de forma muito especial, dentro dos próprios quartéis brasileiros. O movimento insurrecional de 1935 havia sido derrotado, mas seu sentimento gerador não. Segundo Ustra: *“Derrotados, mudaram o estilo, a técnica e a forma de atuar, mas não se afastaram, jamais, dos seus desígnios de implantar no Brasil um governo marxista-leninista”* (USTRA, 2006, p. 44).

Marco Pollo Giordani assinala que “em 1935 as Forças Armadas brasileiras, parcela fardada de nosso povo, gente alegre e sem ódios, tomou uma decisão histórica, ratificada inteiramente em 1964: nenhuma tolerância para com o comunismo” (GIORDANI, 1986, p. 29).

Ambos rememoram o episódio de 1935 como forte indício de continuidade das ideias comunistas, inclusive dentro dos quartéis, pronunciando-as como duradouras, já que se apresentavam em plenas décadas de 1960 e 1970, contrárias à ordem defendida pelos quartéis e requerida pela sociedade, sendo merecedoras do braço armado do Estado, dando “nenhuma tolerância para com o comunismo”. Os relatos de tortura, falados pelas vítimas da repressão desencadeada pelo aparato ditatorial militar, fariam parte de um projeto concebido pela Internacional Comunista, como uma forma de, fazendo o necessário uso da lei, e no caso mais especial, dos direitos humanos, municiar os subversivos de constituintes legais para que os mesmos pudessem escapar dos deveres para com o seu país. Segundo Giordani:

Um dos objetivos básicos do MCI é atacar qualquer empecilho legal que dificulte seu avanço. Concomitantemente, prega o uso da lei para usufruir benefícios – como é o caso dos chamados direitos humanos. Com essa bandeira, dão ao homem - “esse animal político” - um sentido tão universalista a ponto de despir-lhe de nacionalidade e de fronteiras que o delimite, usufruindo apenas de direitos (GIORDANI, 1986, p. 106).

A construção de uma Memória e de uma Identidade pela Ditadura Civil Militar, rechaçando outras memórias e identidades a partir da censura e da repressão, constituiu-se dentro de um projeto de legitimidade. A já citada Maria José de Rezende, no seu trabalho *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*, defende a ideia de que era objetivo do regime intervir sobre todos os indivíduos, grupos e instituições, consubstanciando valores militares e valores sociais conservadores, buscando legitimar-se junto a sociedade, bem como angariar justificativas para a prática das perseguições. Ordem, disciplina e preservação de valores associados à família eram elementos presentes dentro do discurso militar, na tentativa de estabelecer tais elementos como valores desejados pela grande parcela da sociedade brasileira, defendendo assim, a vontade do povo, ou seja, cabia aos militares a defesa da verdadeira democracia.

Dessa forma, o discurso militar estendia para o país um projeto de identidade forjado dentro dos muros da Escola Superior de Guerra.

É então, uma análise sociológica sobre um processo de busca de legitimidade, num determinado momento histórico e sob condições sociais e políticas específicas que se situa diante do desafio de dar conta de alguns elementos-chaves de uma dada forma de organização do poder no Brasil após 1964, no que tange basicamente ao empenho da ditadura para sedimentar, através de um pretensão ideário de democracia, uma determinada ordem social. (REZENDE, 2013, p. 32)

O projeto político e ideológico do regime civil militar, como já falado, foi concebido dentro dos muros da Escola Superior de Guerra e ganhou a partir de 1968 um considerável reforço, a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), uma poderosa máquina de propaganda, principal responsável pela difusão do ideário militar de identidade nacional. As constantes proclamações ufanistas baseadas na difusão dos números de uma economia em crescimento, nas conquistas futebolísticas brasileiras e nos anúncios de grandes obras escondiam, juntamente com a censura e as prisões, o crescimento da desigualdade social e o aumento da dívida externa. De acordo com Alexandre Barbalho.

A “Mitologia Verde-Amarela”, sempre retrabalhada pelas elites brasileiras de acordo com o contexto, assume agora o lema Proteger e Integrar a Nação. Com isso, a cultura popular, elemento central dessa mitologia, é apropriada pela classe dominante através de determinada visão do nacional-popular que representa a nação de forma unificada. (BARBALHO, 2007, p. 42-43).

A integração nacional, uma das bases de legitimação do projeto militar, se guarnecia no discurso do Brasil grandioso, em claro processo de desenvolvimento dentro de uma ordem concebida pelos militares, e as campanhas noticiando grandes obras somadas aos valores conservadores de pátria e família fomentavam a ideia de um Brasil único e valorizador de uma cultura nacional, por isso formado por uma sociedade harmonizada e desapegada a contestações e conflitos.

(...) um dos recursos da AERP, na sua tentativa de fazer propaganda política sem transparecer explicitamente tal coisa, foi reiterar a importância de certos sentimentos “superiores”, “dignos”, “nobres”. O amor, por exemplo, talvez até porque este era o elemento que faltava, tendo em vista a divisa nacional da Ordem e Progresso, na famosa frase positivista: “Amor por princípio, ordem por base e progresso por fim.” (FICO, 1997, p. 124)

Nesse contexto de controle social, fortalecido pelos constantes atos institucionais de um Estado sustentado por interesses conservadores e autoritários, consolidado pela intensa repressão contra quem desobedecesse a ordem instituída, o medo se instalou como parceiro inseparável das diversas camadas sociais brasileiras.

Esse medo ganhava mais proporção à medida que as notícias de prisões, desaparecimentos e mortes de estudantes, líderes comunitários, trabalhadores e artistas aumentavam.

Um regime instituído através da força que se sustentava pela violência física e psicológica, buscando construir uma memória coletiva. Sobre a construção de uma Memória adequada às pretensões de quem dirige o poder, Jacques Le Goff nos fala:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. O esquecimento e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1984, p. 426)

Nesse sentido, A legitimidade buscada por aqueles que ocuparam a cúpula do poder ditatorial tinha fundamentação na Doutrina de Segurança Nacional, desde o mencionado conceito de revolução até a repressão sobre grupos e indivíduos visualizados como subversivos, partícipes de um projeto comunista internacional e devidamente infiltrado em terras brasileiras, isto é, se a Guerra Fria era o grande conceito de uma guerra que dividiu o mundo em duas partes, dentro dos países a mesma guerra estava sendo travada.

Assim, o conceito de uma guerra interna e constante, e no caso brasileiro, contra um inimigo presente desde a década de 1930, justificava a intervenção e a manutenção dos militares no poder por se tratar de um momento de guerra, desencadeando a repressão contra traidores da pátria, contra representantes de tudo o que a grande parcela da população brasileira temia e refutava.

De acordo com Nílson Borges:

A essência da Doutrina de Segurança Nacional reside no enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, de característica anti-subversiva contra o inimigo comum. A partir desse ponto de vista, a Doutrina converte o sistema social em sistema de guerra (...)

(...) No contexto da guerra fria e da luta anti-subversiva que servem de pano de fundo à Doutrina, o mito da guerra é um tratamento permanente e fundamental que é fortemente sentido pelos militares e passado para a sociedade. O mito da guerra e o inimigo interno permitem, portanto, ao Estado instaurar sua política repressiva, acionando os aparelhos de segurança e informação (repressivos) para exercerem seu papel “moralizador”, desmobilizando, com isso, a população (BORGES, 2003, p. 29)

Como parte do projeto militar de legitimidade, estava a repressão, elemento tão característico de estados autoritários como parte da construção de silenciamentos e esquecimentos, desencadeada ainda nos primeiros momentos do governo concebido a partir de 1964, se fortalecendo nos governos de Costa e Silva e Médici. Jorge Ferreira, na obra “O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964” (2005), menciona os maiores grupos nacionalistas e de esquerda que compuseram uma frente de luta e apoio às reformas de base, citando as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes(UNE), além de um bom número de organizações militares de menores patentes das três Forças Armadas brasileiras, Exército, Marinha e Aeronáutica.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), por exemplo, se lançou numa campanha que objetivava a transformação estrutural da sociedade a partir das vias culturais, os seus e seus Centros Populares de Cultura (CPCs) atraíram jovens intelectuais, desenvolvendo uma atividade conscientizadora junto às classes populares. Empolgados pelos ventos da efervescência política, os CPCs defendiam a opção pela "arte revolucionária", defendida como instrumento a serviço da revolução social, que se voltava coletiva e didaticamente ao povo, retirando-lhe da alienação. Trabalhando o contato direto com as massas, de onde extraíam seu maior interesse e vigor, encenavam peças em portas de fábricas, favelas e sindicatos; publicavam cadernos de poesia vendidos a preços populares e iniciavam a realização pioneira de filmes autofinanciados. Ainda no campo educacional, parcela da Igreja Católica e movimentos ligados criaram um sistema de radiodifusão, o Movimento de Educação de Base (MEB), lançando campanhas em favor de candidatos cristãos (GERMANO, 1994, p. 50), e, em momentos consideráveis, carregando o método idealizado por Paulo Freire, de cunho crítico por partir da própria realidade vivenciada pelo sujeito envolvido pelo processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, se podem pensar os movimentos que se expandiram sobre o solo brasileiro nos últimos anos da década de 1950 e primeiros anos da década de 1960 envolvidos em projetos de mudanças estruturais nas áreas políticas, econômicas, sociais e culturais.

De acordo com Janaína Teles, na obra “Desarquivando a ditadura: memória e Justiça no Brasil” (2009), cerca de 50 mil pessoas foram presas durante a ditadura civil-militar, sendo que 7.367 foram indiciadas e 10.034 chegaram a responder inquérito

brasileiro. Além disso, 426 são enumerados como mortos e desaparecidos, 4.862 tiveram cargos cassados, com milhares de exilados. Se aproximando dos números de mortos e desaparecidos durante a ditadura, o projeto da Arquidiocese de São Paulo, conhecido como Brasil: nunca mais, conseguiu enumerar 125 pessoas desaparecidas e quase 300 que foram assassinadas (ARNS, 1985).

A obra “O golpe de 64 e a ditadura militar” (1997), de Júlio José Chiavenato também nos traz números alarmantes. Segundo ele:

Um balanço ainda precário registra a prisão de 50 mil pessoas. Pelo menos 20 mil sofreram torturas. Além dos 320 militantes da esquerda mortos “desaparecidos”. No fim do governo Geisel existiam cerca de 10 mil exilados. As cassações atingiram 4.682 cidadãos. Foram expulsos das faculdades 243 estudantes (CHIAVENATO, 1997, p. 131).

Ao passo que parte da elite militar legalizava a repressão, órgãos como Dops (Departamento de Ordem Política e Social), OBAN (Operação Bandeirante), composta de elementos das Forças Armadas e das polícias federal, militar e civil, DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operação e Defesa Interna) que recebeu parte dos componentes da mencionada OBAN. O DOI-CODI tornou-se a principal máquina de repressão e tortura, agindo, de acordo com Vieira (1991), na Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia, exportando técnicas de tortura e formando novos torturadores nesses países.

Acerca de parte da estrutura repressora, nos diz ARNS:

Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco. Assim crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos (ARNS, 1985, p. 43).

A aplicação da tortura durante a ditadura independeu de idade, sexo, situação moral, física e psicológica, sendo utilizada contra todos aqueles que eram suspeitos de subversão ou parentes próximos ligados a eles, como filhos e mulheres, que também poderiam ser vitimados pelo aparato repressor e pelas suas técnicas de intimidação e violência (ARNS, 1985, p. 43).

A expansão da tortura foi justificada pelo avanço do chamado inimigo interno, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional. A montagem de grupos

como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), Vanguarda Popular Revolucionária (VRP), e a Ação Libertadora Nacional (ALN), que promoveram a luta armada e atos de desestabilização contra o governo ditatorial, eram resultado, em parte, da própria continuidade dos militares no poder e de suas atitudes antidemocráticas, entre elas, a repressão. Muitos estudantes alimentaram tais movimentos, que contaram com a participação de “5 a 6 mil homens, um contingente insignificante em relação à população brasileira, estimada em 100 milhões de habitantes em 1970” (CHIAVENATO, 1997).

Dentro de uma ordem ditatorial, o uso da violência exercida pelo órgão estatal tem uma representação, tanto para aquele que sofre, quanto para o restante da sociedade, conforme nos explica Ximena Barraza (1980). No fundo, a tortura é a encarnação de legalidade autoritária. A lei é ditada sob a forma de castigo. Como no relato de Kafka sobre a colônia penitenciária, publica-se a lei gravada na pele do culpado. Não é necessário comunicar-lhe sua sentença, já que vai conhecer no próprio corpo. O corpo é o espaço onde se generaliza a norma abstrata. A tortura dá a conhecer a norma, para que o corpo sirva de memória. O torturado testemunha com sua vida a perpetuidade da lei. É a testemunha da existência da ordem. (BARRAZA, 1980, p. 148 - 149)

O segredo principal do governo consiste em debilitar o espírito público, até o ponto de desinteressá-lo por completo das ideias e princípios com que se costuma construir as revoluções. Em todos os tempos, tanto os povos como os indivíduos, contentam-se com palavras. Quase invariavelmente, bastam-lhes a aparências; não pedem mais. É possível então criar instituições fictícias que correspondam a ideias e a uma linguagem igualmente fictícia. (BARRAZA, 1980).

2.4. Doutrina de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações e Departamento de Operações Políticas e Sociais

A ditadura civil-militar brasileira buscou sustentação no controle da palavra falada ou escrita, no controle das atitudes, na construção de um discurso legitimador, na confecção do silêncio atemorizado pelo uso da força ou pela possibilidade de seu uso. Órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Departamento de Ordem

Política e Social (DOPS) foram reconhecidamente instrumentos de controle e de construção do indizível também sobre as terras maranhenses.

Repressão e vigilância foram companheiras inseparáveis, sendo que, por muitas vezes, os olhos se lançaram sobre as vítimas mesmo antes das mesmas serem reprimidas. Ainda em 1964 foi criado o SNI (Serviço Nacional de Informações), órgão composto por agentes que se infiltravam em universidades, repartições públicas, sindicatos, escolas e movimentos culturais com o objetivo de reprimir a oposição. Assim, não só as oposições dentro do governo foram perseguidas, como toda e qualquer ideia que fosse contrária ao governo ou aos tradicionais costumes.

Vale ressaltar que tais órgãos tiveram suas gestações em momentos anteriores ao ditatorial capitaneado pelos militares brasileiros, momentos em que o Estado brasileiro já fazia uso do tripé formado pela vigilância, pelo cerceamento e pela repressão, embora tenham tido nas décadas de 1960 e 1970 seu momento de maior força e duração, nos fazendo necessitar do evidenciamento da Doutrina de Segurança Nacional como principal arcabouço para a concretização de uma violência devidamente institucionalizada.

A partir da II Guerra Mundial, a atividade de inteligência nas grandes potências ocidentais se desenvolveu de duas formas: autonomizou-se em relação ao fazer a guerra, tornando-se uma instituição permanente; e cresceu, em meio ao surgimento da Guerra Fria, como aparato criminal da investigação. Assim os órgãos de inteligência também se tornaram responsáveis pela detecção, apreensão, vigilância e armazenamento de informações sobre populações que poderiam ser consideradas subversivas. Esse contexto obrigou, de certa forma, a maioria dos países a uma nova reflexão em relação à sua segurança. (ANTUNES, 2008, p. 217)

A Doutrina de Segurança Nacional é uma consequência da bipolarização mundial estabelecida com o fim da Segunda Guerra Mundial. E essa doutrina achou um campo consideravelmente fértil nas terras brasileira, e, no caso, devidamente fertilizado desde a década de 1930 com a doutrinação anticomunista. A doutrinação anticomunista, tanto entre militares, quanto entre civis, expandiu-se a partir do frustrado levante do Partido Comunista em 1935, tornando as escolas militares verdadeiros centros de construção de discursos e práticas anticomunistas. Para Nilson Borges “*o conceito moderno de Segurança Nacional somente vai aparecer após a segunda grande guerra, mas nos anos 1930 já havia uma preocupação dos militares brasileiros em formar uma mentalidade que sobrepunha a tudo os interesses da pátria*” (BORGES, 2003, p. 21)

A tentativa de tomada do poder pelos comunistas em 1935, com apoio da Internacional Comunista, ocorreu nas cidades de Natal, de Recife e do Rio de Janeiro no mês de novembro, deu ao dito governo constitucional de Getúlio Vargas a possibilidade de fazer uso da Lei de Segurança Nacional, que havia sido enviada do Executivo para a Câmara em janeiro desse mesmo ano. A Lei de Segurança Nacional (LSN) objetivava dar substância devidamente legalizada à repressão sobre a subversão à ordem presidida por Vargas.

A Intentona Comunista, título utilizado pela cúpula militar para ridicularizar o episódio mencionado, foi planejada e iniciada dentro dos quartéis, ostentando como seu principal nome Luís Carlos Prestes, o renomado líder do Tenentismo e de sua maior representação, a Coluna Prestes. Esse episódio alimentou uma memória militar avessa a movimentos civis e, principalmente, movimentos concebidos dentro do próprio Exército, vistos como desobedientes à hierarquia militar.

Os militares partícipes da tentativa de revolução comunista, identificada propositadamente pelos círculos militares como Intentona Comunista, estavam a serviço do governo bolchevique russo, cometeram dupla traição, pois traíram a pátria brasileira prestando obediência aos comunistas russos, e traíram, ao mesmo tempo, a instituição militar e os seus valores como a disciplina e a hierarquia.

Esse episódio foi de grande importância para os setores militares que conceberam uma Memória e lugares de memória para o completo rechaçamento do comunismo principalmente pelo Exército. Os militares rememoravam a data da vitória contra os comunistas no cemitério de São João Batista, onde foi construído um mausoléu para as vítimas, identificando e fortalecendo dentro dessa data a repulsa por um inimigo externo e maior que teve o poder de se inserir nas fileiras do Exército. A vitória sobre os comunistas traidores estabelecida como um ritual, repetido anualmente, relembra aqueles que foram leais à pátria e ao Exército, renovava os valores militares sobre as novas gerações, celebrando a disciplina e a hierarquia, valores desrespeitados pelos traidores, pelos desatinados que compuseram a intentona comunista. Essas gerações que se formaram durante o Estado Novo, contexto de luta contra o comunismo, participaram do golpe de 1964.

O já mencionado combate ao comunismo desde a década de 1930 buscou conceber as escolas militares como autênticos berçários de discursos e práticas anticomunistas, formaram material humano receptivo à Doutrina de Segurança Nacional e ao posterior golpe militar de 1964. O golpe lançado em 1964 se inseria dentro de um

contexto de avanço do comunismo sobre o mundo, bem como sobre as instituições brasileiras, e ao Exército caberia novamente, como vinte e nove anos antes, não permitir que os comunistas tomassem o poder, aliás, continuassem dentro dele. O comunismo tentava uma nova investida e devia ser combatido como fora três décadas antes. E tal combate teve na ESG (Escola Superior de Guerra) uma trincheira que uniu militares e civis em torno da Doutrina de Segurança Nacional.

Joseph Comblin (1978) escreveu que *“o general Golbery não concebe de outra maneira a guerra contra o comunismo: é uma guerra pela sobrevivência do Ocidente; é, portanto, uma guerra absoluta”* (COMBLIN, 1978, p. 38). Sendo absoluta, uma verdadeira cruzada pela continuidade do ocidente, a participação de toda a população é crucial, daí, também, a necessidade da legitimidade, conclamando o envolvimento de grandes contingentes contra o inimigo numa guerra constante que envolve todas as atividades particulares ou públicas para a efetiva aplicação da Segurança Nacional.

Durante e logo após a Segunda Guerra Mundial os militares brasileiros estreitaram relações com os militares norte-americanos, entrando em contato com a Doutrina de Segurança Nacional, que visava construir uma defesa contra o comunismo soviético e contra os comunistas internos, ou seja, o perigo comunista não estava do outro lado do mundo, mas dentro dos mais variados territórios através dos comunistas internos, inimigos da democracia e do capitalismo. Os cursos oferecidos por militares norte-americanos a militares brasileiros consolidaram o estreitamento de relações entre pares, criando condições para a criação da Escola Superior de Guerra, instituição que, segundo Eduardo Priori:

(...) formulou os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e alguns dos seus subprodutos, como por exemplo, o Serviço Nacional de Informações (SNI). Essa doutrina transformou-se em lei no ano de 1968, com a publicação do decreto-lei nº 314/68, que tinha como objetivo principal identificar e eliminar os “inimigos internos”, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. (PRIORI, 2004, p. 1-2)

O cenário da Guerra Fria fomenta a criação da Escola Superior de Guerra, bem como a concepção “de um campo de ideias, onde já está implícita a imagem de um inimigo e do mortal combate contra ele, que é o que dá sentido às práticas e ideias de todas as Forças Armadas” (O’DONNELL, 1986, p. 54).

Nesse sentido, parte considerável da Doutrina de Segurança Nacional tem como berço as terras norte-americanas, mas a própria Escola Superior de Guerra, criada em 1949, principal centro de fomentação da Doutrina, foi concebida a partir do modelo do *National War College* dos EUA (COMBLIN, 1978). Por isso, são inegáveis tanto a influência norte-americana no constructo dessa Doutrina, quanto a inserção de elementos genuinamente brasileiros, assim como ocorreu em outros países que a levaram a cabo.

A Escola Superior de Guerra é uma instituição sui generis. Depende exclusivamente do Estado Maior das Forças Armadas. Goza de uma grande independência em relação ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica. Além do mais, destina-se a formar civis e militares: uma classe de dirigentes. (COMBLIN, 1978, p. 155).

E como parte dessa Doutrina de Segurança, se concebe o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964 através da lei 4.341, objetivando dirigir, em todo o Brasil, as atividades de informação e contra informação, e, de forma especial as que fossem do interesse da Segurança Nacional. O órgão era ligado diretamente ao próprio Presidente da República e ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), e incorporando funcionários e acervo do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), que havia sido criado em 1956.

Conforme D'Araújo, Soares e Castro (1994) a inexistência de uma estrutura de informações eficiente contribuiu decisivamente com a queda de João Goulart, de acordo com os militares entrevistados para a confecção da obra “Anos de Chumbo: A Memória Militar e a Repressão”. A ditadura concebeu, através do SNI, uma rede de espionagem que se estabeleceu pelo Brasil, somando-se à polícia política e a censura, concebendo o que Carlos Fico proclamou como os “pilares básicos” das ditaduras (FICO, 2006:175). O general Ênio Pinheiro, primeiro a dirigir a Escola de Nacional de Informações, em entrevista concedida à Maria Celina D'Araújo, Gláucio Soares e Ary Castro, nos diz sobre os primeiros momentos de nascimento do SNI:

Tinha algumas agências: a Agência Central no Rio, uma agência em São Paulo, uma pequena agência em Brasília, outras no Rio Grande do Sul e no Nordeste. No início, o SNI era o Golbery [...] muitos amigos, andava na sociedade, telefonavam para ele...Sabia muita coisa através do telefone. Depois, aquilo era analisado. [...] No meu tempo, havia muito poucas pessoas trabalhando. Quase só oficiais. Os civis eram datilógrafos ou coisas assim, porque os militares tinham conhecimento da questão. Mas havia poucos oficiais de Estado-Maior, porque não se podia tirá-los do Exército [...] Então, nessas agências de informação, só os chefes tinham uma formação melhor[...]o resto, de modo geral, não tinha experiência, não sabia o que era inteligência. Tiravam de

jornais, não havia, por exemplo, operações de informações. Havia a seção mas não se dispunha de meios. (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 130)

O SNI, conforme já falado, recebia e produzia informações direcionadas ao próprio Presidente da República, seu cliente principal, sendo o grande órgão de informações a serviço da ditadura, possuindo uma agência central e agências regionais, o SNI dispunha de DSIs (Divisões de Segurança Interna) em cada ministério e as ASIs (Assessorias de Segurança Interna) em outros órgãos públicos como universidades, além da existência de uma Escola Nacional de Informações, criada entre os anos de 1971 e 1972, que formava civis e militares que abastecessem os centros de informação espalhados pelo país.

A 'gestão dos negócios do Estado requer informações[...]que sirvam de base às múltiplas decisões a tomar, inclusive no quadro da própria Segurança Nacional'. Aí está, nessa assertiva de mérito indiscutível, a ideia-metra da justificativa governamental para a criação do seu serviço secreto. A seguir, destacava a dificuldade para que o Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFICI), como organismo subordinado ao CSN, estabelecesse as ligações em alto nível com Ministérios e órgãos de cúpula da administração pública; várias autoridades se interpunham 'na cadeia de informações até o Secretário Geral do Conselho e o Presidente da República'. (EMÍLIO, 1992, p. 71)

As Forças Armadas também possuíam suas divisões de informação: CIE (Comando de Inteligência do Exército), CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), embora se constituíssem como órgãos independentes, realizavam troca de informações, conforme nos informa Carla Longhi (2002) quando, tendo acesso aos documentos provenientes do DEOPS de São Paulo, encontrou variadas publicações provenientes do SNI acerca do comunismo internacional e nacional. Tal fato demonstra a existência de uma verdadeira ideologia corrente de combate ao "grande inimigo" dentro de instituições brasileiras e a consequente ligação existente entre esses sustentáculos ditatoriais, municiados por uma verdadeira "indústria do anticomunismo".

De acordo com MOTTA (2002), em sua obra "Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil" (1917-1964), há a existência de consideráveis publicações anticomunistas de vários órgãos, revelando o compartilhamento de ideias e consequentes atitudes entre os vários agentes da repressão dirigida pelo governo. Esses vários órgãos de repressão, unidos por um conjunto de crenças anteriores ao próprio advento da ditadura e fortalecidas com o seu transcorrer, concebiam como modelo de

“subversivo” o indivíduo de grande perigo para os vários pilares de sustentação da sociedade brasileira, naturalizando, dessa forma, a vigilância, a censura e a repressão sobre os vários setores da sociedade, expurgando o “subversivo” do convívio com o restante da sociedade.

O Volume 1 do “Inquérito Policial 709, cujo título é “O Comunismo no Brasil” nos traz como conceito de subversão:

Que é subversão? Subverter é inverter, é alterar profundamente e sub-repticiamente a ordem vigente. O emprego de qualquer artifício ou estratagema, a ação consciente ou inconsciente que vise tal objetivo ou que acarrete sua consecução são atividades subversivas. A liberdade de pensamento e de comunicação de ideias não se pode constituir em veículo da subversão, pois estaria ela mesma contribuindo para sua autodestruição, estaria entregando aos inimigos as armas com as quais seria esmagada futuramente. (INQUÉRITO, 1966, p. 175)

É importante lembrar que antes mesmo do estabelecimento da ditadura, o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) já havia montado um banco de informações sobre cerca de quatrocentas mil pessoas. Essa relação “*o general Golbery do Couto e Silva levaria consigo para dar o pontapé inicial no Serviço Nacional de Informações*” (MORAES, 1989, p. 129).

O mencionado general Golbery do Couto e Silva, maior nome ligado ao SNI é o seu primeiro chefe e principal idealizador, pois, segundo PIERANT, CARDOSO e SILVA (2007), a política de segurança nacional evidenciada durante o regime militar tem fortes ligações com o livro “Planejamento Estratégico”, lançado em 1958 pela Biblioteca do Exército, quando esta reuniu as conferências dirigidas pelo próprio Golbery dentro dos muros da Escola Superior de Guerra a partir de 1952. Golbery posteriormente ocupou cargos de grande importância durante os governos de Castello Branco, como o primeiro ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, de Ernesto Geisel, como ministro-chefe da Casa Civil, cargo que também ocupou durante a presidência de João Figueiredo. O fato de Golbery ter se tornado um dos principais nomes de três governos militares demonstra o papel da Doutrina de Segurança Nacional, da qual já era o principal contribuinte.

Na obra “Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)”, Rodrigo Patto Sá Motta fala sobre uma receptividade natural a tais ideias no seio militar.

Nos meios militares havia já uma tendência natural a respeitar o *status quo* e refutar os projetos revolucionários, fruto de seu papel constitucional de garantidores da ordem. Eles eram preparados para defender as instituições constituídas contra tentativas de ruptura revolucionária e daí era natural que encarassem o comunismo ameaça. Na qualidade de defensores da ordem também consideravam seu papel de preservar a integridade nacional, e, neste sentido, a proposta comunista soava ofensiva por enfatizar e estimular o antagonismo entre os grupos sociais. Outro aspecto significativo é que os militares tinham um profundo respeito pela noção de hierarquia e um forte “espírito de corpo”, o que os levava a temer as consequências de uma revolução para a estrutura das Forças Armadas. (MOTTA, 2002, p. 37)

Desse modo, a Doutrina de Segurança Nacional trouxe o respaldo necessário para a prática da vigilância sobre os mais variados membros da sociedade brasileira, assim como a prática da repressão, vinculando dois órgãos característicos da ditadura civil-militar brasileira. Ao SNI cabia a informação e a contrainformação, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão utilizado, principalmente durante as ditaduras do Estado Novo e a Civil-Militar nascida em 1964, foi criado em 17 de abril de 1928 pela lei nº 2304, estabelecendo a repressão e o controle de indivíduos e de grupos considerados subversivos por quem controlava o governo, assegurando a chamada ordem.

Sua atuação foi ampliada a partir da criação da primeira Lei de Segurança Nacional, que respaldou as perseguições a comunistas e integralistas, que constituíam os principais focos de oposição a Vargas durante seu período constitucional. Recebeu a alcunha DOPS a partir de 1938, já durante a ditadura varguista do Estado Novo, possuindo embriões nos estados, Mas foi durante o regime militar que esse órgão se fortaleceu de forma considerável, contando com um número bem maior de agentes, se tornando parte integrante do amplo sistema de segurança nacional em comunhão com as Forças Armadas.

Órgãos como o SNI e o DOPS habitaram as várias regiões brasileiras, e entre elas, as terras maranhenses. De posse de entrevistas realizadas com aqueles que fizeram parte de um desses organismos, buscaremos responder questões acerca do seu nascimento, funcionamento, composição e atuação como instrumento ditatorial dentro do estado do Maranhão, pedaço distante dos grandes centros decisórios brasileiros, mas visualizado pela coruja ditatorial, o SNI.

CAPÍTULO 3 - O LEVIATÃ E A CORUJA EM TERRAS DE CARCARÁ

Neste capítulo analisaremos parcela da realidade maranhense dirigida politicamente por Vitorino Freire (Raposa), seu caciquismo político e os levantes oposicionistas que culminaram na ascensão do jovem José Sarney (Canguru) ao cargo de governador do Estado pouco mais de um ano após o golpe de 1964.

Nesse sentido, no tópico que denominamos “A Raposa¹⁴ e sua Cangalha¹⁵”, trouxemos, a partir de levantamentos bibliográficos, uma parte do retrato do Maranhão anterior à ditadura, dirigido por Vitorino Freire, como também teceremos considerações a respeito do seu processo de enfraquecimento e o propelir político da figura de José Sarney devidamente enlaçado à estrutura governamental que se compôs a partir de 1964.

Já em “O Leviatã e o Canguru¹⁶,” a partir de levantamento bibliográfico acerca do Maranhão de 1966, destacamos o projeto de crescimento econômico maranhense, o Maranhão Novo de José Sarney, como fator de intensificação de elementos como a miséria e a violência.

Em “A Maria e o Mané em terras de Carcará” fizemos referências a dois importantes líderes comunistas maranhenses, Maria Aragão e Manoel da Conceição. A referência a Maria Aragão buscará a partir da obra “Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura” (2015) e da entrevista com a ex-vereadora de São Luís pelo PCB, Simone Lucília Andrade Macieira¹⁷, filha adotiva de Maria Aragão, falar sobre a atuação dessa médica socialista que se opôs tanto ao vitorinismo quanto ao aparato ditatorial, num claro resgate, a partir das lembranças da filha, das lutas da mãe enquanto médica e líder comunista maranhense. Tomaremos também como referência a obra “Chão de minha Utopia” (2010), para discorrermos a respeito das lutas travadas por Manoel da Conceição contra a exploração e a violência

¹⁴ A expressão Raposa é utilizada em referência a Vitorino Freire na obra de A raposa e o canguru: crises políticas e estratégias periféricas no Maranhão (1945-1970), de Wagner Cabral da Costa

¹⁵ Cangalha toma como referência uma suposta expressão usada por Vitorino: “vou ao Maranhão apertar as cangalhas”

¹⁶ Faz referência a José Sarney, título visto na obra A raposa e o canguru: crises políticas e estratégias periféricas no Maranhão (1945-1970), de Wagner Cabral da Costa

¹⁷ Simone Lucília Andrade Macieira nos esclareceu, em entrevista concedida no dia 26 de julho de 2016 que a relação entre ela e Maria Aragão iniciou-se quando ela possuía apenas dois anos de idade em virtude de uma amizade entre a médica e sua família, quando a mesma trabalhava no posto de saúde do Anil. Essa relação entre elas intensificou-se quando Simone foi morar na casa de Maria Aragão com nove anos de idade e onde ficou até seu casamento aos 22 anos.

dos fazendeiros maranhenses e o papel desarticulador do estado ditatorial contra essas lutas camponesas

E por fim, no tópico nomeado “A Coruja abre o bico” trará entrevistas com ex-agentes do SNI a respeito do funcionamento desse órgão no Maranhão e seus respectivos enlaces com outros órgãos e com a própria presidência tanto dentro do direcionamento ditatorial quanto no princípio da chamada Nova República, em pleno período de redemocratização.

3.1 A Raposa e sua Cangalha

O Maranhão pré-ditatorial é um estado predominantemente agrário e pobre, vivendo o chamado período vitorinista¹⁸, pois era dirigido politicamente por um grupo chefiado por Vitorino Freire. O aumento da malha viária e a expansão da oferta de energia elétrica ainda nessa década não significou alterações no cenário social e econômico maranhense, pois as relações de produção e entre as classes se mantiveram (CALDEIRA, 1980, p. 701). Num estado sem grandes possibilidades, inclusive dentro de sua capital, que via aumentar o número de miseráveis, restava ao setor público continuar responsável pela empregabilidade e sustento das tradicionais famílias maranhenses (CALDEIRA, 1980, p. 711)

José Ribamar Ferreira Júnior, na obra “Arena da Palavra”, nos apresenta um Maranhão do início da década de 1960 portando uma população de cerca de dois milhões de pessoas, com poucos jornais e rádios, e com uma emissora de TV nascida em 1963. Ele também nos fala que os periódicos tinham números pouco expressivos, obtendo cerca de mil tiragens diárias (FERREIRA, 1998). O censo realizado em 1950 diagnosticou um índice de analfabetismo de 80% entre pessoas acima de cinco anos, sendo que na capital São Luís, de 104.085 pessoas com mais de 5 anos, apenas 62.241 sabiam ler e escrever, cerca de 60%. “Em 1960, entre os maranhenses com mais de quinze anos, 67,78% eram analfabetos”. (FERREIRA, 1998, p. 25)

A crise desencadeada após a renúncia de Jânio Quadros e a contestada posse de Goulart foi noticiada pelos jornais maranhenses. Os sindicatos maranhenses se pronunciaram a favor da posse de João Goulart, fato noticiado no jornal A Pacotilha, do dia 29 de agosto de 1961. Houve manifestação de 26 sindicatos maranhenses em torno

¹⁸ Diz respeito ao período de dominância política de Vitorino Freire.

da posse de Jango dentro do regime presidencialista, assim como os estudantes da Faculdade de Direito que se colocaram como defensores da legalidade oferecida pela Constituição brasileira. No *Jornal do Povo*, periódico de oposição ao governo do Estado e ao Vitorinismo¹⁹, e comandado pelo deputado federal Neiva Moreira, na edição de 8 de setembro de 1961, traz em sua capa o título “Parlamentarismo Indígena” e continua com o seguinte comentário “o parlamentarismo está aí como verdadeiro filho abortivo do golpe”, num claro tom de desaprovação ao arranjo político necessário a posse de Goulart. Enquanto os jornais pertencentes ao grupo, *Diários Associados* e o *Diário da Manhã*, ligados a Vitorino Freyre, maior força política do estado e líder do PSD (Partido Social Democrata), estampavam o parlamentarismo como uma necessidade para a manutenção da ordem (FERREIRA1998, p. 39).

Ainda sobre o período, o referido autor destaca que a partir dos jornais da época, os parlamentares da Câmara Municipal de São Luís e da Assembleia Legislativa do Maranhão também se pronunciaram em favor da ordem, ou seja, pela posse do presidente. Tais jornais registraram a ausência de enfrentamentos acerca da posse ou de sua contestação pelos grupos políticos maranhenses, como havia ocorrido em outras partes do Brasil. A ordem, seja com a posse de Goulart ou com a restrição de seus poderes, deveria ser mantida. Entretanto, diante do “golpe branco”, a cobertura jornalística não buscou construir argumentos que pudessem embasar o parlamentarismo nas terras tupiniquins, o que, para o autor, pode explicar a maior rejeição de um estado da federação frente ao parlamentarismo diante do plebiscito do início de 1963, quando a partir de dados oferecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, no Maranhão, a população votante concebeu os consideráveis 92,13% de rejeição ao sistema parlamentarista (FERREIRA, 1998).

É importante lembrar que os principais periódicos em circulação na época eram: *O Imparcial*, *A Pacotilha*, *Jornal do Povo* e *Jornal Pequeno*. O *Jornal O Imparcial* foi fundado em 1º de maio de 1926, sendo vendido para o grupo *Diários Associados*, de

¹⁹ Entende-se por Vitorinismo um conjunto de práticas políticas que constituíram a hegemonia política de um grupo dirigido por Vitorino Freire entre meados da década de 1940 e meados da década de 1960. De acordo com Caldeira “o Vitorinismo, com efeito, foi um coronelismo. Das suas formas de ação excluiu-se a propensão para a dominação econômica. Nesse caso (ao nível de Estado), essa dominação se processava de forma indireta, ou seja, por meio do apoio que dispensava às suas bases de sustentação, através da concessão de garantias específicas. No plano político propriamente dito – esfera exclusiva do interesse do vitorinismo – a sua ação se centrava em torno do controle dos partidos políticos e das sub-lideranças políticas com ele identificadas que, juntamente com os coronéis do estado davam a configuração real do vitorinismo” (CALDEIRA, 1978, p. 60).

propriedade de Assis Chateaubriand; bem como A Pacotilha, também pertencente a esse grupo. Enquanto O Imparcial e A Pacotilha eram situacionistas, ou seja, aliados ao grupo político dirigido por Vitorino Freire, O Jornal do Povo e o Jornal Pequeno constituíam oposição a esse grupo. O Jornal Pequeno, fundado no início da década de 1950, em virtude dos seus destaques policiais e esportivos, se aproximava mais das massas urbanas, embora não fosse tão expressamente ligado à oposição política maranhense, como no caso do Jornal do Povo, que “fazia oposição ao governo do Estado e ao Vitorinismo. Era dirigido pelos políticos do PSP, comandado pelo deputado federal Neiva Moreira. Abria espaço para a UDN maranhense” (FERREIRA, 1998, p. 47). O Jornal do Povo foi fundado em 1950 e extinto em 1964 através do Ato Institucional de número 1, sendo o mais importante veículo de oposição ao grupo dirigido por Vitorino Freire, e imortalizado nos versos de João do Vale na música “Todos cantam sua Terra”, que diz: “*Acho bonito até o jornaleiro a gritar Imparcial, Diário, Olha O Globo, Jornal do Povo descobriu outro roubo*” (VALE, 1965).

Assis Chateaubriand, proprietário dos jornais maranhenses O Imparcial, O Diário do Norte e O Globo (denominado mais tarde A Pacotilha) fez parte de uma das maiores manobras políticas da história maranhense realizada pelo cacique político Vitorino Freire e pela direção nacional do PSD (Partido Social Democrático). Chateaubriand foi eleito para senador pelo Maranhão em 1954, após sua tentativa de reeleição pela sua terra natal ter sido infrutífera. Essa manobra ainda teve como ingredientes as figuras do senador Antônio Baima e do seu suplente Newton Belo, ambos renunciando para que, diante da vacância do cargo, o Tribunal Superior Eleitoral convocasse nova eleição que deu a vitória a Chateaubriand (BUZAR, 2001).

Assim, a vaga no senado pelo Maranhão, dada ao dono de um império das comunicações que se expandiu por dezessete estados, encontrou oposição dentro do próprio PSD maranhense, que teve os desligamentos dos deputados estaduais Raimundo Bogéa e Nunes Freire e o suplente a deputado federal José Sarney, que se filiaram à UDN (União Democrática Nacional), partido que se ligou a outras oposições, formando as Oposições Coligadas²⁰ que, mais tarde, com o devido apoio ditatorial, conduziria José Sarney ao cargo de governador do Maranhão, derrotando o Vitorinismo.

Para Wagner Cabral da Costa:

²⁰ Bloco político que reuniu os partidos PSD, PR, PSP, PL, UDN e o PTB, formando uma grande aliança partidária contra o domínio político dirigido por Vitorino Freire.

O evento significativo e que produziu forte impacto na política maranhense, redirecionando-a, foi o golpe militar de 1964, que derrubou o governo João Goulart e estabeleceu 21 longos anos de ditadura no país. A ascensão dos militares ao poder foi fundamental para a ascensão na política maranhense da liderança de José Sarney (COSTA, 1997, p. 5)

Vale lembrar que as Oposições Coligadas lançaram candidatos entre os pleitos ocorridos entre 1950 e 1965, recebendo a simpatia dos sindicatos, de parcela da classe média e das periferias. Garantindo apoio e participação popular na Greve de 51. Esses setores, mais tarde, visualizaram em José Sarney a possibilidade de derrocada do Vitorinismo (COSTA, 2006).

Dessa forma, a Greve de 51 foi dirigida pelas oposições contra a posse do governador Eugênio Barros (COSTA, 2006, p. 36), que havia vencido Saturnino Belo em mais um episódio fundamentado no grande poder exercido por Vitorino. Esse movimento se insere no momento do pleito eleitoral de 1950 quando eram disputados os cargos de presidente, senador, deputado federal e governador, assim como a presença dos candidatos à presidência da república brasileira, angariando dessa forma maior envolvimento da população dentro do processo político nesse período (COSTA, 2006).

Nesse sentido, Eugênio Barros, candidato ao governo do estado do Maranhão e representante do continuísmo vitorinista, venceu as eleições de 1950 em meio a fortes denúncias de fraudes, fundamentadas na anulação de 16 mil votos de Saturnino Belo em São Luís pelo Tribunal Regional Eleitoral. A possibilidade de eleições suplementares foram extintas quando Saturnino morreu de ataque cardíaco em janeiro de 1951, credenciando ainda mais a diplomação de Eugênio Barros como novo governador do Maranhão. Esse foi o contexto político que fez nascer a Greve de 51, ocorrendo nos meses de fevereiro e março contra a posse do governador, e, posteriormente, em setembro e outubro, contra o reconhecimento da validade de sua eleição pelo Tribunal Superior Eleitoral (BUZAR, 1998).

A crise política maranhense teve consideráveis reflexos sobre o governo federal brasileiro (COSTA, 2006). Capitaneado por Getúlio Vargas, que agora presidia um estado democrático, fazendo a possibilidade de intervenção soar como faceta do autoritarismo característico das décadas de 1930 e 1940, praticado pelo próprio Vargas, bem como, diante da inexistência do braço federal ser interpretada e apregoada como fraqueza. A presença do Exército, com contingentes vindos de outras regiões como Ceará e Piauí, e a chegada do próprio ministro da Justiça, Negrão de Lima e os acordos obscuros realizados entre a presidência e a bancada maranhense controlada por

Vitorino, garantiram a continuidade do governo de Eugênio de Barros. Vitorino e seu grupo saíram vitoriosos mais uma vez, vitória que não se repetiria em 1965.

Assim, a tradição permanece sobre o solo do Maranhão. A tomada do poder seja por Vitorino Freire ou por José Sarney dependeu da participação direta da esfera federal. Por mais que a ideia de ruptura nos venha à cabeça diante da apresentação dos celebrados anos de 1951 e 1965, importa visualizar como estes no seu âmbito representam continuidades. A intervenção federal, desejada pela oposição maranhense em 1951 para a derrubada do candidato vitorinista, e a intervenção praticada em 1965, que culminou com a vitória da oposição, traduzem a necessidade que a periferia política maranhense tinha da participação direta do governo central sobre a esfera estadual. A participação federal tem envolvimento com a anterior ascensão vitorinista na década de 1940 com os aplausos do PSD central, mais particularmente de Dutra, amigo pessoal de Vitorino e um dos responsáveis pela sua volta ao Maranhão, para o fortalecimento do partido nesse estado.

3.2 - O Leviatã e o Canguru

A vitória de José Sarney, membro da UDN, importante sustentáculo do golpe civil-militar de 1964, contra o mandonismo político de Vitorino Freire, se inseria no discurso de moralidade ostentado pelos militares, já que a corrupção eleitoral era uma das marcas do domínio vitorinista sobre o Maranhão, pois somente os mesmos militares tiveram a capacidade de acabar com anos de dominação política consagrada pela fraude (CALDEIRA, 1978). Derrubar Vitorino era derrubar a imoralidade da “Universidade da Fraude”, constituída de mais de duzentos mil eleitores fantasmas, garantidores de parte da vitória eleitoral do grupo dirigido por ele (COSTA, 2006).

Em 1964, mais precisamente no dia 28 de julho, o Tribunal Superior Eleitoral por unanimidade decidiu averiguar as variadas fraudes ocorridas no certame eleitoral de 1962 no Maranhão. Em outubro desse ano é instaurada uma comissão de inquérito, ocorrendo a convocação dos juízes suspeitos de participação nas fraudes. As irregularidades foram anunciadas em fevereiro de 1965, resultando na anulação de mais de duzentos mil eleitores fantasmas (BUZAR, 1998).

A partir de Caldeira (1978), percebemos que a ascensão política de Sarney tem ligação com as lutas internas dentro da própria oligarquia, assim como com o desejo do governo federal, não sendo fruto da mobilização de setores da sociedade civil

carregando um projeto político e/ou econômico diferente do que era proposto pelo grupo dominante. A UDN do jovem Sarney havia dado apoio a Newton Belo, governador anterior a Sarney e protagonista de mais uma crise intra-oligárquica, quando se candidatou a governador sem o devido beneplácito de Vitorino Freire.

O desmantelamento da “Universidade da Fraude” vitorinista criou mais condições para a vitória das oposições maranhenses, representadas na candidatura do jovem José Sarney, que derrotou Costa Rodrigues, do PDC, e Renato Archer, do PTB. Ao jovem intelectual e político Sarney caberia o nascimento do novo e o soterramento do velho, e como parte da construção de uma Memória em favor de José Sarney enquanto um líder de vanguarda, nos diz Correa apud Grill:

No dia 24 de abril de 2010, o jornal *O Estado do Maranhão* publicou um Caderno Especial em comemoração aos 80 anos de José Sarney. O periódico – que é dirigido pelo seu filho e empresário, Fernando Sarney – apresentou um conjunto de reportagens e textos assinados por intelectuais do estado reforçando os elementos associados à sua imagem.

Na matéria da capa, o Diretor de Redação, Ribamar Correa, define o seu “protagonismo” e sua “predestinação” com a seguinte indagação: “[...] que outro gigante da política foi eleito membro de uma exigente academia de letras [AML] aos 22 anos? E quantos homens de letras lideraram uma transformação política e administrativa tão radical num estado aos 36 anos, após uma luta política renhida?” (CORREA, 2010 in GRILL, 2012).

Desse modo, a intervenção militar em 1965 não foi o primeiro momento em que o Maranhão trouxe para si os holofotes nacionais, pois durante a década de 1950, no princípio do governo democrático de Vargas, quando houve a presença de forças federais e de seus agentes, como o ministro da justiça por ocasião da Greve de 51.

Outra tradição, além das intervenções nacionais, é visualizada com as cisões intra-oligárquicas como engrenagens para a queda de um grupo e a ascensão de outro, carregando alguns ingredientes e indivíduos que já haviam participado do conjunto derrotado e se lançavam como novos vitoriosos, como o caso do próprio José Sarney, nascido politicamente dentro do vitorinismo, mas se colocando como líder das oposições e como portador do discurso do novo contra o ultrapassado, contra o passado medíocre controlado por Vitorino.

A promessa do novo dentro de um estado onde as glórias se localizavam no distante passado adquiriu a simpatia de boa parte da população maranhense, que vislumbrava modificações, e de parte de sua classe política, reunida contra um inimigo comum, o vitorinismo, derrotado em 1965, com o devido respaldo do governo de

Brasília, dirigido pelo militares desde abril de 1964, quando se iniciou a ditadura civil-militar.

Nesse sentido, ALMEIDA afirma:

A nostalgia e a idealização do passado passam a representar figuras essenciais na representação acerca do Maranhão. O presente passa a ser vivido como um resíduo do período denominado áureo. E esse período, por sua vez, dependendo do presente de quem fala pode estar sujeito a ligeiras alterações, porque no fundo o que está em jogo é uma permanente idealização do passado (ALMEIDA, 2008, p. 152).

O discurso de moralidade e de desenvolvimento de Sarney já era proclamado pelos militares, facilitando o apoio do poder central ao seu projeto político que traria por consequência o afastamento de políticos mal vistos, identificados com o governo derrubado em 1964. A teórica moralidade hasteada pelos militares já havia cassado Neiva Moreira, o maior líder da oposição maranhense, fazendo de Sarney o candidato das oposições, bem como candidato bem quisto por Brasília por representar a consequente implantação do ideário presente no golpe de 1964 sobre o Maranhão.

Desse modo, Caldeira (1978) destaca que o governo de Castelo Branco quando retirou do poder maranhense o vitorinismo adquiriu um significado que não obteve em outros estados brasileiros, o da renovação, angariando popularidade diante do afastamento da imoralidade e da ausência de desenvolvimento, abrindo alas para uma nova era, para um novo Maranhão, para um “Maranhão Novo”. O autor afirma ainda que, “*o sarneísmo é produto da Revolução de 1964 e a sua existência se vincula à criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)*” (CALDEIRA, 1978, p. 78).

Nesse sentido, a “Ilha Rebelde” enxergou, logo de início, com o governo implantado com o golpe de 1964, uma onda repressiva sobre os setores nacionalistas e de esquerda. Essa “limpeza”, segundo o dicionário militar, abriu alas para o lançamento de Sarney como candidato das “Oposições Coligadas”, assegurando a vitória de uma solução mais moderada (para os militares e outros setores) contra Vitorino Freire. Ou seja, “*dá-se à substituição do coronelismo rural, representado por Vitorino, pelo coronelismo urbano, corporificado pelo jovem Sarney e fundado na expressão do conteúdo do seu discurso e principalmente na sua manifestação política*” (BOMFIM, 1985, p. 17)

Enquanto do interior do Maranhão trabalhadores movimentavam-se por modificações, em São Luís, parte dos estudantes, trabalhadores e intelectuais também defendiam as reformas de base. São Luís foi o palco da Greve de 51, maior movimento

de contestação à direção política de Vitorino Freire. Alimenta nessa década e na década de 1960 a alcunha de “Ilha Rebelde”, afinal, contribuindo com essa singela alcunha e com as devidas tradições, em 1966 ocorreu a posse de José Sarney, célebre candidato das oposições ao Vitorinismo, tornando-se elemento irradiador do que Wagner Cabral chama de “cultura de libertação”²¹ (COSTA apud REIS, 2009).

Dessa forma, surge o Sarneísmo²² que adentra o poder a partir de 1966, substituindo o Vitorinismo, embora a ascensão política de Sarney ao cargo de governador do estado não represente o sepultamento completo do Vitorinismo, pois Vitorino e parcela do seu grupo adentraram as fileiras da ARENA, como consequência do estabelecimento do bipartidarismo, pela identificação com o projeto conservador do governo federal e pela pouca expressão política do MDB no Maranhão onde repousava ainda uma considerável popularidade do golpe.

O Maranhão Novo é um título que sugeria uma verdadeira reconstrução de um estado vilipendiado pelo velho, cabendo a José Sarney, diplomado governador com 35 anos e como membro da Academia Maranhense de Letras com 22 anos, o despertar do desenvolvimento. Ao novo caberia a direção da máquina estatal como força motriz de avanços econômicos e sociais a partir da construção de uma equipe técnica capaz de dar ao estado a competência administrativa necessária, abraçando-se a um modelo formulado pelo governo federal, detentor de um “desenvolvimento capitalista estatal” (MALLOY, 1986, p. 129) quando o estado brasileiro aumentou seus investimentos em associação com capitais particulares nacionais e internacionais. Esse modelo modernizante de Sarney atraiu uma participação ainda maior do governo federal sobre as estruturas de um estado majoritariamente agrário, continuando assim até boa parte da década de 1990, mais particularmente em 1996, quando a população urbana ultrapassou a população rural (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/1996). Com o governo iniciado em 1966 “*dá-se à substituição do coronelismo rural, representado por Vitorino, pelo coronelismo urbano, corporificado pelo jovem Sarney e fundado na expressão do conteúdo do seu discurso e principalmente na sua manifestação política*” (BONFIM, 1985, p. 17).

²¹ Na obra Guerrilhas (2011), Flávio Reis, respaldando-se em Costa, buscou defender uma “cultura de libertação” tão presente no Maranhão. Essa “cultura de libertação” se alicerça em torno da Greve de 51, da posse de José Sarney em 1966 e da vitória de Jackson Lago contra Roseana Sarney na disputa eleitoral para o cargo de governador em 2006.

²² Entende-se por Sarneísmo um conjunto de práticas políticas dirigidas por José Sarney a partir de 1966, quando o próprio adentrou o governo do Estado do Maranhão.

É importante frisar que o território maranhense ocupa uma área de 333.365,6 quilômetros quadrados, sendo o oitavo maior estado do país e o segundo maior do nordeste. Esse território é palco durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 de momentos de organização dos movimentos de trabalhadores rurais e de consequentes lutas contra o modelo de exploração da terra desejado pelos grandes proprietários em conluio com o estado, controlado pelos militares a partir de 1964.

Nesse sentido, o “Maranhão Novo” de José Sarney, surgido a partir de 1966 trouxe, assim como o governo federal, um projeto de desenvolvimento capitalista conservador. A Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) era um título que resgatava os áureos anos 1950 e o desenvolvimentismo capitaneado por Juscelino Kubitschek, sendo composto por técnicos advindos da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), assim como, no sentido prático, acompanhando a tendência centralizadora e personalista do novo governador, era um órgão de planejamento, controle de recursos e de repasse do governo estadual e do seu iniciado desenvolvimento (COSTA, 1997).

À SUDEMA somaram-se investimentos em infraestrutura, em grandes projetos nos setores de transporte e energia, com a construção do Porto do Itaqui, da rodovia São Luís-Teresina, da hidrelétrica de Boa Esperança, da Lei de Terras que priorizou os tradicionais grandes proprietários e novos elementos que juntos abocanharam, através da grilagem e da pistolagem, fartos pedaços de terras em detrimento de pequenos agricultores (posseiros), expulsos ou mortos, com o consentimento maior do novo governo estadual.

Desse modo, o Maranhão Novo representa, de forma muito clara, o que Petras (1999) diz ser a subordinação do Estado aos interesses privados, aos interesses do capital, em uma nítida abordagem marxista, pois o mesmo concebe o plano político como expressão dos grupos sociais. E como demonstração poderosa do lado escolhido pelo grupo político dirigente houve a criação da Lei de número 2.979 de 17 de julho de 1969 (Lei de Terras de Sarney), quando houve a instituição do valor formal da terra, destinando grandes volumes de terras do estado a grupos econômicos que receberam as benesses da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (LUNA, 1985, p. 6) dentro de um processo de intensificação da ligação entre terra e capital. O grande volume de terras maranhenses se constituiu como considerável base para a expansão capitalista, atraindo, como dito, os

capitais oriundos de outras regiões brasileiras que também receberam incentivos fiscais e infraestrutura ofertadas pelo estado.

Sobre a “Lei de Terras de Sarney”, nos fala Viviane de Oliveira Barbosa:

Entretanto, os conflitos de terra no estado se acirraram de fato com a implantação da “Lei Sarney de Terras” (Nº 2.979/ 17-07-1969), também chamada de “Lei de Terras do Sarney”, que respaldava a privatização das terras públicas do estado e incentivava a expansão de projetos agropecuários e agroindustriais, excluindo famílias rurais do acesso à terra e aos babaçuais. Tornaram-se frequentes, então, conflitos pela posse de terras entre os “antigos ocupantes”, majoritariamente afrodescendentes e indígenas, e os ditos proprietários, oriundos do próprio estado ou de outras localidades (BARBOSA, 2008, p. 5).

Esse processo de expansão capitalista teve como um dos seus ingredientes a prática da grilagem abençoada por uma rede de cartórios que concediam títulos de propriedade (ASSELIM, 1982). Várias fazendas de gado se montaram às margens das rodovias federais e estaduais, conforme dados levantados pelo IBGE (1990) que nos mostram o efetivo bovino quadruplicando de 1950 para 1990, quando saiu de 927.807 cabeças para 3.900.000 em 1990, daí Arcangelis (1987) ter chamado a década de 1970 de momento de definição de uma “economia do gado”.

Dessa feita, a “economia do gado” intensificou os conflitos pela terra em várias regiões maranhenses, pois não incorporou os pequenos produtores, mas os expulsou de boa parte do campo ou desencadeou uma exploração ainda maior sobre os que continuaram sob o jugo dos fazendeiros. Ao gado soma-se a indústria, alavancada pelo projeto Grande Carajás, e à madeira da região tocantina, que também atraiu variados grupos para essa região.

O projeto econômico e a dominância política de José Sarney não foram interrompidos com a eleição de Nunes Freire, político ligado a Vitorino Freire. Para Caldeira (1976), o regresso de Vitorino à senda política maranhense a partir da indicação presidencial de Nunes Freire e de sua eleição indireta ao governo estadual não significou a volta do Vitorinismo, como ocorrera entre 1945 e 1960, diante das mudanças que estavam se processando dentro do estado, e que reconduziram Sarney ao comando do estado logo em 1979 com a indicação de João Castelo ao cargo de governador.

No final de 1970, após a indicação de João Castelo ao governo do estado, o Maranhão se realinhou ao Novo, quando em São Luís foram implantados o Projeto Carajás e o Projeto Alumar, dirigidos, respectivamente, pela Companhia Vale do Rio

Doce e pela ALCOA, projetos que contribuíram com o suposto retorno do Maranhão aos trilhos do desenvolvimento, abandonado na gestão anterior, que havia sido governada por Nunes Freire, tradicional aliado de Vitorino.

Para tanto, o progresso prometido nos palanques em 1965, abençoado pelo Leviatã, expulsou, ameaçou, vigiou, prendeu, violou e violentou numa clara associação entre Estado ditatorial, fazendeiros e empresariado. O novo, preconizado por José Sarney, definitivamente, não representou o fim dos velhos problemas que assolavam a grande maioria da população que ocupava os campos e as cidades do Maranhão. A velha violência exercida nesses dois espaços persistiu, bem como a exclusão da grande maioria da população da efetiva participação política, da conquista dos meios de produção e/ou do simples acesso ao básico para a sobrevivência, que se tornaram ainda mais distantes.

3.3 – A Maria e o Mané em terras de Carcará

Maria Aragão e Manuel da Conceição se constituem como importantes protagonistas das lutas travadas na cidade e no campo maranhense. Os anseios e os trabalhos desenvolvidos pelos dois atraíram as atenções da União Soviética sobre a Maria e da China sobre o Mané, como também atraíram a atenção do Leviatã nas terras do Carcará.

Em 1951 Maria Aragão já havia sido presa, acusada como uma das responsáveis pelos incêndios criminosos ocorridos na periferia ludovicense durante a Greve de 51, sendo enquadrada pela Lei de Segurança Nacional, permanecendo presa entre 5 de outubro e o natal de 1951 (COSTA, 2001, p. 53). Sobre o episódio da prisão de Maria Aragão em 1951, Simone Macieira, na época com seis anos de idade lembra:

Ela morava na Rua da Cotovia, bem do lado da Igreja de São Pantaleão, entre a Rua de São Pantaleão e a Rua das Crioulas (...) Eu não sei assim dos detalhes de onde ela foi presa, mas lembro que os médicos se reuniram, aí ela já contava que os médicos se reuniram e tiraram-na da prisão e colocaram-na no Hospital Geral. Aí eu lembro dela no Hospital Geral, que eu ia visitá-la quase toda tarde (...) Mamãe me trazia e eu ia lá. O Hospital pra mim era enorme (...) de onde eu via o mar, e da minha casa eu não via o mar, via riacho, mas não via o mar (...) era um negócio assim monumental (...) E aquelas freiras, eram freiras assim ... tão grandes, assim enormes, com aquelas batas brancas, imensas.

Ainda acerca da participação dos médicos nesse episódio:

Não era exatamente um acordo, era quase que uma rebelião dos médicos. Eles eram muito poucos.

Quando eu casei em 1967, nós só tínhamos 250 mil habitantes, agora nós temos mais que 1 milhão de habitantes. Imagina, imagina uma cidade que não tinha Calhau, não tinha do cemitério pra baixo, não tinha Camboa. Enfim, era uma cidade muito pequena em que algumas pessoas se conheciam muito, e se você não conhecia pessoalmente, você conhecia os médicos de sua cidade (...) Agora, os médicos, por exemplo Antônio Dino foi colega de Maria Aragão na Escola Nacional de Medicina (...) Então não era exatamente pelo espírito de corpo, era pelo respeito pela profissão, senão iam começar a ser avacalhados. Então, eles se uniram, se uniram como profissionais, não pediram pra governador, nem nada, eles se uniram como profissionais e levaram Maria Aragão pro hospital.

O Golpe Civil Militar que se estabeleceu voltou a prender Maria Aragão, e, como já fora dito, prendeu também Neiva Moreira que, mais tarde, foi obrigado a exilar-se na Bolívia. Além desses dois símbolos da Greve de 51, Benedito Buzar, Sálvio Dino e Kleber Leite foram deputados estaduais cassados sob a acusação de atividades subversivas. Nesse contexto ditatorial e de ascensão política de José Sarney, voltaremos a utilizar a figura de Maria Aragão como principal símbolo de um conjunto de ideias e práticas refutadas pelo Estado burocrático-autoritário que se constituiu em 1964.

O relato de uma outra prisão de Maria Aragão faz Simone Macieira mencionar suas várias atividades que pudessem, aos olhos do governo ditatorial, reconduzi-la ao cárcere. De acordo com ela, a ideia de uma sociedade justa, sua preocupação como médica e liderança em torno da comunidade do Anil poderiam explicar tal prisão. Conforme nos relata Simone Macieira:

Foi uma coisa que eu nunca compreendi na minha vida e até hoje não compreendo, sinceramente falando, como é que se impede determinadas pessoas de fazerem uma coisa tão boa como Maria Aragão fazia. Maria Aragão, Doutor William e outros tantos comunistas. Olha, é o seguinte, ao que eu saiba, e até onde eu estudei as coisas e vivi as coisas do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ele é pacifista, não tem disputa em armas, a disputa seria no sentido de discutir, de conversar, no sentido de fazer que as pessoas compreendam a importância de dividir, da solidariedade, a importância do ter em conjunto, de formar uma sociedade justa, igualitária (...) o que significa ser justa? Ser justa na compreensão que ela me passou e que eu compreendo até hoje nas coisas que li, ser justa é que todos tenham os mesmos direitos, os mesmos deveres (...) A solidariedade, toda vez que Maria Aragão fala, que você veja uma expressão que ela tinha escrito, ela fala da solidariedade, da necessidade da solidariedade. E quem falou mais da solidariedade senão Cristo? Quem falou mais do amor, senão Cristo? Mas eu dizia: você não acredita em Deus e não sei em quem. E aí quando eu dizia:

E Jesus? Ela dizia que Jesus havia sido o maior revolucionário, o maior comunista, o maior socialista que já teve no mundo. Assim que ela respondia (...)

Quais foram as coisas que eu vi Maria Aragão fazer? Quando médica, reunia as pessoas de um determinado bairro pra juntarem-se e melhorar as questões do esgoto, já que ninguém vai conseguir melhorar a questão do esgoto sozinho, não é um grupo social pequeno e pobre que vai fazer isso, tem que ir lá no prefeito, tem que discutir com o prefeito. Prefeito pode até não fazer agora, por mais que ele deixe no planejamento pra depois, né? (...) Ela trabalhava muito nessa área da limpeza pública, ela trabalhava muito na área da saúde da mulher, daí é que ela depois vai pro Hospital do Câncer. Também, ela trabalhou muito na questão neonatal, pois havia uma grande quantidade de mulheres que morriam de parto (...) Então, ela se sentia muito responsável. (...)

Estar à frente da comunidade do bairro Anil, conclamando-a à organização para a obtenção de obras de saneamento por entender, como médica, que as mesmas contribuiriam com a melhoria da qualidade de vida de um grande número de pessoas, contribuiu com sua prisão, bem como a alcunha de comunista.

Embora comunista, Maria Aragão, quando se referia a Jesus Cristo, segundo Simone Macieira, repetia variadas vezes que o mesmo se tratava de o “maior revolucionário, o maior comunista, o maior socialista que já teve no mundo” e sua reconhecida intelectualidade, aproximou Maria de intelectuais e artistas maranhenses e brasileiros, muitos deles membros da Igreja Católica. E entre esses intelectuais, Simone Macieira nos fala sobre três padres da época que frequentavam sua casa:

Padre Mohana, que era médico, que escrevia e discutia os livros que escrevia com Dedê²³. Quando ele descobriu aquele acervo de músicas sacras, ele levou pra ela ver, e ela emprestava discos pra ele e ele emprestava discos pra ela. (...) Enfim, Padre João Mohana era médico e era padre, e era um grande filósofo e discutiam e assim, era lindo de ver ela discutir. Mas claro, que eles tinham posicionamentos diferentes sobre uma série de coisas, inclusive as questões da Igreja.

O outro padre que era muito amigo dela, era Padre Hélio, padre Hélio Maranhão. Padre Hélio que discutiu com ela e tal, inclusive na porta da rua. Ele era muito escandaloso. Ele gritava:

-‘ê, Maria’, lá debaixo e Dedê chegava na janela (porque antes da ditadura militar as pessoas falavam assim mais abertamente). E ele falava:

- Eu‘tô’ querendo que você me dê aquelas aulas sobre umas comunidades que tinham na União Soviética porque eu vou fazer uma comunidade eclesial de base lá no meu ... (...)tanto que eu ‘tava’ lendo

²³ Simone Macieira se referiu várias vezes a Maria Aragão como Dedê, apelido que também pode ser visualizado na obra *Maria por Maria ou a Saga da Besta Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura* (2015), composto por depoimentos oferecidos por Maria Aragão a Euclides Moreira Neto.

e ele foi o primeiro a fazer isso no Brasil). E eles conversavam muito da importância, porque era uma sociedade muito pobre, Tutóia, ele era de Tutóia, e ele ficava com muita preocupação porque era uma gente que morria com muita facilidade, os pescadores tinham muita lepra na época por causa do sol causticante. E aí ele conversava muito com ela, conversava sobre essa questão de fazer essas, esses grupos comunitários se unissem pra produzir e vender, tipo cooperativas (...)

(...) E outro era Padre Artur, Padre Artur é tio do doutor Artur Almeida. Pois é, Padre Artur era mais (como eu diria), não era assim tão envolvido politicamente, ele era mais conservador, mas ele era, eles discutiam muito, assim questões sociais, as questões da Igreja, e essas coisas intelectuais, assim de músicas, de livros, de trocas de livros, eles tinham muito isso.

A lembrança da prisão de Maria Aragão em 1964, a quem Simone chama muitas vezes de Dedê, nos informa sobre a grande amizade entre ela e Bandeira Tribulzzi. Ao falar sobre essa amizade, ela nos revela os integrantes do grupo comunista ludovicense:

Um dos grandes amigos de Dedê que chegar lá e almoçar e me botar pra fazer café e (...) eu me desvelava pra fazer um café bom, gostoso, sei quê, me olhava e dizia:

- O café ainda não tá bom, tem que ser melhor pra poder casar, porque ainda não pode casar

E eu ficava toda triste e dizia poxa ainda não posso casar ainda (criança é uma coisa engraçada, eu tinha doze, treze anos) era Bandeira Tribulzzi, eles eram muito amigos.

Tem um poema Eu levei pra eles, quando Dedê estava presa no 24 B.C., isso em 1964, e eu levei uma caixa de biscoitos, chamava biscoitos Aimoré, uma caixa de lata. Ela sempre ganhava muito presente, muito presente, e alguém levou lá pra casa, e eu fiquei na casa, em casa, tomando conta dos meninos, ó! Eu era de menor e fiquei em casa tomando conta dos meninos, essas doidices que acontecem na vida, e depois eu fui lá pra casa de mamãe e levei os meninos (...) Eu fiquei uns quinze dias em casa sozinha, tomando conta deles. Então, aí eu levei uma caixa de biscoitos, e levei essa caixa de Aimoré pra ela e ela disse:

-Leva lá onde Tribuzzi, vai lá onde Tribulzzi leva lá onde os meninos (ela chamava todo mundo de meninos e meninas, e eu também tenho essa mania de chamar de meninos e meninas porque ela chamava muito e eu acho tão legal, tão bom as pessoas se sentem tão bem)

-Leva lá onde os meninos!

Era Bandeira Tribulzzi, era Doutor William Moreira Lima, era Augusto Marques, que foi preso depois, e não lembro mais quem eram as outras pessoas.(...) Aí eu fui levar a caixa de biscoitos pra eles, que nem esses biscoitos que tem em lata, biscoito assim que a gente ganha no Natal, que cada biscoito sai assim num papelzinho. E nessa época tinha assim, não era propriamente como se fosse um papelão, como se fossem dois, três papéis, um ligado ao outro com uns furinhos no meio. E aí quando eu cheguei, disse:

- Tá aqui o que Dedê mandou pra vocês! Pra vocês tomarem café e não sei quê, não sei quê. Eu chegava e sempre era uma festa, sempre fui bastante alegre, e nessa época mais ainda. E Tribulzzi dizia:

- Maria (nessa época todos a chamavam de Maria, não chamavam nem doutora, nem Dedê, chamavam Maria) mandou, Maria é terrível, ela não tem jeito. Ela tá lá presa e fica pensando na gente.

Aí ele pegou, tirou essa, esse papel, que era uma espécie de papelão, papelão não, era uma palha de seda, um papel de seda, como se fosse casa de abelha, pra escrever, e ele escreveu:

Pastores junto a Maria,

Neste Natal de Ansiedade

Vejo que o Cristo anuncia

A estrela da Liberdade...

Eu não lembro muito assim, porque decorei isso nessa hora, e depois ela botou num quadro e botou na parede, depois roubaram da parede dela, do consultório dela, que aí já era na Rua de Santana

Além do grupo comunista ludovicense, Maria Aragão nos fala da existência de “companheiros comunistas” de São Luís à Caxias, e nos esclarece acerca do seu papel de participar do processo de formação de parte desses comunistas após a sua chegada da União Soviética.

A própria Maria em entrevista concedida a Euclides Moreira Neto (2015) revela:

O diretor da estrada de ferro era meu amigo e a gente conseguiu férias pra todos os companheiros, em toda estrada, então eu dei um curso aqui, interno, num sítio. - Não me lembro mais que sítio foi, num interior daqui da ilha. Dei curso bom com os companheiros internos lá. Não saíamos de lá pra nada. - Era esse o trabalho que eu estava fazendo, trabalho de educação. (...)

- Trabalhei nisso, em educação, embora tivesse continuado com o jornal, mas já não era aquele trabalho de eu ir pra rua vender o jornal, havia garotos que vendiam o jornal e eu não estava vendendo jornal mais. Foi esse o trabalho que fiz na volta da União Soviética e fiz esse trabalho por onde passei e esse percurso da estrada de minha vida foi muito interessante. Isso foi em 62. (MOREIRA NETO, 2015, p. 200)

Simone Macieira nos esclarece que a casa de Maria Aragão abrigava alguns comunistas da época, tornou-se refúgio para perseguidos pela ditadura e para doentes das mais variadas localidades, assim como nos fala nomes de outras lideranças comunistas ludovicenses:

Durante esse tempo todo vinha muita gente de madrugada lá em casa e batia porque tinha vindo de não sei de onde e tava corrido de não sei de onde, arranjar abrigo. Ora, eu acho que a Polícia Federal via, eu acho que as coisas todas porque era tão pequena a cidade. É verdade

também que havia uma quantidade bem menor de polícia, né? Mas via, então, às vezes, muitas vezes, eu acordei também e botava um vestido, como lá na minha casa no Anil, a gente botava um vestido sempre por cima da camisola, botava um vestido por cima da camisola e saía pra ver bumba meu boi, mas botava um vestido por cima da camisola pra acodir quem tava chegando, que podia ser também um doente, uma pessoa doente, vinha muito doente de madrugada que chegava do interior, que chegava e que ia lá na casa dela (...) Então, às vezes, chegavam essas pessoas que estavam há muito tempo andando e que estavam fugidas, né? E ela não deixava eu saber dos nomes de jeito nenhum! (...) Era uma época muito difícil porque prendiam por qualquer coisa. Eu nunca entendi porque prenderam Dedê, tendo em vista que, na minha concepção, não tinha nenhum perigo de luta armada (...) Ela foi presa no domingo após o 31 de março (...) Eu passei ainda umas três semanas ainda lá em casa. (...) Eu fui depor no quartel. Eu fui depor porque eu morava com ela. Eu fui depor e eu respondi inquérito policial militar. É, respondi! Era um grupo de homens vestidos de verde todos de bota, lembra aqueles filmes das guerras, das coisas assim. Aqueles bancos bem compridos e tinham uns dois datilografando. Você conhece máquina de escrever? Não? Ficavam datilografando o que eu falava e perguntavam coisas assim, que nem essas que tu estás me perguntando, de uma forma geral era isso. Com quem eram as pessoas que eu andava? Era muito difícil de dizer quem eram as pessoas (...) porque ela nunca fazia reunião comunista perto da gente. Fazia, por exemplo, era Doutor William e, Dedê, Doutor William e Zé Augusto Marques e Tomás, que também eles eram comandantes do jornal, do Jornal 'Tribuna do Povo' que vendia na rua, tá entendendo? Então você não tinha, não dava pra você saber se esse aqui era comunista ou não era comunista, e tinha muita gente que era muito amigo dela, amiga dela, que dava a alma por ela e não tinha nada a ver com comunismo, muito até pelo contrário, tinha raiva até de comunismo (...) Quando ela ia presa, as pessoas iam levar dinheiro pra ela, que não tinham nada a ver com comunismo.

Para contribuir novamente com o depoimento de Simone Macieira, Maria Aragão acerca de sua prisão em 1964, no livro já anteriormente mencionado:

Aí chegou 64. Em 64, eu estava realmente com um trabalho sério com a juventude. Quando rebentou o golpe, eu tive tempo de mandar avisar aos jovens, pra dizer que não eram comunistas. Eles eram líderes estudantis e ninguém era comunista. Quem ia dizer que era comunista era eu, mas não eles. Foi uma lembrança maravilhosa, porque eles foram presos antes de mim e a polícia queria me prender. Queria que eu fugisse e fizeram esquema pra eu fugir. Cercaram minha casa e os jovens estavam presos. Eu ainda estava solta e de fato eu tive muita oportunidade de fugir... - Mas eles queriam me desmoralizar. Eu sairia de noite ou alguma coisa parecida pra fugir e eles me prenderiam e levariam pros jovens. Aí poderiam dizer: - Jogou vocês no fogo, viu? - Vocês tão presos por causa dela e ela ia fugindo. - Ela ia fugir. - Mas eu não dei esse gosto, eu continuei em casa, trabalhando até que foram me prender no dia 5. (MOREIRA NETO, 2015, p. 201)

Em 1964 também foram presos Sálvio Dino, Benedito Buzar, Bandeira Tribulzzi e como nos diz Maria Aragão “*uma porrada de gente*” (MOREIRA NETO, 2015, p. 207). Ela ainda foi presa em novembro de 1964, sendo presa novamente em 1973, quando foi transferida para Fortaleza. A prisão em 1973 veio acompanhada de interrogatórios e torturas. Acerca de sua prisão em 1973, a própria Maria Aragão nos fala sobre sua condução à Fortaleza e à prática de torturas contra ela:

Eu tinha que ficar deitada no banco pra não aparecer, naturalmente uma pessoa vendada, rodou, mexeu, andou, muito tempo, aí me deixou num local que não sei o que era, tenho a impressão de que era perto do mar porque ouvia o ruído das ondas, outros companheiros que estiveram presos diziam que não, que era a polícia. No carro do Departamento lá da Polícia ou do quartel, troço militar. Bem eu fiquei ali. No outro dia, ou nesse dia, começou o interrogatório. Esse interrogatório foi muito duro, foi muito duro, vendada, vendada, queria saber quem era daqui, quem era comunista, não sei, eu sei que lá tem oposicionista, comunista eu não sei, sabe. Aí começou um disse me disse entre nós que durou um tempão: - Não sei. - Sabe. - Não sei. - Sabe. Choque elétrico. - Não sei, acabou a história, eu não dei um nome sequer. (MOREIRA NETO, 2015, p. 244)

Ainda sobre os episódios relacionados à prisão ocorrida em 1973, Simone Macieira nos fala sobre suas visitas a Maria Aragão na prisão em Fortaleza, e nos relata sobre o grau de importância de José Sarney em torno da defesa da líder comunista:

Eu fui daqui várias vezes fim de semana pra visitá-la. A gente ia de carro. Eu e Roberto íamos de carro (Roberto foi um maridão), né? Eu, grávida, saía de carro, e dormíamos em hotéis de beira de estrada e tudo, e íamos lá para ver Dedê, ver como ela tava, levar cestas com frutas, de chocolates, coisas que ela gostava, e ela gostava muito de chocolate. Fizemos isso muitas vezes (...)

Na época das prisões dela, pra mim, a pessoa mais importante foi José Sarney. Não enquanto, assim, lá no comecinho, lá logo que ela foi presa, lá em 64 não, aí eu nem conhecia muito Sarney, eu nem conhecia Sarney, né? Na verdade, eu conheci Sarney em 67, final de 66, mais ou menos. Eu conhecia o Sarney como todo mundo conhecia na cidade candidato e deputado. (...) Eu até tava começando a te dizer isso e ela dizia:

- Este rapaz vai longe, eu conheço, porque ele é muito estudioso, muito aplicado, quando ele faz o discurso dele, ele conhece tudo do Maranhão nos mínimos detalhes porque ele estuda Geografia.

E ela era professora, pra quem não sabe, Maria Aragão era professora, formada como professora de Português, excelente professora de Português (...)

Contribuindo com o relato de Simone acerca desse momento em questão, a obra de Moreira Neto nos traz Maria Aragão revelando as atuações do senador José

Sarney e de Roberto Macieira, marido de Simone Macieira em favor dela durante sua prisão e processo em 1973:

Bem, então só melhorou a minha situação quando Roberto Macieira, que é meu genro, que é o marido de Simone, soube da minha real situação e foi a Brasília (tosse...). Lá, Roberto conseguiu fazer alguma coisa, porque até então ninguém sabia onde eu estava. Na época, o Sarney era Senador e através dele, Roberto conseguiu que ele fosse na Polícia Federal e disseram a ele que eu estava em Fortaleza. - Então, ele, o Roberto, meu genro, foi à Fortaleza, deixou dinheiro, contratou um advogado, deixou dinheiro com o advogado (MOREIRA NETO, 2015, p. 250)

A líder comunista foi solta para depois ser presa em 1975. Sete meses mais em São Luís depois de ter ficado sete meses presa em Fortaleza, totalizando um ano e dois meses de pena total. Foi acusada e sentenciada por ser comunista e estar organizando o Partido Comunista em claro desacordo à Lei de Segurança Nacional. (MOREIRA NETO, 2015, p. 266).

Presa por cinco vezes, quatro durante a Ditadura Civil Militar, a médica comunista adentrou as fileiras do Partido Democrático Trabalhista (PDT), na época dirigido nacionalmente por Leonel Brizola, apoiado por Luís Carlos Prestes nas candidaturas ao governo do Rio de Janeiro em 1982 e à presidência da República em 1989. O mesmo Luís Carlos Prestes que encantou Maria Aragão na década de 1940 e o mesmo que a influenciou a aderir ao PDT.

Essa “mulher apaixonante”, segundo Simone Macieira, foi tomada como símbolo pelo PDT ludovicense, embora tenha sido integrante do PCB por décadas. Esse enlace buscado pelo PDT concebeu um Lugar de Memória, desenhado pelo comunista Oscar Niemeyer, o Memorial Maria Aragão, convenientemente localizado entre outros dois Lugares de Memória, as pontes Bandeira Tribulzzi e José Sarney, duas obras construídas durante a ditadura e devidamente ligadas à figura política a quem o referido PDT faz oposição.

Assim, à luta principalmente urbana da Maria, acrescentaremos a luta rural travada por um Mané, o líder rural Manoel da Conceição. Para buscar explicações acerca do campo maranhense, tomaremos por referência também a obra “Chão de minha Utopia” (2010), composta essencialmente por relatos ofertados pelo líder rural Manoel da Conceição.

O Mané esteve à frente de um grupo de trabalhadores (cerca de trinta e cinco) que receberam cursos ofertados pelo Movimento de Educação de Base, entre as décadas de 1960 e 1970. O “Mané”, chegou a se encontrar com o próprio Mao Tsé Tung

na China a partir de uma viagem financiada pela AP (Ação Popular), alimentando, assim, suas concepções à medida que recebeu cursos sobre o marxismo e a própria revolução chinesa, enxergando a construção de uma sociedade socialista num país agrário, aproximando a realidade rural chinesa à sua situação no campo maranhense.

Nascido em Coroatá, conheceu ainda em sua cidade natal os vários atritos que opõem historicamente posseiros e indivíduos que se apossavam das terras com o respaldo das autoridades políticas, policiais e jurídicas locais e regionais. Os camponeses submetidos pagavam aluguel pelo usufruto das terras, entregando boa parte de sua produção e comprando produtos dos supostos donos, donos à força, por fazerem uso de violência para respaldar seu controle sobre a terra. E tal tipo de conflito não era uma exclusividade de Coroatá, mas do Maranhão.

É nesse ambiente de violência e miséria que o Movimento de Educação de Base (MEB) se estabelece, criando condições para o desenvolvimento do sindicalismo rural. Manoel da Conceição nos esclarece acerca da ligação entre o MEB e o governo João Goulart, juntando concepções educativas e sindicalismo no campo com a participação de setores da Igreja Católica (SANTOS; SOARES; ANTUNES, 2010, p. 129).

O MEB, amparado no método de alfabetização freiriano²⁴, realizou a politização de vários camponeses na região de Pindaré-Mirim. De acordo com Manuel da Conceição, os trabalhadores rurais da região perceberam, através da educação, que a criação e o fortalecimento dos sindicatos geraria a união e a força capaz de dar fim à exploração realizada pelos grandes proprietários, que dominavam tanto a produção quanto a comercialização da produção (SANTOS; SOARES; ANTUNES, 2010, p. 17)

Embora possua um território imenso, o oitavo maior do Brasil, o Maranhão, com uma população de cerca de dois milhões e meio habitando o campo, monopolizado por uma minoria de proprietários que detém a maioria considerável das terras, causando variadas violências contra os trabalhadores, entre eles posseiros, aproximadamente duzentos mil (IBGE, 1996). É nesse chão, dominado por uma minoria, que o MEB terá sua atuação junto aos trabalhadores. Acerca de sua atuação:

²⁴ O Método Paulo Freire ou Freiriano consiste numa proposta para a [alfabetização](#) de adulta desenvolvida pelo [educador Paulo Freire](#), negando o método tradicional que se respaldava numa cartilha, que muitas vezes se distanciava da realidade dos alunos se baseava na repetição do que ali estava escrito. Esse método faz uso dos conhecimentos prévios dos alunos, estabelecendo um enlace entre o cotidiano e o processo de aprendizagem ofertado pela escola, sendo desenvolvido, inicialmente na cidade de Angicos, obtendo a alfabetização de cerca de trezentos cortadores de cana em 45 dias.

O pessoal do MEB fez toda uma estrutura do ponto de vista político, ligando o município com o estado, a Presidência da República. Na região, nós classificamos o curso de seminário para analfabetos, porque não precisava ler. Você via através do retrato das coisas pintadas lá no quadro, na cartolina. (...)

Faziam também os grupos de pessoas representantes dos governos. A gente ia falar com o governo demagogo: ele prometia muita coisa; que a gente ficasse lá mesmo e ele ia fazer tudo. (...)

O governo democrático, no sentido da palavra popular, falava que tínhamos que lutar pra mudar. Um prefeito, um governador ou o Presidente da República, sem o povo organizado lutando pelos seus interesses, não podia fazer nada. (...)

(...)Depois entraram no problema econômico: começamos a ver o comerciante comprando o produto do camponês. Digamos, por cada saco de gênero, o camponês recebia dez moedinhas. Isso tudo em imagens. Nada de leitura. Do outro lado, pertinho do capitalista, trezentas moedas que tinham saído dos mesmos sacos. Aquele comerciante tinha ficado com uma parte. Ia seguindo, o bolo de dinheiro ia crescendo e cada um ficava com uma parte do bolo. Nego ficava de boca aberta. A gente ia começando a descobrir que tinha manobra, um jogo desgraçado. (SANTOS; SOARES; ANTUNES, 2010, p. 32-133)

O Vale do Pindaré, principal local de organização dos trabalhadores rurais na luta pela permanência na terra, passou a alimentar ainda mais seus sonhos diante da possibilidade de reforma agrária, principal bandeira hasteada pela propaganda de João Goulart em torno das reformas de base. O sonho de trabalhar sobre sua própria terra, produzindo e tendo o poder de vender diretamente sua produção, livre da ameaça e violência dos grandes proprietários, alimentava a organização e o apoio às mudanças proclamadas por Jango, assim como aumentou os olhares, as preocupações das elites maranhenses sobre o campo.

A partir dos cursos ofertados pelo MEB aos líderes rurais foram criadas escolas de alfabetização a fim de “justificar sua presença junto à massa, você ter alguma coisa de novo a apresentar”. Dessa forma, de acordo com Manoel da Conceição, enquanto para as crianças era oferecida a alfabetização, aos adultos a mesma também era oferecida associada a discussões acerca do sindicato. O sindicato, associação visualizada como necessária às futuras conquistas desses trabalhadores, seria produto do processo de alfabetização comungado com o processo de conscientização, ambos utilizando cartilhas feitas pelo MEB após o estudo da realidade daquela comunidade ((SANTOS; SOARES; ANTUNES, 2010, p. 135-136).

Dessa forma, a região de Pindaré-Mirim possuía cerca de quatro mil trabalhadores associados, bem como outros sindicatos que se espalharam por outras

localidades, como Vitória do Mearim, Santa Luzia, Bom Jardim, Monsão, Lago Verde, Altamira. O nascimento dos sindicatos representava uma afronta às autoridades políticas, consubstanciadas nos fazendeiros dessas localidades (SANTOS; SOARES; ANTUNES, 2010, p. 148 e 156). Assim, o interior do Maranhão já não era o mesmo.

Nesse sentido, a década de 1960 trouxe duas grandes derrotas aos camponeses do Maranhão. O fim da possibilidade de reforma agrária com a queda de João Goulart e a ascensão de um projeto político que, somado ao âmbito federal de rechaçamento dos movimentos sociais, abria ainda mais espaços à violência no campo. De acordo com Manoel da Conceição, na já citada obra “Chão de Minha Utopia” (2010), os jagunços e a polícia, ambos ligados aos grandes proprietários, despertavam o temor e o ódio dos camponeses, mas, a partir de 1964, com a presença de efetivos do Exército na região em razão da construção da estrada Pará- Maranhão, o ódio e o medo foram canalizados por essa instituição diante de suas atitudes de extrema violência contra as comunidades de camponeses. Se anteriormente o Exército, órgão do governo de João Goulart, era visto com simpatia diante da possibilidade da reforma agrária, com o advento da ditadura, levou o terror ao interior do Maranhão (SANTOS; SOARES; ANTUNES, 2010, p. 185 e 186).

Ainda sobre a atuação do Exército,

Quando veio o golpe militar de 1964, a sede do sindicato foi ocupada pelo Exército. A intervenção durou 60 dias. Mais de 200 lideranças foram presas e levadas para São Luís. Os trabalhadores mais preparados escondiam-se no mato. Manoel ressalta que, naquela época, no Maranhão, mesmo com a ditadura, “o único sindicato que colocava 50 mil trabalhadores na rua, em três cidades, num só dia, era o de Pindaré-Mirim”. Os trabalhadores ocupavam as cidades de forma que ninguém saía e ninguém entrava, porque não havia estradas e a polícia tinha que chegar de lancha. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010, p.119).

Manoel da Conceição foi preso em 1968. Durante a operação policial foi atingido por um tiro de fuzil no pé e encaminhado à cadeia de Pindaré-Mirim, onde ficou preso por seis dias sem qualquer tratamento médico, sendo conduzido a São Luís só a partir de manifestações de trabalhadores e estudantes. Embora sem uma perna, retornou à luta camponesa, sendo preso outra vez e encaminhado ao DOI-CODI, no Rio de Janeiro, sofrendo torturas e/ou passando por interrogatórios, também em outras partes do Brasil, como Bahia, Recife, Fortaleza e São Paulo. Após pressões externas e internas, Manoel exilou-se na Suíça (SANTOS; SOARES; ANTUNES, 2010, p. 119-121). Ele é parte de um conjunto de trabalhadores rurais maranhenses que, organizados

para lutar contra as injustiças cometidas pelos grandes proprietários em conluio com autoridades municipais, estaduais e federais, tornaram-se vítimas do aparelho repressor ditatorial militar dentro de uma tradição de violência, anterior à própria ditadura, mas devidamente continuada por ela.

Segundo o citado líder rural, José Sarney havia prometido a reforma agrária, mas foi a polícia, dentro do estado governado por ele, que dilacerou o movimento camponês maranhense e a sua perna, amputada em São Luís após a gangrena concebida em Pindaré. É dele a frase “Minha perna é minha classe”, quando segundo ele, foi procurado por um representante de Sarney que lhe ofereceu desculpas e um pedido de apoio político em troca de uma perna mecânica, casa, carro e emprego (SANTOS; SOARES; ANTUNES, 2010, p. 121). Após a negação ao pedido do governador do estado, o camponês foi vítima da repressão citada anteriormente.

Ele nos relata momentos vivenciados em São Luís, mais precisamente nas instalações do DOPS:

Eles me penduraram os braços no diabo de uma grade e amarraram o pênis com uma corda pra eu não mijar. De vez em quando, vinha um dar porrada na cara. Não posso dizer quanto tempo eu fiquei assim. A gente nunca sabe, porque não tem relógio. Está lá nu. Perde a noção. Desmaiei e acordei em outro lugar. Não mexia com os braços nem com a perna, toda inchada. Lá fiquei em tratamento. O médico não falava nada. Via como estava o braço, tirava a pressão, depois desaparecia. Comecei a me movimentar e já saía pra mijar no banheiro. Então me botaram no mesmo lugarzinho: na grade, pendurado. Foi porrada no estômago, nas virilhas, nos testículos, nos ouvidos. Bateram até quando eu não vi mais nada. De novo no hospital. Era um quarto fechado, pequeno, tinha cama de hospital mesmo. Eu olhava pros braços e estavam novamente roxinhos. Nesse período o cabelo e o pelo do corpo começaram a cair. A cama ficava pretinha de cabelo. Quando eu estava melhor, me botaram numa cela. Aí é que dei fé que tinha soldado, que a roupa de cama era tudo coisa do Exército. Não me levaram de carro, fui andando teleguiado: “Sobe aqui, sobe acolá.” O lugar onde tinha a cama e me fizeram o tratamento era o mesmo lugar onde tinha Exército. [Sobre as torturas no DOPS em São Luís (MA), em 1972] (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010, p. 122).

Manoel da Conceição ainda nos relata os horrores vivenciados nos quartéis do Exército e da Marinha no Rio de Janeiro.

Quando me botaram fora do carro, saíram teleguiando: “Vai aqui, vai acolá”, mil voltas. Chegamos numa sala grande. Lá é que foi o inferno. Tiraram o capuz. Não tinha móvel. Paredes brancas. Não se ouvia barulho, nem de grilo. Suponho que era subterrâneo. Não tinha janela. Tudo silêncio. Tinha uns ganchos de ferro nas paredes e seis a oito cadáveres pendurados nos ganchos. Eu pensei logo: aqui é o fim.

Não posso garantir, como eles diziam, que eram presos políticos. Podem ter sido marginais que o Esquadrão da Morte matou e depois botaram lá pra fazer assombração. Agora, era gente mesmo. Tinham cabelo, olhos, todos nus, secos. Gente nova, de vinte e cinco, trinta anos. Não dava pra ver se eram pretos ou estavam queimados por outras razões. Os caras falavam de fora, mas eu não sabia onde eles estavam. “Se você não resolve abrir as coisas, vai ficar como essa gente. Você está aqui porque quis. Esses foram os chamados ‘homens fiéis ao proletariado’, assim como você está querendo ser. Resultou nisso. O nosso governo tomou a seguinte decisão: existem lugares onde se prende e investiga normalmente. E existem os lugares para os mais perigosos, onde se tortura e mata. É onde você está.” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010, p. 122 e 123).

A atuação desse aparato que comungava vigilância e repressão mantinha uma tradição de exclusão política e social. Trabalhadores rurais do Maranhão, assim como Manuel da Conceição, continuaram sendo vitimados por um projeto de Maranhão que não era a realização das promessas do candidato vencedor nas eleições de 1965. O “Maranhão Novo” continuou marginalizando seus trabalhadores rurais, associado à repressão ditatorial institucionalizada.

Desse modo, o Maranhão, tanto no campo quanto na cidade, é parte de um país e de uma tradição que adequa suas relações de produção à possibilidade de atração ou subserviência aos desejos do capital internacional sem criar condições internas que sejam adequadas a esses projetos de expansão capitalista. Essa adequação interna, em muitos casos, baseia-se no autoritarismo e na violência política (GUILHON, 2007). Acerca da prática de uma violência tradicional, o projeto político dirigido por José Sarney foi auxiliado pelo aparato que mesclou vigilância e repressão, de órgãos como o SNI e o DOPS, a ponto da existência da Coruja (SNI) ter atravessado a década de 1980.

3.4 – A Coruja abre a bico

Conforme dito anteriormente, este momento do capítulo é composto por entrevistas com três ex-agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) que receberam nomes fictícios, sendo que um deles foi fundador dos escritórios do SNI em São Luís e Imperatriz.

As entrevistas com os ex-agentes do SNI, além de nos revelarem, com riqueza de detalhes, o funcionamento do sistema de vigilância orquestrado pelo Estado ditatorial e sua permanência durante o governo do presidente José Sarney, nos trouxe

outro olhar, outra Memória acerca do aparato governamental construído a partir de 1964, bem como a esperança dessa outra Memória vir à tona, vencer a guerra.

A menção a essa guerra pela Memória é uma preocupação latente na fala de Ramon Cearense²⁵, fundador e chefe dos escritórios do SNI no Maranhão, que nos concedeu entrevistas nos dias 26 de abril de 2015 e 12 de agosto de 2016, falando-nos acerca dessa mencionada disputa, ressalta a homenagem realizada pelo deputado Jair Bolsonaro, nos revela relação de proximidade com Carlos Alberto Brilhante Ustra desde a época do DOI-CODI. Segundo ele:

O Ustra, ele, na minha concepção, ele foi um grande oficial do Exército. As circunstâncias do momento foi que levaram-no a chefiar o DOI-CODI de São Paulo. Como militar, ele não poderia jamais recusar, assumir porque um militar cumpre ordens. E ele foi na certeza de que estava defendendo o Brasil. Eu não vou dizer que não houve excessos lá no DOI-CODI de São Paulo, que eu não posso dizer, eu não tenho conhecimento disso, não posso chegar e dizer. Agora, por conhecer o Coronel Brilhante Ustra, por conhecer, por saber do seu caráter, da sua família – ele tinha uma família muito ‘ajustadazinha’ – eu acho praticamente impossível que, tudo o que é atribuído a ele seja verdadeiro. (...) Pode ser que tenha alguma coisa, mas ele, pelo caráter, pelo comportamento dele, pelo profissionalismo, por ser brasileiro, eu acho que algumas coisas que são imputadas a ele é um revanchismo aí, alguma coisa nesse sentido(...)

Você tocou no nome aí, que eu também conheço, que é o capitão Jair Bolsonaro. Quando ele fez aquele comentário na votação, caíram em cima dele, mas se você prestar bem atenção, outros que são considerados forças adversas fizeram comentários semelhantes, e ninguém fez nada, resultado, você verifica aí o direcionamento de tudo o que ocorre hoje, o direcionamento contra aquelas forças que na época sustentaram um regime de exceção. (...) Na minha opinião, isso é resultado do governo da esquerda. Quer dizer, o cara ‘tá’ no governo, a esquerda ‘tá’ no governo, e aí é Comissão da Verdade, etcétera e etcétera e tal, e isso influencia muito, isso influencia muito. E tu sabe o que a Madame Roland disse certa vez na Revolução Francesa? Liberdade, Liberdade, quantos crimes se praticam em teu nome?

Ramon Cearense adentrou as fileiras do Exército em 1966, ficando até sua remoção para o SNI em 1974. Quando perguntado sobre o Golpe de 1964, o mesmo nos deu uma resposta que, mais uma vez, nos mostra sua preocupação com a Memória que se tem ou se pode ter sobre o episódio, assim como nos fala sobre o nascimento do sistema de inteligência antes mesmo do SNI. Segundo ele:

²⁵ Nome fictício de um ex-agente que nos concedeu entrevistas no dia 26 de abril de 2015 e 12 de agosto de 2016. O mesmo era oficial do Exército e adentrou o Serviço de Inteligência em 1974, participando da implantação tanto do escritório da ASI na TELMA quanto os escritórios do SNI em São Luís e Imperatriz.

Me lembro muito bem. Eu não considero Golpe, eu não considero Revolução, eu considero uma Contrarrevolução. A Revolução estava montada pela esquerda e o exército, através dos elementos de inteligência -pois o exército tem elementos de inteligência- o exército descobriu e se adiantou. É exatamente isso que ocorre. A inteligência, ela permite que você se adiante, que você se antecipe aos fatos (...) porque o serviço de inteligência não é algo criado por nós aqui. Para você ter uma ideia, na Guerra Franco-Prussiana, os franceses foram derrotados pelos prussianos, e o exército prussiano, ele se divide em: primeira seção, que é a seção de serviços gerais; segunda seção, que é a seção de inteligência; terceira seção que é a seção de operações e instrução; e tem a quarta seção que é a parte administrativa. Esse sistema foi copiado pelos franceses, e os franceses acharam essa divisão do exército tão interessante que copiaram. O exército brasileiro, até a primeira guerra mundial, a segunda guerra mundial, ou antes da segunda guerra era totalmente influenciado pelos franceses, e copiaram exatamente isso, por isso que a inteligência do exército é chamada de segunda seção, que vem do exército prussiano, que foi copiado pelos franceses, e o Brasil copiou da França. Então, a segunda seção de hoje é a seção de inteligência, com cada regimento, cada batalhão tem uma seção de inteligência, que antigamente era chamada de informação, e hoje é chamada inteligência. Então, naquela época, eu não considero que houve uma Contrarrevolução. O Exército antecipou e não permitiu que a esquerda desse o golpe.

Ao adentrar o SNI em 1974 o mesmo nos disse que foi deslocado nesse mesmo ano para São Luís do Maranhão, onde teve a missão de fundar a ASI dentro da TELMA. Além da ASI, criada dentro da TELMA, ele nos relata a existência de uma rede de informações dentro das empresas públicas, algo que, para ele, evitava as práticas de corrupção tão corriqueiras hoje em dia. Segundo ele:

Eu cheguei aqui em São Luís no dia primeiro de setembro de 1974. Nessa ocasião estava sendo criado o SISNI, que era o Sistema Nacional de Informações, que hoje é chamado de SISBIN, que hoje não funciona muito, mas naquela época funcionava. Eu vim aqui instalar a agência de inteligência, na época chamada de ASI, Assessoria de Segurança e Informações, do Ministério das Comunicações que era da TELEBRÁS, e isso funcionava na TELMA, aí eu montei a ASI na TELMA, e a ASI era um braço do SNI dentro das Telecomunicações. Esse sistema tinha agências dessa natureza em todos os órgãos, até na UFMA, tinha a ASI da UFMA, tinha na CEMAR, tinha nos CORREIOS, tinha na PETROBRÁS, por isso é que naquela época não tinha a corrupção que tem hoje. E quando esse pessoal tomou – tomou não- quando foi a abertura e esse pessoal assumiu o poder, a primeira coisa que eles fizeram foi, pra roubar e corromper mais, foi acabar com esse sistema, porque esse sistema não permitia que ninguém roubasse (...)

Dentro da Telecomunicações do Maranhão S.A. a TELEBRÁS tinha uma ASI que se ligava direto com a agência do SNI de Fortaleza e com a agência nacional de Brasília.

Acerca do sistema de inteligência do qual fazia parte, Ramon Cearense também nos relata a existência de uma doutrina, uma doutrina de inteligência, que abrangia todo o território nacional, assim como nos explica o próprio funcionamento de seleção de dados que se constituem como informação, como inteligência.

O serviço, a inteligência ela tem uma doutrina, que é chamada Doutrina Nacional de Inteligência. Essa doutrina é nacional porque ela é porque ela é unitária, ela é adogmática, ela é sistemática, é democrática, não está acima da lei, e o serviço quando trabalha, ele segue criteriosamente essa doutrina. Um agente de inteligência, ele não pode prender ninguém, ele não tem competência pra prender porque ele não é policial, ele não tem poder de polícia, ele não interroga e ele não tortura porque ele perde a oportunidade de reunir fatos. Então, o que que faz um agente de inteligência? A única coisa que ele faz é reunir dados. O agente reúne dados, passa esses dados para o analista de inteligência, o analista pega os dados e transforma esses dados em conhecimento. Esse conhecimento pode ser uma informação, pode ser um informe, pode ser uma apreciação, uma estimativa é feita pelo analista, então são dois agentes importantes, o agente operacional, que é o agente que vai buscar o dado na rua e o analista que transforma.

O campo maranhense era o espaço que mais chamava a atenção do serviço de inteligência, por se tratar de um cenário de constantes lutas, de contestação. Outro agente do SNI, em entrevista concedida no dia 15 de fevereiro de 2016, o senhor Bartolomeu da Silva²⁶, nos relatou: *"Eu trabalhei muito na área rural, depois na área do clero o SNI tinha os padres muito como esquerdistas, principalmente os estrangeiros, 'né'? Alemães, italianos e franceses, 'né'?"* Sobre a situação do campo maranhense, sua situação de miséria e exploração e ainda sobre a presença de padres estrangeiros, Bartolomeu da Silva continua:

Invasão de terras, sabe como é que é, apoiado pela Igreja, né? (...) Mas, na verdade, no mato o povo é desassistido, o governo não dá assistência ao povo (...) Então o padre chegava e era como se fosse Deus (...) Deus está falando, né? (...) Era a voz do povo e a voz de Deus (...) Botava na cabeça do camarada, né? (...) Tem muitos aí que morreram por causa disso"

Acerca desses problemas ligados à terra mencionados por Bartolomeu Silva, a própria criação do escritório do SNI se liga a essa questão. Ramon Cearense, ao ser perguntado sobre a criação do escritório do SNI no Maranhão, que chefiou, nos relatou que a criação do mesmo se envolve com os conflitos relacionados à terra, contribuindo com o relato de Bartolomeu Silva. Segundo ele:

²⁶ Nome fictício de um ex-agente do SNI que nos concedeu entrevista no dia 17 de fevereiro de 2015.

Em 1986 pelo governo Sarney, aí eu fui o primeiro chefe do SNI. Que eu era do SNI de Fortaleza, aí eu vim pra cá só pra montar o sistema de inteligência, o Sistema Nacional de Informações. Em 1986, depois de uns problemas de terra que teve aqui no Maranhão, o general que era o chefe, o diretor geral do SNI na época do governo Sarney resolveu criar o escritório do SNI aqui no Maranhão, e eu fui escolhido para ser o chefe. Na ocasião levei Alex Pernambucano comigo.

Alex Pernambucano era funcionário da TELMA e eu recrutei ele para passar para o serviço, então, ele foi um oficial requisitado para trabalhar pra gente. Ele era da TELMA, mas ele era requisitado, e recebia o salário dele da TELMA e uma gratificação do serviço.

A Coruja vigiava e DOPS prendia no território do Maranhão, em terras de Carcará. Sobre esse enlace, nos fala Bartolomeu da Silva:

Hoje 'tá' até mudado. Antigamente (...) como é que se diz? (...) a gente fazia só localizar (...) localizava o alvo, aí quem fazia a prisão era o pessoal da tropa, né? A gente só fazia localizar, dizia onde estava, que horas, fazia aquele acompanhamento, aí o pessoal da tropa fazia. Hoje o próprio pessoal da inteligência tá prendendo, tá soltando, e antigamente não.

Essa “*tropa*” mencionada por ele diz respeito tanto a uma participação da Polícia Militar quanto do Exército e da Polícia Federal. Ainda de acordo com ele:

Às vezes o pessoal do Exército fazia pedir pra gente fazer uma ordem de busca pra localizar tal e tal, porque eles tinham dificuldade, né? E a polícia tinha mais facilidade, né? Feito tudo existia um bom entrosamento entre a Segunda Seção do Exército, a Segunda da polícia e a DOPS que é a Segunda Seção da Polícia Federal. Então, quando havia alguma dificuldade em determinada missão, eles pediam colaboração (...) Agora quem prendia muito era a Polícia Federal, a DOPS, né? O pessoal do Exército prendia, mas pouco. Às vezes, a Polícia Federal prendia e mandava 'prá' lá, 'pro' Exército (...) Lá 'nego' dava um banho frio e dava comida quente (risos).

Além do Maranhão rural, o Maranhão urbano, especialmente São Luís, era visualizado com preocupação pelos agentes do SNI. Segundo ele, as atividades desses agentes da inteligência eram variadas, não se detendo apenas as lutas do campo.

(...) Aí a área estudantil, né? Tinha muita infiltração, né? (...) E agrária, estudantil, política. (...) Então precisávamos desse levantamento aí. Precisávamos desse levantamento a respeito (...) Pra se ter uma ideia, quando Roseana foi eleita pela primeira vez como deputada federal, a gente teve que pegar todos os dados. Ela era envolvida aí com um movimento chamado MR-8, um movimento contestatório. Ela, Gastão Vieira, 'né'? Faziam parte, 'né'?

Ainda sobre a atuação do SNI, tanto no campo quanto na cidade, Ramon Cearense, nos fala de uma atuação ainda mais extensa do que a falada por Bartolomeu

da Silva, não atentando com exclusividade para a subversão, mas atuando nas próprias entranhas do poder, nas veias do funcionamento do Estado, mas nos aponta falhas nessa atuação. Segundo o mesmo:

O serviço, ele tinha um Plano Nacional de Inteligência chamado PNI. O serviço da época – hoje é completamente diferente – porque a atividade de inteligência não é estática, ela é dinâmica, ela vai evoluindo de acordo com a sociedade. (...) Então, na época do SNI, o SNI trabalhava em campos, por exemplo, o campo um era política interna – quando se fala em política interna não é política partidária, é política trabalhista, política agrária, política educacional – então, o SNI acompanhava a política pra ver como era desenvolvida a política educacional, a verba que vinha pra educação, se ela estava sendo, isso aí era o campo um, é a política interna. O campo dois, o campo dois era subversão – que na minha opinião era, devia ter sido corrupção – mas o SNI se preocupava muito com a subversão, e a corrupção foi deixada um pouco de lado. O campo três era o psicossocial, aí você ia nas seitas, no clero. O campo quatro era a economia, o cinco até o campo sete porque era a segurança pública de uma maneira geral. Então, esses assuntos eram acompanhados pelo SNI de acordo com os campos. Cada campo desse tinha um analista, um agente especializado, qualificado, formado pela Escola Nacional de Inteligência, certo? E pra fazer um acompanhamento disso, o SNI usava as chamadas técnicas operacionais ou as chamadas técnicas especializadas.

Vou te dar um exemplo de uma técnica especializada a infiltração. Você infiltra um agente, isso é uma técnica, outra técnica é o recrutamento, outra técnica é a história cobertura, outra técnica é a entrevista porque nós não interrogamos, pois o agente de inteligência não interroga, quem interroga é a polícia, nós entrevistamos, e qual é a diferença entre o interrogatório e a entrevista? No interrogatório você coage e na entrevista você capta a simpatia dele e ele fala porque ele quer falar, ele quer colaborar. Então, essas técnicas como a vigilância, a vigilância é uma técnica especializada.

Além de Ramon Cearense e Bartolomeu da Silva, Alex Pernambucano²⁷, outro agente do SNI, que adentrou o sistema de vigilância no princípio da década de 1980, por meio de concurso público para a TELMA (Telecomunicações do Maranhão), nos fala sobre o processo que o conduziu ao SNI:

Na verdade eu passei em cinco concursos praticamente ao mesmo tempo. Passei no concurso da Polícia Federal, passei no concurso do IBGE, passei no concurso da Polícia Civil, passei no concurso da antiga TELMA na área de (...) na área técnica e também passei no concurso da antiga TELMA pra área administrativa (...) Na entrevista eu fiquei porque o setor que onde eu fui chamado era da Segurança Nacional, antigo Serviço Nacional de Informações (SNI). O nosso chefe era o Ramon cearense, chefe de onde antigamente se chamava ASI (Assessoria de Segurança e Informações) (...) Aí nós fomos

²⁷Ex – agente do SNI que nos concedeu entrevistas nos dias 24 de agosto de 2015 e 10 de junho de 2016.

trabalhar para a presidência da República com o mesmo vínculo empregatício da empresa TELMA(...)

A gente fazia o concurso pra TELMA, aí como precisava de uma pessoa pra área administrativa na ASI, então eu fui convidado para participar. Foi feito todo o levantamento da minha vida, foi passado um crivo, aí eu fui qualificado para entrar no Serviço Nacional de Informações através da ASI, que existia nas empresas de Telecomunicações. (...) Faziam parte do escritório o Ramon Cearense, tinha o P.R..M.A, tinha Dona M.C.A. Eu entrei no dia 3 de fevereiro de 1981 através de concurso pra empresa TELMA.

Após ter explicado o processo que conduziu um civil aos quadros da vigilância estatal brasileira, esse agente nos fala sobre sua especialidade nos quadros do SNI. Enquanto determinados agentes eram deslocados para o campo, o mesmo nos fala sobre sua atuação na ilha de São Luís:

(...) Eu não viajava pro interior do Maranhão. Eu ficava em São Luís e um dos grandes compromissos nossos era participar de reuniões sindicais porque na época 'existia' muitas greves, a gente participar de assembleias sindicais de vários setores aqui no Maranhão, acompanhar as prováveis greves que iriam existir até pra gente passar informações pra presidência da República, pra eles tomarem conhecimento antes das coisas acontecerem, pra ninguém ser pego de surpresa. Na verdade, nós fazíamos um trabalho de prevenção do que iria acontecer, inclusive, nós fazíamos relatórios sobre os resultados, os possíveis resultados nas eleições do Maranhão, principalmente no governo do José Sarney.

Após ter passado no referido concurso que lhe permitiu o ingresso no Sistema de Informações e sobre sua área de atuação, Alex Pernambucano, nos fala sobre seu processo de formação na área:

Sim. Nós tínhamos, talvez ainda tenhamos em Brasília a ESNI (Escola Nacional de Informações) que 'preparam' os empregados pra fazer o serviço de inteligência, o serviço de investigação pra descobrir esses possíveis atos criminosos. (...) No ano de 1983 eu fui pra ESNI pra fazer o curso básico de informações em Brasília pra poder é (...) a gente receber e se formar no trabalho que nós iríamos desenvolver aqui (...) Eu fiquei trabalhando aqui no SNI até o ano de 1993, depois eu retornei pra TELMA, e até hoje sou empregado (...) Esse curso básico durava duas semanas, mas tinham outros cursos, tá certo? (...)

O Ramon Cearense que, no final dos anos oitenta. Aliás, no início dos anos noventa, início do governo de Collor de Melo, ele foi pra Brasília dar continuidade a outros cursos de formação.

Perguntado sobre o objetivo da criação e funcionamento do Escritório do ASI (Assessoria de Segurança Interna) no Maranhão, nos diz:

Na verdade era pra obter informações, como era uma empresa de telecomunicações, então pra evitar que alguém, alguém entrasse na empresa de telecomunicações, e de repente, fosse um terrorista que

quisesse fazer algum atentado nesse setor, e esse serviço, ele fazia o acompanhamento de todos os empregados da empresa pra saber se eles tinham na vida pregressa se envolvido em algum ato contra o país, contra o estado. Então, ele passava uma espécie de pente fino na vida dos empregados dessas empresas.

Acerca do alcance da atuação do Sistema de Informações, a ponto de agentes assistirem aulas na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) a fim de saber de focos de resistência ao governo entre alunos e professores, seja no governo ditatorial, seja no governo presidencial de Sarney, nos diz:

Com certeza. Onde existisse foco, qualquer foco, nós teríamos que estar, não só o SNI, mas, por exemplo, os empregados do DOPS, é (...) onde quer que poderia existir uma possível, um possível ato contra a nação, essas pessoas eram acompanhadas, as reuniões dessas pessoas eram acompanhadas, até pra ninguém ser pego de surpresa.

Sobre a função do SNI, nos diz o mesmo que ele tinha uma função de maior alcance, e nos relata a prática de escutas telefônicas para chegar aos seus objetivos, além de explicar essa ligação com a TELMA, seu local de funcionamento. Segundo ele:

O objetivo também é esse, é o de evitar, é evitar o terrorismo dentro do nosso país, um dos objetivos é esse. E também, evitar atentados contra o estado, contra os habitantes, contra as empresas de telecomunicações de modo geral, evitar sequestros, como na época é (...) que, quando a filha do empresário Gaspar, que era dono da empresa que vendia carros no Maranhão (Auvepar), ela foi sequestrada na Universidade Federal do Maranhão, através de escutas telefônicas, o SNI descobriu a localização dos sequestradores da filha do empresário Gaspar (...) O objetivo do SNI era mais amplo porque a gente só não cuidava só da empresa que a gente trabalhava e nem dos empregados que trabalhavam nessa empresa. O SNI não, ele faz um trabalho mais abrangente, ele faz um serviço visando o Estado e a própria nação”.

Para contribuir com a ideia da permanência de estruturas ditatoriais no Maranhão da década de 1980, e não o seu desmantelamento completo, o próprio escritório do SNI foi montado em São Luís no ano de 1985, como produto de uma ASI nascida em 1974 ligada ao escritório do SNI de Fortaleza, segundo os entrevistados. Eles também nos acrescentam que a ASI funcionava no prédio da Telecomunicações do Maranhão (TELMA) no Parque do Bom Menino, no centro da cidade, e com a mudança para o estado de escritório do SNI transferiu-se para o prédio da Telecomunicações do Maranhão no bairro do São Francisco em 1985, mais precisamente dia 28 de fevereiro de 1985, de acordo com Bartolomeu da Silva. Enquanto ainda era ASI, quatro pessoas trabalhavam no seu escritório, mas com sua elevação à categoria de escritório do SNI,

houve o aumento do número de pessoas. Bartolomeu da Silva também nos fala dessa ampliação:

Ramon Cearense fez uma indicação para o escritório de Fortaleza, para o Coronel Carvalho, solicitando Eu, Coronel S. N. (...) Coronel S. N. (...) Toinho já tava lá com Ramon, esse pedido foi pro palácio, né? (...) Nós dois que fomos (...) esse pedido foi pro palácio, e aí o governador mandou pra Brasília, aí veio a indicação de lá (...) Então foi dessa forma, né? Coronel E. e Ismael já foi depois (...) Trabalhava no escritório da ASI, Alex Pernambucano, Ramon Cearense, Sr. R. e Dona C. (...) Dona C. que já até morreu (...) Aí foi funcionar no São Francisco, aí precisava de mais gente, né?

Diante da criação de um escritório do SNI em 1986, durante o governo do presidente José Sarney, Alex Pernambucano, quando perguntado sobre a possível existência de um vínculo entre o SNI e o presidente brasileiro, nos diz:

Não. Não. Nós prestávamos serviços para a Segurança Nacional, tá certo? Então, o governo, na verdade, era nosso chefe. Nós fazíamos um trabalho de recolher informações pra passar pra presidência da República, é (...) as mais diversas informações a respeito de resultado de eleição, de pesquisas. Então tudo isso a gente fazia, tá certo? E quando alguém adentrava o nosso país que estava aqui no Maranhão, nós fazíamos serviços de campana pra descobrir uma possível, um possível ato de terrorismo que ele ou eles ‘podia’ fazer pra poder, antes que o ato se concretizasse, essas pessoas já estariam presas.

Ramon Cearense, ao ser perguntado acerca da criação do escritório do SNI em São Luís em plena presidência de José Sarney, teceu o seguinte comentário a respeito da figura do presidente e da permanência do sistema de inteligência, como também explicou a desarticulação desse sistema com Fernando Collor de Mello.

O Sarney, na minha opinião, foi um dos presidentes mais inteligentes que eu conheci e com quem eu trabalhei porque ele teve a coragem de manter um sistema de inteligência porque ele sabia que o serviço de inteligência era importante para o governo, é necessário pra todo e qualquer governo, por mais medíocre que seja o governante, ele precisa da informação, e o Sarney não era medíocre, ele sabia disso e manteve o serviço. Agora vem outro camarada chamado Collor, que é um cidadão, na época – hoje tá mais humilde – prepotente, arrogante e que se achava dono da verdade - porque existe uma coisa que você precisa saber, meu filho, é a chamada arrogância do poder, você quer conhecer o homem, dê poder a ele – ele é o dono do poder, ele não ouve os assessores dele, ele decide sozinho, comete os erros e tal. Então, o Collor fez a besteira de extinguir o SNI, dizendo que a imprensa seria o SNI dele, pois foi a imprensa que derrubou ele, a imprensa que derrubou ele, né? Fez essa besteira de extinguir o principal órgão que ele tinha de informações.

Após a saída de Sarney, a vitória de Fernando Collor no segundo turno contra Inácio “Lula” da Silva suspendeu o receio que alguns agentes do SNI tinham

com relação a uma possível vitória eleitoral do antigo líder sindicalista, embora sua derrota tenha significado o desmantelamento do sistema de inteligência. Alex Pernambucano nos falou sobre esse receio:

Na realidade, na realidade, a visão que os militares tinham, a maioria dos militares, era que, talvez, pudesse haver uma demissão em muitos cargos da área militar e muitos outros cargos nessas empresas de telecomunicações com a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores, que ‘eram’ contra as oligarquias, então, o receio era exatamente esse. Como no passado, na época do militarismo Lula foi preso, muitos é (...) muitos políticos quando estavam na sua formação, ainda nem sequer, ainda não haviam ocupado um cargo político, mas devido a reuniões estudantis e de uma série de atitudes, essas pessoas chegassem ao poder, poderia haver uma reviravolta no Brasil, ou seja, os mais humildes serem contemplados em uma série de cargos de comando e essas pessoas que estão no comando do país serem, assim, discriminados ou perderem seus cargos. Esse, essa que era a visão, ou seja, uma visão do Partido dos Trabalhadores se tornar um partido comunista, como existe no nosso país, talvez até mesmo chegar ao regime comunista, como acontece em outros países.

O receio de alguns agentes, devidamente explicado por Alex Pernambucano, pode muito bem ser visualizado como o receio de muitos daqueles que fomentaram uma reabertura ao estilo Geisel, que fosse “lenta, gradual e segura”. A segurança proporcionada pela Lei de Anistia e pela inexistência de sua revisão favoreceu uma gama de agentes ditatoriais que permaneceram como agentes de uma redemocratização também assistida, também vigiada, também limitada, e que pôde, naturalmente, continuar controlando ou queimando um passado comprometedor para muitos que passaram a se arrogar como defensores da democracia.

De posse dos depoimentos desses ex-agentes da Coruja, percebemos a continuidade de elementos ditatoriais, a ponto de São Luís ter sido cenário da elevação do escritório da ASI em escritório do SNI em 1986, ano visto por muitos como marco final do aparato ditatorial. José Sarney, político muito favorecido pelo estabelecimento da ditadura, continuou utilizando, durante a redemocratização que o teve como presidente, o aparato do SNI, elemento demasiadamente identificado com o Leviatã, teve na primeira presidência civil desde 1964 sua continuidade, e no Maranhão um fortalecimento. José Sarney, quase vinte anos após ter se tornado governador do Maranhão, tornou-se presidente, não mais auxiliado pela ditadura civil-militar, mas ainda baseado em alguns dos seus elementos, afinal, em terra de Carcará quem tem Coruja é rei.

CAPÍTULO 4 - O LEVIATÃ BATE A PORTA NOVAMENTE

“Pai, diga-me lá para que serve a História?” (BLOCH, 2001, p. 75). O questionamento feito pelo filho de Marc Bloch ao próprio pode ser apontado como maior motivador para este capítulo que se inicia. A pergunta presente no clássico “Apologia da História” ou “O Ofício do Historiador”, uma obra incompleta e lançada em 1949 após a morte do seu autor, ainda hoje nos serve de porto de chegada ou de partida, pois que essa pergunta que norteou a grande obra de Bloch nos sirva também de norte. Mas, afinal, para que nos serve a História?

Além desse questionamento, devemos fazer outros: de que forma a História vem sendo ensinada? Até que ponto a História vem servindo para evitar que os erros passados ainda batam nossas portas? Por que determinados erros ainda persistem, embora parcela considerável da humanidade tenha acesso ao estudo de Clio? Quais as causas de, ao longo deste ano de 2016, em meio às manifestações contrárias a permanência da presidente Dilma no cargo presidencial, termos visto tantos pedidos de regresso da Ditadura? Por que o deputado federal Jair Messias Bolsonaro, envolvido em variadas polêmicas anteriores, no dia 17 de abril deste ano, ter feito um discurso de clara apologia à tortura capitaneada pelo seu homenageado Carlos Brilhante Ustra? Que tipo de Memória o ensino da nossa História construiu acerca da Ditadura? Onde erramos a ponto de enxergarmos manifestações favoráveis ao regresso ditatorial ou aplausos nas redes sociais ao discurso de ódio do mencionado deputado federal? Até que ponto estamos contribuindo para a continuidade e desenvolvimento das práticas democráticas?

Além de divertir, nossas primeiras aulas de História nos dizem que o conhecimento da mesma nos faz evitar erros praticados no passado. Porém, o que dizer agora para os alunos nos seus primeiros contatos com Clio?

Os discursos contra as chamadas minorias regressaram, assim como direitos conseguidos com o avanço da própria prática democrática são questionados. A Direita brasileira carrega o discurso e palmas de muitos contra avanços sociais como a política de cotas e programas sociais como o “Bolsa Família”, agora carregando slogans como “Direitas Já!”, em clara alusão ao Movimento “Diretas Já!”. Os ódios camuflados durante vinte anos já tomam cartazes e redes sociais, devidamente representados por uma bancada muito conservadora no Congresso Nacional, povoada por evangélicos, ruralistas e militares.

A queda de uma presidente, eleita com mais de 54 milhões de votos, derrubada por um Congresso de maioria conservadora, não seria um sinal dos tempos? Será que ainda podemos fazer uso do título “Nova República” para o momento político que o nosso país está passando? A partir desses questionamentos, buscaremos neste capítulo apresentar o modelo de Educação estabelecido pela Ditadura civil-militar, assim como o ensino da disciplina de História ou seu esvaziamento nesse período como uma das bases de sustentação para esse regime. Também, neste capítulo, apresentaremos o fortalecimento de antagonismos e a defesa de soluções antidemocráticas nesse momento de crise política brasileira, proclamadas nas redes sociais ou em salas de aula. De posse de alguns posicionamentos, como a defesa do regresso ditatorial como fórmula mágica aos problemas brasileiros, fomos acometidos pela necessidade da confecção deste quarto capítulo, que fez uso de entrevistas com parentes, amigos, ex-alunos e alunos possuidores de tais posicionamentos.

4.1 O Ensino de História em Tempos Ditatoriais

A Educação brasileira vem, nesses últimos anos, sofrendo visíveis transformações que, em muitos momentos, buscou distanciar-se e/ou distanciou-se do projeto de educação contemplado pela ditadura civil-militar brasileira. No ano 2000, como parcela dessas transformações, os Parâmetros Curriculares Nacionais nos dizem acerca dos “Princípios e Fins da Educação Nacional” no seu artigo de número 2:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS ENSINO MÉDIO, 2000, p. 24)

Ainda tomando como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Ciências Humanas e suas tecnologias, das quais a História é componente, objetivam:

Nesta área, que engloba também a Filosofia, deve-se desenvolver a tradução do conhecimento das Ciências Humanas em consciências críticas e criativas, capazes de gerar respostas adequadas a problemas atuais e a situações novas. Dentre estes, destacam-se a extensão da cidadania, que implica o conhecimento, o uso e a produção histórica dos direitos e deveres do cidadão e o desenvolvimento da consciência cívica e social, que implica a consideração do outro em cada decisão e atitude de natureza pública ou particular. A aprendizagem nesta área deve desenvolver competências e habilidades para que o aluno entenda a sociedade em que vive como uma construção humana, que se reconstrói constantemente ao longo de gerações, num processo contínuo e dotado de historicidade; para que compreenda o espaço ocupado pelo homem, enquanto espaço construído e consumido; para que compreenda os processos de sociabilidade humana em âmbito coletivo, definindo espaços públicos e refletindo-se no âmbito da constituição das individualidades; para que construa a si próprio como um agente social que intervém na sociedade; para que avalie o sentido dos processos sociais que orientam o constante fluxo social, bem como o sentido de sua intervenção nesse processo; para que avalie o impacto das tecnologias no desenvolvimento e na estruturação das sociedades; e para que se aproprie das tecnologias produzidas ou utilizadas pelos conhecimentos da área. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS ENSINO MÉDIO, 2000, p. 21)

As Ciências Humanas, possuindo a História como integrante, objetivam ofertar embasamento pra a construção de um indivíduo que interfira sobre a sociedade, sendo sujeito ativo no processo de defesa e fortalecimento das práticas de cidadania. O ensino de História, dentro do processo de ensino-aprendizagem, visa possibilitar a compreensão, a análise e o posicionamento crítico acerca dos acontecimentos que cercam cada um.[...] *o objetivo primeiro do conhecimento histórico é a compreensão dos múltiplos processos e sujeitos históricos, e o desvendamento das relações que se estabelecem entre grupos humanos em diferentes tempos e espaços*[...] (KARNAL, 2003, p. 42).

Já que o ensino de História é meio de orientação aos educandos para a prática da cidadania diante dos enlaces entre os saberes escolares e a vida fora dos muros escolares. Ao apresentar e analisar a humanidade nas mais variadas épocas e lugares, é proporcionada a possibilidade de compreensão de diversas experiências sociais e individuais para o entendimento de um constante processo de transformação, sendo o próprio ato de aprender envolvido pela consciência da sua transformação constante, bem como a necessidade de um constante enlace com o cotidiano dentro e fora de sala de aula.

Nesse sentido, a compreensão do presente como produto das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas no passado, assim como o entendimento do futuro como fruto das realizações do presente se constituem como alicerces fundamentais para a construção de uma consciência histórica que é formadora do sujeito histórico, quando o educando adquire consciência do mundo e de si próprio. Sendo assim, além de divertir, lembrando a resposta dada por Bloch a seu filho, a História possibilita aos partícipes do processo de ensino-aprendizagem a construção de uma visão mais apurada acerca da própria condição humana, se tratando de uma área de conhecimento sobretudo humanizadora.

Desse modo, o entendimento das variadas diferenças humanas para a consequente prática da cidadania destoa do modelo estabelecido pelo já referido governo ditatorial a partir da década de 1960. O processo de legitimidade ditatorial também buscou tomar a educação pelas rédeas, adaptando o sistema brasileiro de educação aos seus objetivos políticos e ideológicos. Assim, durante a Ditadura civil-militar, a educação recebeu um considerável controle que se lançou com força ainda maior sobre a área de Ciências Humanas, substituídas pelos Estudos Sociais, um claro projeto de legitimidade produzido nas entranhas da sala de aula, afinal, demandava “despertar o civismo nos educandos, uma vez que seus conteúdos dariam prioridade aos ‘fatos históricos e heróis’ brasileiros” (PLAZZA; PRIORI, 2008, p.10).

O governo ditatorial lançou uma considerável reforma, da educação básica à universidade, habitando todos os níveis de ensino de 1968 a 1971 (GERMANO, 2008, p. 324). Além da definição de conteúdos devidamente enlaçados ao projeto de poder ditatorial, a atuação de professores e alunos em escolas e universidades tornou-se vigiada e limitada através do Decreto-Lei 477 de 26 de fevereiro 1969, baixado por Costa e Silva. De acordo com o Decreto:

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1o do Art. 2o do Ato Institucional no 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:
I – Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II – Atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III – Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele

participe;

IV – Conduza ou realiza, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V – Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI – Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1o do Art. 2o do Ato Institucional no 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I – Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralização de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II – Atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III – Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV – Conduza ou realiza, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V – Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI – Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

(BRASIL,1969)

Este Decreto legitimou a repressão dentro do Sistema de Educação do Brasil, limitando a atuação e a formação de uma geração de professores e estudantes. Censura, vigilância e repressão se lançaram sobre as salas de aula brasileiras, conduzindo, inclusive, para dentro das Universidades Brasileiras unidades de Assessoria de Segurança e Informações (ASI). Aqueles que desobedecessem ao Decreto sofreriam conseqüentes punições que variavam da demissão e proibição da nomeação para outro emprego da mesma natureza por cinco anos para professores e demais funcionários, enquanto para os alunos cabiam o desligamento e proibição de matrícula durante três anos em qualquer outra instituição de ensino.

O temor em perder o emprego ou uma vaga acadêmica somava-se à prisão e à tortura de todos aqueles vistos como “subversivos”, e qualquer um poderia ser visto como tal. A utilização da força ou a possibilidade de sua utilização coadunou-se à busca de controle da informação, não admitindo oposições, pois as mesmas se tratariam de “subversivas” e danosas ao restante da sociedade.

Caroline Silveira Bauer nos diz:

Esses regimes que se formaram através do controle absoluto do governo e do aparato coercitivo do Estado, através da destituição das autoridades e corpos representativos e submissão do Poder Judiciário; da desarticulação da sociedade política e civil, através da supressão das liberdades públicas, dissolução dos partidos e organizações políticas; da intervenção nos sindicatos e controle absoluto das universidades; do controle e manipulação dos meios de comunicação escritos, orais e visuais, tiveram como consequência deliberada a geração do terror ou, como alguns autores preconizam, de uma “cultura do medo”, fruto da “trivialização do horror. (BAUER, 2005, p. 5)

No entanto, a presença do aparato ditatorial nos meios acadêmicos e escolares diagnostica a variedade dos agentes sociais que sofriam vigilância e repressão, atentando contra os maiores pensadores do país e seus frutos que, destituídos de uma gama de informações, criariam outra geração de docentes com claras deficiências de formação, concebendo gerações de alunos com falhas bastante claras. A castração de uma geração de professores através de vigilâncias, demissões, prisões e torturas provocaria contínuos danos a gerações posteriores, que, embora não convivessem com as imposições ditatoriais, fossem ainda vitimados pelas restrições do período, num claro projeto não só político, mas ideológico à medida que projetava um porvir por mais que este não tivesse o corpo político formado pelos agentes governamentais agraciados a partir do golpe de 1964.

A desarticulação de movimentos sociais, a prisão de professores e alunos e a confecção de novas estruturas, tanto para o ensino básico, quanto para as universidades fizeram parte do projeto de legitimação dos governos militares. As Licenciaturas Curtas, embasadas na Lei 5692/71, objetivando o esvaziamento de determinados debates e a construção de um professor acrítico e colaborador do regime por conta do seu próprio processo de formação, destituído de temáticas que pudessem questionar, principalmente na escola, o modelo de nação defendido pelos militares. Essa lei de número 5692/71 representa a sistematização de um conjunto de reformas iniciadas desde 1964, e entre elas a criação das Licenciaturas Curtas ainda em outubro de 1964. Sobre essa Lei 5692/71, Selva Guimarães Fonseca:

Todas estas estratégias foram acompanhadas por um ataque central à formação dos professores. No início do ano de 1969, amparado pelo Ato Institucional nº5, de dezembro de 1968, o governo, através do Decreto-lei nº547, de 18 de abril de 1969, autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. Ao admitir e autorizar habilitações intermediárias em nível superior para

atender às “carências do mercado”, o Estado revela ser desnecessária uma formação longa e sólida em determinadas áreas profissionais, quais sejam, as licenciaturas encarregadas de formar mão de obra para a educação. Enquanto isso, outras áreas de formação profissional mantiveram os mesmos padrões de carga horária e duração”. (FONSECA, 1993, p. 26)

O professor, destituído de um saber crítico, diante do encurtamento das licenciaturas e da diminuição das liberdades de acesso à informação, limitadas pela censura e repressão, legalizadas pela presença militar no governo, deu continuidade e/ou fortaleceu a “Educação Bancária” (FREIRE, 1987). Assim, os símbolos e os heróis de toda a nação, devidamente confeccionados não eram representativos da grande parcela da população brasileira, fazendo da disciplina de História um simples palco de memorização de nomes e datas.

Dessa forma, os cursos de curta duração cabiam muito bem dentro do projeto repressor do estado ditatorial, afinal aumentava o número de vagas no ensino superior, bem como a formação de um profissional condizente com o modelo desejado pelo mencionado aparelho estatal (NODA, 1998, p. 24). Esses cursos buscavam a criação de um profissional que pudesse lecionar variadas disciplinas afins e que atuasse da 1ª a 8ª séries, com menores custos e no menor tempo possível. Esses licenciados também poderiam lecionar no segundo ciclo diante da ausência de profissionais habilitados em curso de Licenciatura de quatro anos ou, ainda, habilitarem-se com créditos complementares.

Com as Licenciaturas Curtas, criadas com o Decreto-lei de número 547, de abril de 1969, entre elas a Licenciatura em Estudos Sociais, como já falado, havia a aceleração do processo de formação do professor que, ao mesmo tempo, diante dessa agilização, não recebia a quantidade de conhecimentos adequados para o exercício tanto da História quanto da Geografia. Além da criação da Licenciatura em Estudos Sociais, que formava para o ensino da História e da Geografia, foram criadas outras Licenciaturas Curtas como Português, Ciências e Organização Social e Política Brasileira (OSPB).

Assim, no bojo da criação das Licenciaturas Curtas, a Lei 869 de setembro de 1969, estabeleceu a obrigatoriedade das disciplinas de Educação Moral e Cívica e de Estudos Sociais em todas as escolas brasileiras. A existência dessas duas se fez às custas da diminuição da carga horária de História e de outras disciplinas, bem como o cerceamento dos seus objetivos críticos e reflexivos, devidamente substituídos pela mera visualização de uma sequência de fatos e heróis.

As disciplinas de Educação Moral e Cívica e de Estudos Sociais se enlaçavam dentro de um grande projeto de educação nacional que combinavam uma formação que instituíra um modelo de cidadão a partir de conteúdos ufanistas e da seleção de fatos e heróis devidamente identificados com o modelo de governo implantado a partir de 1964. O indivíduo obediente e não reflexivo seria o produto de um processo de formação que consolidaria uma limitada ideia de cidadania tão cara a quem governava, celebrando a unidade nacional e a obediência a um conjunto de símbolos e padrões demasiadamente conservadores. O governo ditatorial aliava, dentro desse projeto nacional de educação, tanto o processo de formação dos professores quanto os limites ao que ensinar e como ensinar.

Para a cúpula ditatorial, o modelo educacional vigente antes da derrubada de João Goulart, estava de mãos dadas com um projeto que já havia trazido grandes problemas à formação do ser humano. Ao Brasil, restava se distanciar de um modelo educacional danoso ao indivíduo considerado ideal para a construção e fortalecimento do país. Tal concepção encontra clamoroso eco nas palavras do General Moacir Lopes, participante do Estado Ditatorial, quando o próprio nos diz:

A luta entre o bem e o mal é permanente na nossa fase de Civilização. Ideias tão claras quanto às relativas às finalidades da Educação são perturbadas por diferentes “educadores” e “pedagogos”, a maioria dos quais estrangeiros. Ideologias opostas às tradições brasileiras, como a marxista-lenista, diretamente, ou através de sucessivos disfarces – está em moda, hoje, o existencialismo – marxista – amputam o conceito de Homem e conseqüentemente o de Educação, com desvio das suas finalidades. (LOPES, 1979, p. 9)

Nesse sentido, o projeto de educação instituído a partir de 1964 trazia consigo a influência norte-americana muito bem enxergada nos vários acordos celebrados entre Brasil e USAID (*United States Agency for International Development*). A Agência USAID de acordo com Solange Conterno:

Agência norte-americana para o desenvolvimento Internacional, agência bilateral responsável pelas reações estabelecidas entre os EUA e os países periféricos, que contribuiu decisivamente na ordenação, regulação e concretização de parte da retórica da aliança para o progresso, construindo as decisões quanto às doações e empréstimos em favor dos países periféricos e realizando um novo ajuste entre os países capitalistas. (CONTERNO, 2002, p. 39).

Sendo assim, a participação do USAID na área educacional brasileira respaldava um conjunto de modificações estabelecidas no Brasil e em outros “países periféricos”, transferindo variadas concepções norte-americanas, numa clara celebração

do modelo de sociedade, de política, de economia pensado pelos Estados Unidos de acordo com seus interesses devidamente ligados a desejos “periféricos”, pois tornavam-se “(...) *fonte de inspiração de paradigmas educacionais, fruto do estreitamento das relações diplomático-militares e econômicas entre o gigante desenvolvimento do norte e o subdesenvolvimento do sul*” (VEIGA, 1982, p. 36). Para Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes “*Os acordos MEC-USAID cobriram todo o aspecto da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos*” (1994, p. 33)

Essa celebração de um modelo que vem de fora. Esse pacto com o capital internacional chefiado pelos Estados Unidos tinha como fim, segundo José Oliveira Arapiraca:

Essas políticas são sempre tentativas de enredamento dos Estados-nação subdesenvolvidos, para que se modernizem e, dessa forma aumentem seu poder de consumo; para que o crescimento acumulativo do capital possa fluir livremente, até que ocorra outra ameaça de retração do consumo, e assim indefinitivamente (...) Como extensão dessa política, os países hegemônicos, buscando legitimar-se por uma escola de tempo maior, procuram alinhar os países subdesenvolvidos na periferia do seu sistema internacional, acenando com compromissos a partir de esquemas de ajuda de cooperação (ARAPIRACA, 1982, p. 74).

Para Arapiraca, a participação de uma agência norte-americana dentro de um projeto de educação nacional evidencia um pacto que gerava a criação e a sustentação de um mecanismo de legitimidade dos variados cerceamentos impostos pela ditadura ao passo que, para os Estados Unidos se constituía como elemento de domínio sobre o maior país da América do Sul. As reformas educacionais brasileiras a partir do vínculo MEC/USAID foram orientadas por um projeto norte-americano para áreas “periféricas” desejosas por um forte enlace ao grande capital, enquanto as especificidades brasileiras não eram contempladas.

Desse modo, o governo que se estabeleceu com o golpe, diante da sua forte aproximação com os Estados Unidos, tomou-o como referência, buscando seguir seus passos. O modelo de educação norte-americano que havia levado os Estados Unidos a um grande nível de desenvolvimento, também poderia conduzir o Brasil ao desenvolvimento proclamado. Esse modelo de educação dava considerável importância

ao tecnicismo pedagógico ²⁸ e ao ensino profissionalizante, pois criariam a mão de obra adequada ao capital internacional e nacional, inserindo o Brasil na rota de desenvolvimento.

Dessa forma, o projeto de educação brasileira formaria indivíduos destinados ao preenchimento das necessidades do mercado de trabalho, recebendo uma formação meramente mecânica e, conseqüentemente, distanciada da realidade e das possíveis reflexões sobre essa realidade que pudessem ser construídas. Nesse projeto educacional, o aluno não é convidado a confeccionar seu próprio conhecimento, mas torna-se um mero receptáculo, um ser padronizado a partir de um grande conjunto de estratégias condizentes com o exercício e manutenção do poder das classes dominantes.

Uma educação voltada, sobretudo, para o mercado de trabalho, combinava muito bem com a propaganda de um “Brasil Grande” que se concretizava, com um país repleto de vagas de emprego tanto dentro da estrutura estatal quanto nas empresas particulares que cresceram ou que para cá vieram atraídas por um cenário de estabilidade. A realização do indivíduo estaria em participar desse processo de desenvolvimento tomando para si uma fatia dele quando estivesse empregado, já que o Brasil dos problemas estava se transformando num país de possibilidades.

A uniformização da sociedade, com falas e comportamentos condizentes com o aparato estatal, lançou-se sobre três níveis de ensino, buscando a domesticação do indivíduo diante da retirada de sua capacidade reflexiva e criadora. A Pedagogia Tecnicista, as disciplinas de Educação Moral e Cívica, de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e de Estudos Sociais no Ensino Básico, Estudo dos Problemas Brasileiros para o Nível Superior faziam parte de um claro projeto de esvaziamento da criticidade dentro de um panorama ditatorial. E a História se inseriu convenientemente dentro desse projeto, pois “*o professor de história ocupa uma posição estratégica, uma vez que seu objeto do ensino de história é constituído de tradições, ideias, símbolos e significados (...)*” (FONSECA, 1997, p. 28).

Marc Ferro (1983, p. 11) nos diz que “controlar o passado ajuda a dominar o presente e a legitimar tanto as dominações como as rebeldias”. O papel da História,

²⁸ Segundo Matui (1988), a escola tecnicista desenvolve uma teoria de aprendizagem que torna o aluno um mero depósito de conhecimentos, retomando determinadas bases desenvolvidas pela Escola Tradicional. Uma das suas principais diferenças entre elas reside no fato de primeira estabelecer o professor como centro do processo e o aluno como recipiente dos conhecimentos ofertados pelo professor, enquanto a Escola Tecnicista vem estabelecer os dois como partes passivas do processo, já que o centro do processo é o sistema e as técnicas empregadas.

alardeado por Rosimary Piazza e Ângelo Priori, na obra “O Ensino de História durante a Ditadura Militar”, acerca do papel da História enquanto legitimadora do autoritarismo, acrescentam:

A História passou a servir como justificadora do sistema governamental vigente, pois terá a sua estrutura de ensino voltada para atender as bases ideológicas dos militares obtendo respostas isoladas e totalmente descontextualizadas, impedindo assim uma reflexão mais crítica, visto que o homem comum não era visto como um ser participante da construção histórica a qual estava inserido (PLAZZA; PRIORI, 2008, p. 03).

Conforme o exposto, A Ditadura civil-militar fez uso de variadas estratégias para o estabelecimento e legitimação do seu projeto autoritário de poder, incluindo o trabalho dos professores de História, que, como possíveis formadores de mentes subversivas, tiveram que conviver com o exercício da censura, da repressão, com uma formação limitada ou com o direcionamento dos mesmos à regência de aulas de OSPB ou Educação Moral e Cívica. O profissional da História e o ensino da História, ao receberem os holofotes ditatoriais, foram limitados na ação de promover o pensar reflexivo e a sua consequente criticidade, afinal, conforme nos alerta Florestan Fernandes (2005) que a grande diferença entre o modelo ditatorial e o modelo democrático em países capitalistas dependentes do capital externo não é necessariamente a institucionalização da violência a partir da adoção de um Estado dirigido pelo aparato militar, mas a difusão da ideia e da prática da constante prevenção contra qualquer ameaça à ordem capitalista.

Desse modo, ao buscar o esvaziamento do ensino da História, ao conceber um roteiro ao seu profissional, ao amputá-lo durante seu processo de formação, ao ameaçá-lo, o referido regime autoritário buscava a consolidação de uma só versão do Brasil e a imposição de uma identidade hegemônica, buscando o apagamento e a minimização de outras versões, de outras identidades, processo típico de ditaduras. Esse processo de autêntica doutrinação dos indivíduos recebeu, no ano de 1982, um importante decréscimo, quando houve a revogação das Licenciaturas Curtas, bem como a obrigatoriedade das disciplinas de Educação Moral e Cívica, de OSPB e de Estudos dos Problemas Brasileiros, estabelecendo a autonomia das disciplinas de História e Geografia.

Rosimary Piazza e Ângelo Priori enfatizam que:

Apesar de todas as dificuldades encontradas durante a implantação da disciplina de História, é possível perceber que ao longo dos anos será considerada uma matéria de fundamental importância para a formação do estudante brasileiro, oferecendo-lhe subsídios capazes de desenvolver uma visão mais ampla do mundo e dando-lhe uma maior capacidade crítica” (PLAZZA; PRIORI, 2008, p. 3)

4.2 O Ensino de História em Tempos de Democracia

O desmantelamento da máquina ditatorial e o regresso de elementos democráticos, como a participação dos movimentos sociais, criaram condições para o avanço dos debates acerca de um novo papel para a escola, como por exemplo, a construção de uma cidadania plena. Nesse novo contexto democrático, avolumaram-se transformações como a expansão das vagas escolares e o protagonismo de professores, familiares e alunos como sujeitos e não mais simples receptáculos de saberes distanciados das várias realidades que se apresentam dentro das escolas brasileiras.

O processo de redemocratização do Brasil significou a redemocratização dos variados locais de prática política ou o aumento de suas possibilidades, e entre esses locais, a escola, mais propícia ao diálogo com a comunidade que a constitui. A redemocratização do ambiente escolar necessita da democratização das relações dos atores que a constituem, passando por dentro das salas de aula das universidades brasileiras, ou seja, no processo de formação do indivíduo em todos os níveis de ensino. Para João Baptista Bastos “*a gestão democrática da escola pública deve ser incluída no rol de práticas sociais que podem contribuir para a consciência democrática e a participação popular no interior da escola*”(2001, p. 22-23).

Nesse sentido, a escola enquanto espaço para a construção de valores necessários à celebração e à contínua construção da liberdade, é considerável local de atuação do profissional de História, não mais atemorizado pela violência ditatorial, mas um poderoso agente de defesa da democracia e conseqüentemente da defesa dos direitos humanos, inserido num contexto de “preparação dos cidadãos para uma sociedade democrática” (FONSECA, 2003, p. 91)

Essa área do conhecimento ocupa importância central no processo de construção da consciência histórica nos homens, ou seja, como nos diz Selva Guimarães Fonseca, ensinar História ocorre no interior das lutas políticas e culturais (FONSECA, 2003). Para Marc Ferro (1983) a História concebida por uma sociedade possui um forte

vínculo com o que é ensinado em sala de aula, quando se dá o início do processo de formação social e histórica dos componentes dessa sociedade.

Enquanto no período ditatorial elementos tão importantes como subserviência e civismo submeteram conceitos como liberdade e democracia, o período de redemocratização brasileira se constituiu momento de propiciar o reconhecimento do protagonismo de cada indivíduo, que tem a possibilidade de se reconhecer como sujeito e visualizar os demais como sujeitos, construindo, assim, subsídios para a prática democrática. A disciplina de História, como também produto de uma época, sofreu alterações como a inserção de sujeitos e temas que haviam sido marginalizados no período anterior, bem como buscou atentar para a visualização das nossas realidades em oposição a um conjunto de acontecimentos europeus, propositadamente distanciados de nossos problemas.

Na esteira da redemocratização, Circe Bittencourt (2005) nos fala acerca do fortalecimento de um conceito de cidadania marxista durante a década de 1980, definindo o indivíduo como um sujeito histórico portador de uma consciência social e de classe, um ser embasado para participar das transformações que viriam se processar. Esse partícipe das futuras transformações, ao adentrar a sala de aula, teria conhecimentos prévios que deveriam participar do seu processo de formação dentro do espaço escolar, não se constituindo como um simples depósito dos saberes alheios, sem associá-los a sua realidade.

Conforme Maria do Pilar de Araújo Vieira,

A docência envolve uma proposta pedagógica e um modo de conceber a produção do conhecimento histórico que estão intimamente ligados. A relação professor-aluno expressa (...) Embora o passado enquanto tal não se modifique, a construção do conhecimento se modifica de acordo com o modo pelo qual o historiador se vê no presente, pensa o social e se insere nele, enquanto sujeito social e enquanto pesquisador (VIEIRA, 2007, p. 65).

Assim, cientes do poder exercido pelo contexto sobre o ensino, é de grande importância notar que as transformações ocorridas sobre a Educação Brasileira, durante a década de 1990, como parte de outro momento de submissão do Brasil ao capital internacional, então condicionado a uma feição neoliberal, que submeteu outras várias regiões como Argentina, Portugal, Espanha e outros mais. Essas reformas educacionais abraçadas por várias nações estavam enlaçadas a um grande projeto de cunho internacional de diminuição considerável das políticas públicas educacionais ao passo que houve o avanço da iniciativa particular e internacional com a diminuição sensível

dos limites à expansão de produtos estrangeiros e do exercício do domínio estrangeiro sobre áreas estratégicas com a prática das privatizações (BITTENCOURT, 2004).

Dessa feita, o ensino da História se enlaça a esse conjunto de modificações nos sistemas educacionais, havendo retirada ou inclusão de temáticas e metodologias dependentes dos contextos que as influenciam. Contribuindo com essa premissa Eric Hobsbawm (1998, p.71) destaca “todo estudo histórico, portanto, implica uma seleção, uma seleção minúscula, de algumas coisas da infinidade de atividades humanas do passado, e daquilo que afetou essas atividades. Mas não há nenhum critério geral aceito para se fazer tal seleção”

4.3 O Avanço do Conservadorismo: Fracasso da Clio?

O Brasil, palco de várias transformações educacionais ao longo das três décadas que sucederam o período ditatorial, ampliou fortemente o número de vagas na escola básica e no ensino superior, como também avançou no sentido da construção de uma liberdade, seja associada a uma negação do cerceamento imposto pela ditadura, seja pela ideia da expansão das possibilidades mercadológicas. Após essas quase três décadas do fim da ditadura e de várias mudanças educacionais que se distanciaram do modelo educacional imposto pela ditadura, mas, ao mesmo tempo, observamos o avanço visível de discursos notadamente conservadores no Congresso Nacional, nos variados meios de comunicação, dentro de salas de aula tanto no nível básico quanto superior, a ponto de visualizarmos declarações favoráveis à Ditadura Civil-Militar, clamando seu retorno.

Nesse sentido, o discurso que buscou respaldar o Golpe de 1964 e o regime ditatorial em torno da defesa de determinados valores voltou à tona, principalmente a partir da campanha eleitoral de 2014 quando a presidente Dilma foi reeleita e em meio às manifestações favoráveis à sua queda por meio do impeachment. De posse de imagens, textos, postagens nas redes sociais, questionamentos e falas dentro das salas de aula que lecionamos e de relatos de outros profissionais de História mais próximos, nos questionamos sobre a Memória que pensamos ter ajudado a construir e a Memória que fundamenta tais posicionamentos favoráveis a esse momento autoritário.

Até que ponto o próprio Estado Brasileiro, estabelecido em torno de instrumentos democráticos, contribuiu com o discurso em torno de um regresso ditatorial? Que tipo de Memória o ensino da História ajudou a construir acerca do

período ditatorial? Será que o Ensino da História não desfez a ideia de um Brasil sem Memória?

Acerca da responsabilidade do Estado Brasileiro, nos vem à baila o peso da Lei de número 6.683 de 28 de agosto de 1979, a Lei de Anistia, que determinava, no seu Artigo 1º:

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativos e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado). § 1º Consideram-se conexos, para efeito desse artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. § 2º Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. § 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do artigo 3º. (BRASIL, 1979)

A Lei de Anistia foi criada em meio ao período de distensão política, ingrediente de suma necessidade para quem participava da estrutura ditatorial. Na obra “A Volta aos Quartéis” visualizamos o período de distensão enquanto “um projeto que se iniciou com autonomia pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou processo, cujo rumo foi determinado por muitas forças” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1995, p. 39).

Nesse período de transição entre uma realidade autoritária e um porvir democrático, os governos de Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo foram permeados por estratégias que assegurariam proteção aos dirigentes ditatoriais, ou seja, algozes foram agraciados por uma espécie de auto-anistia com a Lei 6.683/1979, no que Gabriela Freire Kuhl de Godoy “ato de alguém conceder anistia a si mesmo” (GODOY, 2009).

Acerca da lei de anistia, nos acrescenta Ana Guedes:

Mesmo anistiando os torturadores e todos aqueles que fizeram parte da repressão, a anistia foi uma grande vitória do povo brasileiro. Ela representou uma grande lição de democracia que desembocou na derrubada do regime militar, revelando do que é capaz uma sociedade

organizada. A anistia foi fundamental para a conquista das liberdades políticas no Brasil (GUEDES, 1999)²⁹

Embora o fragmento nos fale da grande importância da Lei de Anistia “para a conquista das liberdades políticas no Brasil” nos perguntamos, neste momento de clamores por uma nova ditadura, até que ponto a mesma, ao perdoar torturadores e assassinos, não tenha contribuído com o esquecimento das atrocidades produzidas por indivíduos que saíram ilesos. A inexistência de julgamentos dos algozes e a publicização dos seus crimes que envolvessem a sociedade brasileira, assim como experimentado nos países vizinhos, não teriam contribuído com o esquecimento das atrocidades praticadas, pois as mesmas não foram julgadas? Será que esse perdão generalizado não tenha contribuído com a equiparação entre torturadores e torturados, entre assassinos e assassinados?

A própria defesa dos direitos humanos buscou ser ressignificada por determinados grupos que passaram a associá-la a um fator de promoção da criminalidade, defendendo criminosos contra ações mais enérgicas do Estado. Ao buscar a ressignificação de direitos considerados universais, que foram limitados ou desrespeitados pela ditadura, grupos e indivíduos proclamam a defesa de um regime político mais ferrenho, ao passo que acentuam falhas que as liberdades democráticas permitiram ocorrer, entre elas o mencionado crescimento grandioso da criminalidade e a crise de alicerces como a hierarquia e a disciplina. De posse de um discurso apocalíptico, grupos notadamente conservadores, alguns com raízes ditatoriais e/ou avessos às conquistas nascidas com a democracia, procuram subsidiar uma Memória de celebração da Ditadura.

Nesse caminho apocalíptico, ressaltamos políticos como o deputado federal Jair Messias Bolsonaro, possuidor de trajetória no Exército e parlamentar pelo PSC (Partido Social Cristão), constantemente envolvido em episódios de clara afronta a parlamentares e outros indivíduos ou grupos que não pactuam com seu ideário político. Se dizendo porta-voz da direita, defensor da família tradicional cristã e dos teóricos valores associados a ela, “Bolsomito” (alcunha utilizada pelos seus apoiadores), no dia 17 de abril de 2016, em plena sessão parlamentar de acatamento do pedido de impeachment presidencial, disse: "*Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o*

²⁹ O texto '20 anos de anistia- campanha gloriosa do povo brasileiro' de Ana Guedes para o projeto '20 anos: anistia não é esquecimento' está disponível em <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoesvirtuais/ana-guedes>>. Acesso em: 14 de julho de 2016

Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Duque de Caxias, pelas Forças Armadas, o meu voto é sim"

Com base nesse discurso, buscamos entrevistar algumas pessoas de variadas idades que declararam apoio ao citado deputado, sustentando esse posicionamento com postagens variadas, como trechos de jornais de época ou textos atuais que buscam ressignificar falas e atos de líderes ligados ao aparato repressor e dos vitimados por tal aparato. A maioria das pessoas entrevistadas frequentam o Terceiro Ano do Ensino Médio em escolas da rede pública e privada de ensino e visualizaram o assunto “A Ditadura Civil Militar” neste ano de 2016, motivando, consideravelmente, a escolha dessa faixa etária em razão de defenderem posicionamentos sobre o citado período que contraria textos utilizados dentro de suas salas de aula e o discurso dos seus professores.

Além dos alunos do Terceiro Ano do Ensino Médio, também foram entrevistados dois universitários, uma professora, um soldado da Polícia Militar do Maranhão e um profissional liberal. Todos eles responderam a seguinte pergunta:

- O que você acha de Jair Bolsonaro ter homenageado Carlos Brilhante Ustra, chefe do DOI-CODI do II Exército entre os anos de 1970 e 1974, primeiro oficial condenado na Justiça brasileira em uma ação declaratória por sequestro e tortura durante a Ditadura Civil Militar?

Para Eleitor UM³⁰, de 32 anos, entrevistado no dia 02 de junho de 2016:

Voto nele porque ele é um símbolo de valores que estão, infelizmente, se perdendo. Ele luta pela família tradicional (homem e mulher), valores religiosos, luta contra a corrupção, luta contra a política de ideologia de gênero que visa inverter e desfazer a noção real e o papel de cada sexo que foi implementada pelos comunistas, luta contra direitos humanos da forma que são no Brasil que infelizmente só servem para marginais, pois os pais de família e os agentes de segurança pública nunca têm a devida atenção quando necessário e principalmente luta contra à esquerda. Pois ele entende que o socialismo como um todo é um mal nefasto que afeta não somente ideologicamente, mas na prática as nossas vidas.

Em relação ao torturador, o que ocorre e sempre houve no nosso país é que a verdade dos fatos sempre nos foi ocultada. Sempre se teve aqui apenas um lado da história, pois foi escrita com o intuito de esconder as mazelas do comunismo e a demonização do outro lado. O que acontecia naquela época era uma guerra onde os dois lados utilizaram de todos os meios para a vitória. Ninguém foi poupado e ninguém é inocente.

³⁰ Nome fictício de um soldado da Polícia Militar do Estado do Maranhão que adentrou a instituição no ano de 2013

Por isso meu voto é de Jair Messias Bolsonaro. Porque ele expõe como nenhum outro antes as nossas mazelas, nossos erros, mentiras e hipocrisias.

Para Eleitora DOIS³¹, de vinte anos, que nos concedeu entrevista no dia 10 de junho de 2016:

O que mais gosto em Jair Bolsonaro é que mesmo a sinceridade dele causando polêmica, ele nunca muda a sua opinião sobre determinado assunto. Mesmo com a mídia o colocando como vilão, ele nunca deu o braço a torcer. Primeiro que ele é de direita conservador, um político pró-família. Segundo que ele tem várias ideias, várias propostas para reerguer o Brasil. Terceiro que ele não prioriza apenas um classe, uma raça e etc. Pra ele todo mundo é igual, todo mundo tem capacidade para fazer alto, um exemplo disso são as cotas que existem em universidades hoje em dia. E principalmente porque Bolsonaro rejeita qualquer tipo de corrupção. O nome dele nunca foi posto em lista alguma, nunca apareceu em operações policiais investigativas.

Eleitor TRÊS³², de 18 anos, que nos respondeu também no dia 1º de junho de 2016, nos falou:

Votaria nele porque é um cara que no cunho social defende muito a segurança pública, principalmente as melhorias de órgãos como a polícia militar, Exército. Economicamente ainda estudo o plano dele não tenho uma certeza da diretriz.

Eleitor QUATRO³³, de 44 anos, que nos respondeu no dia 13 de junho, nos falou:

Me sinto bem representado por ele. Ele tem 27 anos na política e não tem envolvimento em corrupção. Tudo o que ele fala é verdade. Ele não fala bonito, fala a verdade. Nós estamos cansados de mentiras e hipocrisia, onde os bandidos têm mais direitos que os cidadãos de bem. A polícia não pode mais fazer seu trabalho, pois se sente coagida. Os policiais têm medo de perder o emprego ou até mesmo serem presos. Dou todo meu apoio a Bolsonaro. Vamos atrás dos valores que estão errados.

Eleitora CINCO³⁴, de 27 anos e evangélica, entrevistada no dia 15 de junho, nos disse:

Eu tenho uma grande simpatia pelas ideias dele. Minha tendência a votar nele.

É que aquilo que você chama de homenagem a um ditador, eu vejo como admiração a alguém que fez o que foi necessário para que o Brasil não fosse parar nas mãos de comunistas, e levem consideração

³¹ Nome fictício de uma aluna do Terceiro Ano do Ensino Médio.

³² Nome fictício de um aluno do Terceiro Ano do Ensino Médio.

³³ Nome fictício de um profissional autônomo que estudou até o Segundo Ano do Ensino Médio, residente no Bairro do Cohatrac, em São Luís do Maranhão.

³⁴ Nome fictício de uma pedagoga, formada pela Universidade Federal do Maranhão.

o fato de que Dilma nunca foi uma lutadora dos direitos da democracia, Dilma lutou pela ditadura do proletariado.

Assim como existiu tortura aos de Dilma, os de Dilma torturaram e mataram militares, fizeram sequestros. Em tempos de guerra não se espera diálogo, naquele tempo tudo foi como o necessário.

Eleitora SEIS³⁵, de 18 anos, entrevistada também no dia 15 de junho de 2016, nos disse:

Acho que atualmente faltam políticos que falem com sinceridade de seus planos e valores que defendam, além dele ter propostas que, ao meu ver, são muito boas para o país. Bolsonaro peca pelo extremismo em suas declarações, não apoiei esse comentário, mas também não fui levada a parar de gostar de Jair.

Eleitor SETE³⁶, de 17 anos, evangélico, entrevistado no dia 16 de junho, afirmou:

Acho que se só analisarmos esta pergunta, não votaríamos em quase ninguém, pois políticos de esquerda e liberais usam camisas, falam e se inspiram em Che Guevara, que durante sua caminhada assassinou mulheres e jovens inocentes. Homofóbico e racista, mas lembrado como herói por muitos. Mas, para não fugir da sua pergunta, eu realmente acho que foi um erro citar o comandante Ustra.

Um erro político, pois devido a marcação que existe contra Bolsonaro, isso ia se tornar muito maior. Todos estavam defendendo quem admirava torturador ou não. Ustra foi um ótimo militar, a qual é a área de Jair.

Acredito também que foi mais uma espécie de provação a Dilma, mas foi um erro político sim. Não se pode deixar de votar em um candidato por um erro, não concordo com outras atitudes ou palavras dele também, mas nem com os nossos pais nós concordamos totalmente. Não é?

Entre os candidatos ele é o que melhor me representa, não por completo, mas pelo menos a base e por isso votarei nele.

Eleitor OITO³⁷, de 18 anos, que nos concedeu entrevista no dia 20 de junho, nos disse:

Primeiramente, o contexto da ditadura civil militar, os militares estavam vivendo um verdadeira guerra contra muitos grupos de esquerda que recebiam treinamento de guerra como no livro de Marighella de 1969 que ensina como fazer bombas e matar militares e todas as táticas possíveis para implantar verdadeiramente o comunismo. Sendo assim, quando Ustra chegou verdadeiramente a assumir cargos importantes no exército (1970, um ano após o manual sobre a guerrilha) já haviam vários guerrilheiros que vinham de Cuba com treinamento para matar os militares. Logo, já que na década de

³⁵ Nome fictício de uma estudante do Terceiro Ano do Ensino Médio.

³⁶ Aluno do Segundo Ano do Ensino Médio.

³⁷ Aluno do Terceiro Ano do Ensino Médio.

70, o Brasil vivenciou uma guerra que existia as duas faces bem claras, não havia como adotar medidas suaves. Eu não nego que ele tenha torturado, mas torturou apenas bandidos. E segundo, existem várias mulheres que denunciaram-no de estupros e agressões sem ao menos ter uma prova, nem sequer uma marca no corpo (maus tratos tão violentos deixariam marcas, não é mesmo?). Somente a palavra de pessoas que já compactuavam com certas linhas de pensamento esquerdistas, nada além disso, e eu prefiro acreditar a quem estava a serviço da lei, do que em bandidos que viviam clandestinamente.

Eleitor NOVE³⁸, de 17 anos, em entrevista dada no dia 22 de junho:

Nós acreditamos que o Bolsonaro poderá fazer uma mudança no nosso país. Sua honestidade, principalmente, nos motiva e nos dá essa ideia. Falar que ele homenageou um torturador é estranho por que, primeiro, o Coronel nunca foi condenado. E segundo, mesmo se fosse, o país estava em guerra. Eles salvaram o país de uma Ditadura Comunista, por um instante. É claro que não concordo e nunca entendi algumas declarações que o Bolsonaro fez mas eu acredito que o Brasil precisa dele pra mudar e voltar a crescer.

Eleitor DEZ³⁹, de 20 anos, em entrevista concedida no dia 25 de junho, afirmou:

Primeiramente, Bolsonaro tem princípios que eu tenho, e acho bastante interessante e que eu defendo. E, também, porque independente se ganhar ou perder votos, ele não muda seus conceitos por pressão da mídia.

Sobre a declaração com relação a Brilhante Ustra, achei infeliz da parte dele, porém pelo contexto que estava ali na votação do impeachment, Ustra combatia a implantação do comunismo aqui no Brasil, na qual Dilma estava envolvida, e que Bolsonaro fala que a própria é terrorista. E, ainda sobre Ustra, não existe nenhum processo que, de fato, comprove que ele é um torturador. Todavia, outros deputados homenagearam torturadores como heróis, e não houve essa repercussão. Na minha opinião, ele errou. Poderia ser mais objetivo, porém, ele tem mais crédito do que débito.

Eleitora ONZE⁴⁰, de 18 anos, também no dia 25 de junho deste ano, nos respondeu:

Bolsonaro é um político de direita e, na minha opinião, treze anos com um governo de esquerda, detonou a classe média.

Jair defende o direito da liberdade de expressão, visto que o PT e os outros partidos dominantes manobram a lei de liberdade de imprensa quando manipulam a televisão, não dando espaço a debates políticos contraditórios. Além disso, tem propostas para reerguer o Brasil em diversos pontos sociais, tais como a preservação da família tradicional, aumento de pena para crime de estupro, redução da

³⁸ Aluno do Segundo Ano do Ensino Médio.

³⁹ Nome fictício de um aluno do segundo período de Psicologia de uma Universidade particular de São Luís.

⁴⁰ Nome fictício de uma aluna do Terceiro Ano do Ensino Médio.

maioridade penal, a não interferência do estado na vida privada do cidadão, o combate intensivo a corrupção, trabalhos aos presidiários, acreditando que a educação pode salvar o Brasil, investir mais no mercado e menos no Estado.

Eleitor DOZE⁴¹, de vinte anos, entrevistado no dia 2 de julho, afirmou:

Bolsonaro nunca elogiou um torturador. Você está partindo de um pressuposto falso e que nunca fora comprovado judicialmente. Brilhante Ustra nunca foi condenado em última instância. Seu processo está parado.

Ele foi um militar que combateu a tentativa de implantar um regime totalitário em nosso país, e, por conta disso, teve sua imagem totalmente difamada por comunistas.

Sobre o voto e a relação com a primeira pergunta, ela já se autoexplica, pois o fato de Bolsonaro ter homenageado Ustra me leva a reafirmar meu voto nele, pelo fato do mesmo concordar com o profissionalismo de um militar durante o período de contragolpe.

A partir das respostas expostas, podemos observar que a História não saiu do papel do livro didático ou do caderno que havia copiado o resumo da aula escrito no quadro pelo professor, ou ainda, que tenha se perdido no distante dia de aula sobre a Ditadura e na esquecida fala do professor, agora identificado como agente da esquerda e publicitário do comunismo. É perceptível que o Sistema de Ensino e Clio, como integrante, nesses casos aqui expostos, não conseguiram exercer a missão de defesa da Democracia e das vitórias obtidas com o seu avanço. O vislumbre em torno da defesa do discurso e de uma futura prática da violência, nos mostra o quanto o ensino, em alguns casos, não conseguiu aproximar-se do cotidiano, não conseguiu fazer sentido e fazer-se sentir, falhando, em algum momento, no processo que Leandro Karnal destaca:

Quanto mais o aluno sentir a história como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer (KARNAL, 2008, p. 28).

A partir das entrevistas, constatamos um ensino de História acerca do período ditatorial que não obteve a relevância mencionada por Leandro Karnal. E parte dessa ausência de relevância para os entrevistados se deve ao distanciamento do assunto da realidade dos mesmos, fazendo com que a ditadura se localize em tempos remotos e locais distantes, diante da inexistência em terras maranhenses de materiais didáticos e Lugares de Memória acerca desse período em nossas terras.

Para Circe Bittencourt:

⁴¹ Nome fictício de um aluno do sexto período do Curso de Administração da Universidade Federal do Maranhão.

A história do “lugar” como objeto de estudo ganha, necessariamente, contornos temporais e espaciais. Não se trata, portanto, de proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outros “lugares” (BITTENCOURT, 2004, p. 172).

A utilização de Lugares de Memória concebem, por consequência, a educação patrimonial. Ainda para Circe Bittencourt:

A educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares, e especialmente os professores de História têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado (BITTENCOURT, 2004, p. 277).

Nesse sentido, os lugares de memória utilizados em meio ao processo de ensino-aprendizagem nos propiciam não apenas uma educação patrimonial no sentido da preservação do nosso acervo cultural, mas, como o próprio nome já no diz, um lugar de preservação da Memória em detrimento do esquecimento de um período inteiro. Os Lugares de Memória maranhenses não nos trazem o impacto do desrespeito ditatorial pelos direitos humanos, mas nos trazem a celebração do poder construtor desse período, pois grande parte das nossas maiores obras são frutos desse momento. O estádio de futebol Castelão, o Porto do Itaqui, as pontes do São Francisco e Bandeira Tribuzzi são obras concebidas durante o período ditatorial, podendo ser visualizados como sinais de um passado de glórias, e não necessariamente de um período de violência, já que não temos seus sinais, seus lugares de memória.

Enquanto a Ditadura civil-militar preocupou-se em construir os seus Lugares de Memória, a redemocratização em terras maranhenses não se preocupou em construir ou apontar sinais que possibilitem a visualização das mazelas desse período, afinal, esses Lugares se tratam de construções, monumentos, praças e outros vestígios que, propositadamente, são concebidos ou ressignificados para receber ou consolidar uma memória coletiva, ou seja, enquanto o aparato ditatorial instituiu pontos de construção de uma memória envolta ao discurso oficial, os grupos e órgãos que protagonizaram o processo de redemocratização permitiram a liberdade de construir lugares de memória, que não foram construídos no Maranhão, que se tornou um cenário ideal para o esquecimento e até pra a defesa do retorno ditatorial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No princípio deste trabalho mencionamos que o mesmo se tratava de um dos episódios ou uma das batalhas de uma guerra pela Memória, e, no caso, a Memória acerca do período ditatorial brasileiro. O próprio título do trabalho “O Leviatã sob os olhos de Mnemósine: a Ditadura Civil Militar nas Trincheiras da Memória” buscou apresentar no seu primeiro capítulo a necessidade de Clio reaproximar-se de sua mãe, Mnemósine, tomando-a, nesse trabalho, como metodologia, como fonte de enriquecimento, como caminho para uma escrita mais pulsante.

As entrevistas concedidas por três ex-agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) nos anos de 2014, 2015 e 2016 nos trouxeram um retrato do funcionamento dessa instituição como importante sustentáculo do período ditatorial, e que permaneceu durante a década de 1980 e primeiro momento da década de 1990. Essas entrevistas, também, nos possibilitaram escutar palavras que já havíamos lido em páginas amareladas acerca de uma suposta legitimidade relacionada a uma luta contra o comunismo como desde a década de 1930.

As falas desses ex-agentes da vigilância nos mostraram a continuidade de estruturas ditatoriais no próprio período de redemocratização como a vigilância do SNI e as formações de novos agentes em outros corpos como a Polícia Militar do Maranhão e a Escola Superior de Guerra. Para subsidiar essas e outras entrevistas, enquanto material ainda vivo, enquanto fonte ainda pulsante, fizemos considerações acerca das mudanças que a História acumulou ao longo do século XX e nesse princípio do século XXI, e em meio a essas mudanças, o avanço da História Oral enquanto metodologia a ser utilizada em trabalhos como esse. Esse aparato metodológico somou-se a variadas referências bibliográficas, que passearam pela ideia de um projeto de Estado Burocrático-Autoritário (O'DONNEL, 1987) que, através da Doutrina de Segurança Nacional (BORGES, 2003), criou instrumentos de vigilância, censura, repressão e legitimidade.

De posse do embasamento bibliográfico buscado nos dois primeiros capítulos, outras referências bibliográficas foram buscadas para a apresentação do Maranhão pré-ditatorial, dando destaques à construção do mito da “Ilha Rebelde” e demais situações que criaram condições para o fim do Vitorinismo e construção de uma outra Oligarquia (COSTA, 2004) dirigida por José Sarney, com o devido respaldo da Ditadura Civil-Militar, que contribuiu tanto com sua ascensão ao cargo de governador

do Maranhão como com a confecção de um grupo político que tornou-se hegemônico até o século XXI. A violência desse Maranhão ditatorial nos foi apresentada pelas memórias de Manuel da Conceição em “Chão de minha Utopia” (2010) e por Simone Macieira, filha de Maria Aragão, em entrevista concedida no mês de julho de 2016.

Já o quarto capítulo em muito foi influenciado pela nossa prática docente e pelo próprio momento de ebulição do ano de 2014, momento do nosso ingresso no Programa de Mestrado Profissional em História, Ensino e Narrativas, fomos acometidos, no segundo semestre, por uma disputa presidencial muito concorrida que, nas redes sociais e nas salas de aula criou um cenário de textos e discursos, em alguns casos extremados. A urgência desse debate, nos fez ampliar nosso objeto, que se fez crescer desse quarto capítulo, pois, como já falado, esse momento interferiu fortemente na nossa prática docente e na prática de outros docentes de História que temos contato.

Textos, discursos e imagens extremados continuaram se avolumando após a vitória e reeleição da presidente Dilma Rousseff, e se tornaram ainda mais poderosos durante o ano de 2015 e 2016, até o seu afastamento diante do acolhimento do processo de impeachment na Câmara Federal e em primeiro turno no Senado. E durante a votação de acolhimento do processo na Câmara Federal, o deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro, ao pronunciar seu voto, homenageou Carlos Brilhante Ustra, torturador de Dilma Rousseff durante o período ditatorial.

A clareza de sua homenagem a um torturador não intimidou indivíduos que se dizem futuros eleitores de uma suposta candidatura de Bolsonaro à presidência. E as mais variadas homenagens à ditadura se fizeram por consequência, como a utilização de números de crescimento econômico e grandes obras construídas por esse período de exceção em oposição aos números atuais de crescimento, bem como postagens que proclamavam a ausência de corrupção e os pequenos números relacionados à criminalidade em oposição às variadas notícias de práticas de corrupção pelos grandes escalões políticos e números alarmantes da expansão da criminalidade em terras brasileiras. Esses profetas do apocalipse se aproveitam e/ou são aproveitados por grupos conservadores que, nas últimas eleições, aumentaram consideravelmente seus números nas cadeiras do Congresso Nacional, como também, diante de espaços deixados pelo sistema educacional brasileiro, conseguiram fomentar ressignificações à Memória que achávamos ter construído e consolidado (até bem pouco tempo atrás) acerca da Ditadura Civil-Militar Brasileira.

Esse debate que se avoluma em cenários como as redes sociais e o Congresso, as escolas maranhenses e suas salas de aula nos intimaram a contribuir com os debates sobre um período e um projeto de poder que voltam a bater as nossas portas, daí a confecção desse trabalho como constituinte, como mais um episódio, como mais uma batalha dessa guerra pela Memória. De posse desses quatro capítulos, dessas quatro trincheiras que buscaram falar sobre o regresso de Clio (História) aos braços de sua mãe Mnemósine (Memória), da descrição de parte do Estado Burocrático-Autoritário (O'DONNEL, 1987) como uma espécie de Leviatã hobbesiano, da apresentação do Maranhão como região integrante dessa estrutura ditatorial, ou ainda o fortalecimento do debate que contempla a Memória acerca da Ditadura, esperamos contribuir com novas interrogações, discussões e futuros materiais sobre esse período que, nesse momento, frequenta as redes sociais que participamos, volta a sentar nas carteiras das nossas salas de aula e que volta a bater as portas das nossas casas. Que esse trabalho nos faça repensar nossas práticas pedagógicas e, por consequência, nossas aulas de História como instrumentos da celebração e do fortalecimento da Liberdade e da Democracia, e não do Sangue e do Cárcere.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Documentação

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS(ACD), Sessão em 11 de maio de 1964. Pág. 218/219. Citado por EMÍLIO, Luís Antônio Bitencourt. *Op. cit.*, 1992. P. 71.

BRASIL, 1969. Texto disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm. Acesso em 13 de julho de 2016, às 15:30

BRASIL, 1979. Texto disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em 14 de julho de 2016, às 10:05

DITADURA MILITAR. Disponível

em:<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/956-4.pdf> > Acesso em 05 de julho de 2016.

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> Acesso em 02 de julho, às 9:50.

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/82804216/doema-executivo-02-01-2015-pg-27>.

Acesso dia 20 de julho de 2016 às 20:32

<http://www.oab.org.br/noticia/14836/juiz-condena-coronel-ustra-por-sequestro-e-tortura>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm

<http://www.revistaforum.com.br/2016/07/05/leandro-karnal-destroi-movimento-escola-sem-partido-crenca-fantasia-de-uma-direita-delirante-e-estupida/>

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/04/18/Impeachment-Bolsonaro-e-Ustra.-Um-coronel-da-ditadura-homenageado-no-Congresso>. Acesso dia 02 de julho de 2016, às 15:21

II. Obras Gerais

ABREU, M. Paiva - “Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964” In Abreu, M. P. (org.) **A Ordem do Progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.** Rio de Janeiro, Campus, 1989, pp.197-212.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

_____ História dentro da História. In. **Fontes Históricas**. Carla Bassanezi Pinski (org). São Paulo: Contexto, 2005.

ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz(org.) **Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço Histórico e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968 – 1978) O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

_____ LONGHI, Carla Reis; SWENSSON JR, Walter Cruz. (org). **Em busca do crime político**. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ARAPIRACA, José oliveira. **A USAID e a educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. São Paulo: autores associados: Cortez, 1982.

.ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. São Paulo. Vozes: 1985.

ARRUDA, Antônio de. **A Escola Superior de Guerra: História de sua doutrina**, 2ª edição, São Paulo: GRD; Brasília, INL, 1983.

ASSELIM, Victor (1982). **Grilagem, corrupção e violência em terra de Carajás**. Petrópolis, Vozes.

BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil: Identidade e diversidade sem diferença**. Trabalho apresentado no III Encontro de estudos Multidisciplinares em cultura. UFBA, 2007.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Histórias de trabalhadores rurais no Maranhão: Gênero, Identidades e Mobilização**. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008.

BARRAZA, Ximena. **Notas sobre a vida cotidiana numa ordem autoritária**. In: LUÍS, Maira; SOUZA, Herberth José de; ANDRADE, Regis de Castro; PORTANIERO, Juan Carlos (orgs). **América Latina: novas estratégias de dominação**. São Paulo: Vozes, 1980.

BASTOS, João Baptista (Org.). **Gestão Democrática**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BAUER, Caroline Silveira. **Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23. 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1151.pdf>. Acesso em 29/05/2016

BENEVIDES, Maria Victória. **O Governo Jânio a Quadros**. 2ª Edição, São Paulo, Brasiliense, 1982.

BITTENCOURT, C. (org.). 2005. **O saber histórico na sala de aula**. 10ª ed., São Paulo, Contexto, 175 p.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo; Contexto, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2001

BONFIM, M^a. Núbia Barboza. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: EDUFMA/Secretaria de Educação, 1985. 122 p.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-42.

BOURDIEU, Pierre. “Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe”. In: **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. **Movimentos Culturais de Juventude**. São Paulo: Editora Moderna, 1990.

BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BUZAR, B. (org.). 1998. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luís: Lithograf. _____. 2001. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: Lithograf

_____. **Politiqueiros, politicagem, politiquice, politicagem, política do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1989.

_____. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luís: Lithograf, 1998.

CALDEIRA, José de Ribamar. **Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão**. Revista RBEP. Belo Horizonte, n. 46, p. 55-101, 1978. CALDEIRA, José de Ribamar. **Mudanças sociais no Maranhão**. Revista Ciência e Cultura. Belo Horizonte, v. 32, n. 6, p. 699-713, jun. 1980.

_____. **Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 46, p. 55-101, 1978.

_____. **Mudanças sociais no Maranhão**. In: **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo, 32 (6), jun. 1980.

_____. (1976). “As eleições de 1974 no Maranhão”. In **Revista brasileira de estudos políticos**. Belo Horizonte, UFMG.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CASTRO, Celso. “Os Militares e a Memória do Regime de 1964”. In: FICO, Carlos. et al. (orgs). **1964 -2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses mortos, torturados e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONTERNO, Solange de Fátima Reis. **O banco mundial e a atuação da retórica da satisfação das necessidades humanas básicas expressas nas áreas de educação e saúde nos anos de 1990**. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de Maringá- UEM, Maringá, 2002.

CORREA, R. 2010. **Especial narra oito décadas de vida e luta de José Sarney**. “Maranhão: Aniversário de 80 anos”, 24.abr. Disponível em: <http://imirante.globo.com/noticias/2010/04/24/pagina239262.shtml>. Acesso em 24 de outubro de 2015.

COSTA, W. C. A raposa e o canguru: crises políticas e estratégias periféricas no Maranhão (1945-1970). In:_____. **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: UFMA, 2004.

_____. 2006. **Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão** / Wagner Cabral da Costa – Campinas, SP [s.n.], 2001

_____. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”. A trajetória da Oligarquia Sarney**. Mimeog, 1997.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 8 ed. Rio de Janeiro: J. Zahar,

D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (orgs). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

_____. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **A volta dos quartéis: a Abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p.30-31.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O Livro de Ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DELGADO, Licília (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DREIFUSS, Rene A. **1964: a conquista do Estado.** Petrópolis: Vozes, 1981. Dumará, 1994.

DUTRA, Eloy. **IBAD - Sigla da Corrupção.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

EMILIO, Luís Antônio Bitencourt. **O poder legislativo e os serviços secretos no Brasil, 1964-1990.** Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1992.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005 (primeira edição de 1975).

FERREIRA JÚNIOR, José de Ribamar. **A arena da palavra: parlamentarismo em debate na imprensa maranhense, 1961-1963.** São Paulo; Anablume, 1998.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática**, volume 3. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação.** São Paulo: IBRASA, 1983.

FICO, Carlos. **Espionagem, policia política, censura e propaganda.** In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e policia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **In Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.24 n.47, 2004.

_____. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil – História oral de vida**. Campinas: Papyrus, 1997, p. 28.

_____. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. 7ª ed., São Paulo, Papyrus, 255 p. 2003

----- **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993

FONSECA, Pedro C. Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GERMANO, José Willington. **O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008.

_____. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)** 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil Sempre**. Porto Alegre: Tchê, 1986. 270 p. Acervo pessoal.

GODOY, Gabriela Freire Kuhl de. Uma Abordagem Jurídica da Ditadura Brasileira. In: **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n 4, pg. 45-53, junho/2009.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GREMAUD, A.P; VASCONCELOS, M.A.S; TONETO Junior, R. **Economia Brasileira Contemporânea.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GRILL, Igor Gastal. **“Ismos”, “ícones” e intérpretes: as lógicas das “etiquetagens” na política de dois estados brasileiros (MA E RS).** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 43, p. Recebido em 13 de janeiro de 2011. 193-220, out. 2012. Aprovado em 13 de abril de 2011.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. **SARNEÍSMO NO MARANHÃO: os primórdios de uma oligarquia.** Revista de Políticas Públicas 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia Das Letras, 1998.

JOHNSON, Henry. **Report of the Commission on the Social Studies: an introduction to the History of the Social Sciences in schools.** New York: CharlesScribner’s Sons, 1932.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** São Paulo: Contexto, 2003.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: **Enciclopédia Einaudi.** volume I. Porto. 1984

_____. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LONGHI, Carla Reis (orgs). **O Deops/SP em busca do crime político.** Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LOPES, Moacir A. **A doutrina de educação moral e cívica.** Coletânea Organizada pelo Gen. Moacir

MALLOY, James M. **A política de previdência no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1986. 199 p.

_____. **Previdência Social e distribuição de renda: notas de pesquisa.** Estudos CEBRAP, Petrópolis, 1987

MARTINS FILHO, João Roberto. “A Guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares”. In: **Varia História**, UFMG, n.28, dezembro de 2002.

MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi de; SWENSSON JR., Walter Cruz. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964 – 1985)**. Rio de Janeiro: DP&A , 2003.

MATUI, Jiron. **Construtivismo**. São Paulo: Moderna, 1998.

MÔNACO, Luige Lo. **As comunidades eclesiais de base (CEB's) nos discursos dos agentes de pastoral do Maranhão (1964-1989)**.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 7. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UNB, 2001.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64. Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo, 1989.

MOREIRA NETO, Euclides. **Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura** / Euclides Moreira Neto. São Luís: Engenho, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NODA, Marisa. **Lembranças da Ditadura - Londrina 1968 - 1979**. Dissertação apresentada à UEL em 1998.

[NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares](#). In **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

O'DONNELL, Guillermo. **Modernización y Autoritarismo**. Buenos Aires: Paidós, 1972.

_____. **Contrapontos: autoritarismo e democratização**. São Paulo: Ed. Vértice. 1986.

_____. **B.A: Reflexão sobre os estados burocráticos-autoritários.** São Paulo: Ed. Vértice/R.T. 1987

_____. **Análise do Autoritarismo burocrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969).** Petrópolis: Vozes, 1976.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **A construção midiática do político José Sarney: 1962 a 1970.** Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

PIERANT, O.P.; CARDOSO, F.S. e SILVA, L.H.R.(2007). **Reflexões acerca da política de segurança nacional: alternativas em face das mudanças no Estado.** Revista de Administração Pública, 41, 1. [Online].

PLAZZA, Rosimary; PRIORI, Angelo. **O ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE A DITADURA MILITAR (2008).** Disponível em: Acesso em 19 de maio de 2014.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. “Memória, esquecimento e silêncio”. In: **Estudos Históricos**, vol.2, n. 3, 1989.

PRESOT, Aline. “Celebrando a Revolução: As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964” In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: **A Escrita da História: Novas Perspectivas.** Peter, Burke (Org); tradução de Magda Lopes. –São Paulo: Editora UNESP 1992.

PRIORI, Ângelo. A doutrina de Segurança Nacional e o Manto dos Atos Institucionais durante a Ditadura Militar Brasileira. In **Revista Espaço Acadêmico.** nº 35 – abr. 2004. Disponível: <http://www.espacoacademico.com.br/035/35priori.htm>. Acessado em 04 de julho de 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e Sociedade: As reconstruções da memória”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O**

Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru (SP): Edusc, 2004.

REIS, Flávio, **Guerrilhas: artigos / Flávio Reis.** — São Luís, Pitomba/Vias de Fato, 2011

REZENDE, Maria José. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade.** Editora UEL, 2013.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. “**Extrema-direita, volver!**”. **Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARNEY, José. **Governo e Povo.** Rio de Janeiro: Arte Nova, 1970.

SCHÜLER, Donaldo. **Heráclito e seu (Dis)Curso.** Porto Alegre: L&Pm, 2000.

SILVA, Golbery do Couto. **Planejamento Estratégico.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (2a. ed.).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. A lenta via brasileira para a democratização. In STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil,** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SOARES, Paula Elise Ferreira; ANTUNES, Wilkie Buzatti (org) **Chão de minha utopia /** Manoel da Conceição Santos ;. – Belo Horizonte :Editora UFMG, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil: radiografia de um modelo.** 5ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

STARLING, Heloísa. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964,** Petrópolis, Vozes, 1986.

- STEPAN, Alfred (1975). **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- TAVARES, Aurélio Lyra. 1977. **O Brasil de minha geração**. 2º Volume. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- TELES, Janaína de Almeida. “Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson & _____. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Volume 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria**. Rio: Zahar, 1981.
- _____. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TOLEDO, Caio Navarro, **Democracia populista golpeada**, op. cit., 1997. Caio Navarro Toledo, O governo Goulart e o golpe de 64, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 47, p. 13-28, 2004b. p. 18.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o Silêncio**. Brasília: Editerra Editorial, 1987.
- _____. **A Verdade Sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. Brasília: Ser, 2006
- VEIGA, Laura. **Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e universidade no Brasil (1954-1964)**. IN: Revista Educação e Sociedade, v. 4, n 11, 1982.
- VIEIRA, Ildeu Manso. **Memórias torturadas (e alegres) de um preso político**. Curitiba: SEEC, 1991.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 2007.
- WEFFORT, F. 1978. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666. Acesso dia 20 de julho de 2016.

